

Ilma Aparecida Martins Silva

**Abandono Escolar nos Cursos
Técnicos Integrados ao Ensino
Médio em Uma Instituição da
Rede Federal de Educação
Profissional e Tecnológica no Brasil**

MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS
ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO -
ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS
ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Ilma Aparecida Martins Silva

**Abandono Escolar nos Cursos
Técnicos Integrados ao Ensino
Médio em Uma Instituição da
Rede Federal de Educação
Profissional e Tecnológica no Brasil**

Projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de
MESTRE

Orientação

Prof.^a Doutora Sónia Múrias de Mira Coelho

Coorientação Prof.^o Doutor Humberto Ferreira Silva Minéu

**MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM
EDUCAÇÃO - ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DAS ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS**

Dedicatória

Aos meus pais.

Dedico este trabalho a eles e a todos que, como eles, mesmo sem escolarização, souberam perceber a importância da educação e nunca mediram esforços para que seus filhos pudessem estudar.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, Senhor da minha existência, pela oportunidade que me concedeste por me dar forças, guiar meus passos e me permitir concretizar esta realização. A minha fé nesse Ser Supremo tem me sustentado. Aos meus pais, que oportunizaram que tudo isso fosse possível ao me conceder o dom da vida, propiciando que a minha história acontecesse.

À minha orientadora, Professora Doutora Sônia Múrias de Mira Coelho, pela atenção, carinho, paciência e apontamentos em toda a trajetória deste processo. Meus sinceros agradecimentos ao Coorientador, Professor Doutor Humberto Ferreira Silva Minéu pelas valiosas colaborações para com o desenvolvimento deste trabalho. Muito obrigada!

Aos colegas de trabalho que direta ou indiretamente colaboraram e compartilharam ideias e experiências que contribuíram para amenizar a tensão nos momentos em que o pessimismo parecia tomar conta de mim.

Um agradecimento especial aos meus amados filhos Ana Gabriela e João Guilherme pelas palavras de carinho, paciência e respeito às longas horas de estudo. Ao meu esposo, Donizett, pelo exemplo de cumplicidade, paciência e compreensão demonstrado ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Às professoras Dr^a Lilian Rosa, Prof^a Ms. Inaê Vasconcelos, Prof^a Ms. Marina Machain, Prof^a Márcia Medeiros, que aceitaram ler esta investigação. Obrigada pelos apontamentos, considerações e sugestões que em muito contribuíram para a melhoria do texto. À gestão da instituição de ensino pesquisada que oportunizou minha viagem a Portugal, meus afastamentos para estudo, minha pesquisa de campo e grandes aprendizados.

A todos que, de alguma forma estiveram comigo e contribuíram para a construção desta dissertação.

RESUMO

Objetivou-se com este trabalho identificar o quantitativo de estudantes que abandonaram os cursos técnicos integrados ao ensino médio no período de 2010 a 2015 em um Campus do Instituto Federal do Triângulo Mineiro e os principais fatores que contribuíram para o abandono escolar, na ótica dos estudantes matriculados, dos que abandonaram os cursos e dos docentes. Procurou-se também compreender as relações existentes entre eles, a fim de sugerir medidas que possam prevenir e minimizá-lo. Esta investigação apresenta-se como um estudo de caso, envolve pesquisa bibliográfica, análise de documentos e aplicação de questionários eletrônicos. Os resultados sugerem os principais fatores que influenciaram o abandono escolar: excesso de unidades curriculares, falta de interesse pela formação profissional e de tempo para os estudos, cursos que não correspondem às expectativas profissionais, reprovação, dificuldades inerentes à avaliação, desinteresse, desarticulação entre teoria e prática, recuperação paralela que não possibilita recuperar a nota e dificuldade de aprendizagem. Observou-se que estes fatores não influenciam o abandono escolar isoladamente, havendo sempre uma interação entre eles sendo, portanto, um fenômeno multicausal. Neste sentido conclui-se ser relevante à gestão escolar monitorar, avaliar e elaborar estratégias de intervenção concomitante ao desenvolvimento dos cursos de modo a prevenir o abandono escolar, minimizar seus efeitos sobre os estudantes, as famílias, a sociedade e para a instituição de ensino, contribuindo para o alcance da eficácia institucional.

PALAVRAS-CHAVE: Abandono escolar. Educação profissional. Curso técnico integrado. Escola inclusiva. Gestão educativa.

ABSTRACT

This work has aim to identity the quantitative of students that abandoned the integrated technic courses to high school in 2010 to 2015 in a Brazil Institution Education and the principal factors that contributed for the school abandon of the courses. Some of the students abandon the courses and the teachers. The institution founded to comprehend the existence relation between them to suggest ways that can prevent and minimalizing this situation. This investigation presents how a case study can involve research, documents analyses and electronic application questioner. The results suggest that the principal cause is the excessive united curricular, uninteresting, disarticulation between theory and practice, parallel recuperation of results of notes that don't contribute for the learning and difficult more. All though, realize that the factors don't influence or cause the abandon, in this way form, having always an interaction between them and be a multiple cause phenomena that involve questions and interrelations. This way, conclude that is necessary the school director, monitor, avail and elaborate strategies of concomitant invention to development of the courses and how to prevent the school abandon, contributing to get the institutional efficacies reducing the losses and their effects about the students, their families, and the society.

KEYS WORD: School abandon. Professional education. Integrated technic course. Inclusive education. Direction educative.

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS	xi
LISTA DE QUADROS	xiii
LISTA DE GRÁFICOS	xiv
INTRODUÇÃO	1
1. CAPÍTULO I – O PROBLEMA VISADO PELA INVESTIGAÇÃO	5
1.1. O problema e sua justificção	5
1.2. A relevância e pertinência do problema	6
1.3. Razões da escolha do tema	8
1.4. Contextualização da questão de investigação	9
1.5. Objetivos do estudo	12
2. CAPÍTULO II – QUADRO TEÓRICO LEGAL	13
2.1. A educação como direito	13
2.2. Educação profissional e tecnológica – especificidades de uma modalidade de ensino à procura da re(construção) e integração ao ensino médio	17
2.3. Abandono escolar – conceitos e contextos	26
2.4. Fatores que contribuem para o abandono escolar	31
2.5. Relevância dos indicadores de gestão para organizações educativas	39
3. CAPÍTULO III – OPÇÕES METODOLÓGICAS E SUA JUSTIFICAÇÃO	49
3.1. Fundamentação metodológica e aplicação	49
3.2. Os sujeitos da pesquisa	51
3.3. Procedimentos utilizados na pesquisa	52
3.4. Técnicas de recolha de dados	55

3.5. Técnicas de tratamento de dados	57
4. CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	61
4.1. O abandono escolar nos cursos técnicos integrados	61
4.2. Perfil do estudante respondente	66
4.3. Perfil dos docentes respondentes	69
4.4. Fatores motivadores para ingresso nos cursos técnicos integrados ao ensino médio	71
4.4.1. Dimensão: Demandas de formação e afinidade	72
4.4.2. Dimensão: Fatores Pessoais e familiares	74
4.4.3. Dimensão: Características da instituição e do curso	77
4.5. Fatores que influenciam o abandono escolar dos cursos técnicos integrados ao ensino médio	81
4.5.1. Dimensão: Curso e Conteúdo	81
4.5.2. Dimensão: Fatores motivacionais e de estudo	84
4.5.3. Dimensão: Fatores didáticos pedagógicos	88
5. CAPÍTULO V – SUGESTÃO DE ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR	93
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
BIBLIOGRAFIA	107
APÊNDICES	121
ANEXOS	143

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

CEB - Câmara de Educação Básica

CES - Câmara de Educação Superior

CF - Constituição Federal

CONAE - Conferência Nacional de Educação

CNE - Conselho Nacional de Educação

CRCA - Coordenação de Registro e Controle Acadêmico

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ECIEL - Estudos Conjuntos de Integração Econômica da América Latina

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

IFTM - Instituto Federal do Triângulo Mineiro

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

NAP - Núcleo de Apoio Pedagógico

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU - Organização das Nações Unidas

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PNE - Plano Nacional de Educação

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROEN - Pró-Reitoria de Ensino

SESU - Secretaria de Educação Superior

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

TAM - Termo de Acordo de Metas e Compromissos

TCU - Tribunal de Contas da União

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - QUANTITATIVO DE INGRESSO E ABANDONO ESCOLAR NO PERÍODO DE 2010 A 2015, POR CURSO E TOTAL	10
QUADRO 2 - MATRÍCULAS NOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO E ABANDONO (TOTAL E %), POR CICLO DE MATRÍCULA DE 2010 – 2015	61
QUADRO 3 - DEMANDAS DE FORMAÇÃO E AFINIDADE	72
QUADRO 4 - FATORES PESSOAIS E FAMILIARES	75
QUADRO 5 - CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO E DO CURSO	78
QUADRO 6 - CURSO E CONTEÚDO	82
QUADRO 7 - FATORES MOTIVACIONAIS E DE ESTUDO	85
QUADRO 8 - FATORES DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS	88
QUADRO 9 - AÇÕES DE PREVENÇÃO AO ABANDONO ESCOLAR	94

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PERCENTUAL DE ABANDONO POR CICLO DE MATRÍCULA E CURSO	62
GRÁFICO 2 - FAIXA ETÁRIA DOS ESTUDANTES RESPONDENTES – MATRICULADOS E QUE ABANDONARAM	67
GRÁFICO 3 - CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDANTES POR SEXO	68
GRÁFICO 4 - PROCEDÊNCIA DOS ESTUDANTES	68
GRÁFICO 5 - ANO DE ABANDONO DO CURSO	69
GRÁFICO 6 - TEMPO DE DOCÊNCIA DOS RESPONDENTES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	70

INTRODUÇÃO

A educação escolar desempenha um papel relevante na evolução dos indivíduos, sendo considerada condição necessária para a inclusão e desenvolvimento de uma nação, capaz de intervir no percurso social dos cidadãos.

Nesse contexto, a organização do processo educacional no Brasil, vem experimentando importantes mudanças em termos legais e operacionais. Essas mudanças objetivam colocar em prática ações diversificadas que visam garantir o acesso, a permanência e o êxito acadêmico do estudante em todos os níveis e modalidades de ensino.

Assim, a oferta da educação profissional técnica integrada ao ensino médio, nos últimos cinco anos aumentou consideravelmente, entretanto muitos são os desafios a serem superados, dentre os quais o abandono escolar (MEC, 2014).

Vários têm sido os fatores apontados por pesquisadores, como Machado, 2009; Neri, 2009; Dore e Lüscher, 2011; Lüscher e Dore, 2011; Ferreira, 2013; Gugelmin, 2015 e outros, que interagem entre si e contribuem para o processo do abandono escolar dos estudantes. Os motivos identificados estão relacionados a fatores individuais, sociais, familiares, institucionais, financeiros e de trabalho.

De modo que, parte dos indivíduos que ingressam no sistema formal de educação não consegue cumprir seus objetivos e metas, de acordo com Freitas (2009), como obter um diploma e o respectivo reconhecimento social.

Assim, o abandono escolar apresenta-se como fenômeno complexo e persistente na educação brasileira, compreendido a partir de definições distintas e multicausais que se inter-relacionam. Prejudica as organizações de

ensino, compromete o direito à educação, traz prejuízos nos aspectos econômico, social e humano e influencia diretamente os índices de eficácia institucional.

O contexto apresentado gerou uma inquietação em busca de respostas para compreensão do abandono escolar, identificado na questão de investigação desta pesquisa: Quais fatores influenciam o abandono escolar dos estudantes nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, no Instituto Federal do Triângulo Mineiro Câmpus Ituiutaba?

Embora seja relevante identificar os fatores que influenciam no abandono escolar, na educação profissional encontra-se dificuldade na obtenção de informações a ela alusivas. Apesar das relevantes pesquisas de Neri, (2009); Dore e Lüscher, (2011); Pelissari, (2012), ainda há carência de estudos teóricos e empíricos sobre o fenômeno na modalidade de ensino pesquisada.

Em sua maioria, os pesquisadores abordam a questão do abandono escolar no ensino fundamental, médio, educação de jovens e adultos e ensino superior. Como afirma Lüscher e Dore, (2011) “quando se trata de educação técnica há poucas pesquisas e/ou informações sistematizadas sobre a evasão” (p.775).

Para Delphino (2010) as frequentes mudanças na estrutura de oferta e organização da educação profissional ao longo do seu processo de implantação, não possibilitou a constituição de uma política pública para essa modalidade de ensino de forma permanente e consistente.

Ao longo de cem anos de implantação no Brasil, a educação profissional vem sendo ajustada em seu plano de oferta. Deixou de ser ministrada na rede pública de ensino por um tempo, fato que pode ter contribuído para as poucas pesquisas nessa modalidade de ensino (Lüscher & Dore, 2011). E

também para a falta de credibilidade e efetividade apontadas por Delphino (2010).

Face ao exposto, é relevante identificar e compreender os fatores que levam os estudantes a abandonar os cursos técnicos integrados ao ensino médio, objetivo principal deste estudo, com vistas à proposição de medidas que contribuam para prevenir e mitigar o problema, evitando suas consequências.

O enquadramento teórico da presente investigação fundamentou-se em leituras que deram suporte à problematização, fundada em contributos de autores como: Cury 2002, 2005; Jannuzzi, 2005, 2012; Manfredi, 2002; Ciavatta, 2005; Frigotto, 2005; Kuenzer, 2007; Machado, 2009; Neri, 2009; Delphino 2010; Moura, 2010; Dore e Lüscher, 2011; Dore, 2013; Pelissari, 2012, Ferreira, 2013; Margiotta, 2014 e Gugelmin, 2015.

Para alcançar os objetivos propostos, o presente trabalho se encontra estruturado em cinco capítulos de forma a possibilitar uma melhor compreensão do objeto de estudo. O primeiro capítulo apresenta abandono escolar como o problema a ser investigado; nele, argumenta-se sobre a pertinência do estudo, apresentam-se as razões de escolha do tema e por fim, aponta-se o local onde foi desenvolvida a pesquisa e os objetivos geral e específico dessa investigação.

O segundo capítulo apresenta uma discussão teórica conceitual sobre o abandono escolar, por meio de uma revisão bibliográfica em que, no primeiro momento, discute-se o direito à educação. Em seguida, apresenta-se a constituição da educação profissional como uma modalidade de ensino a procura da reconstrução de uma integração ao ensino médio, após as inúmeras alterações legais efetivadas em seu plano de oferta. Discute ainda os diversos conceitos apresentados na literatura para o termo “abandono”

escolar, bem como os fatores que contribuem para o abandono escolar e a importância dos indicadores de gestão como instrumentos de apoio à gestão das organizações educativas.

No terceiro capítulo, são apresentadas as opções metodológicas e sua justificação, os sujeitos participantes da pesquisa, os procedimentos e as técnicas de recolha e tratamento dos dados.

No quarto capítulo, são analisados e interpretados os dados coletados à luz do referencial teórico estudado, procurando responder aos objetivos propostos nesta investigação.

No quinto capítulo, mediante a identificação dos fatores que influenciam o abandono escolar na instituição de ensino investigada, apresentam-se ações sugestivas para preveni-lo e minimizá-lo.

Assim, a presente investigação buscou com o auxílio da literatura e do estudo empírico, realizar uma retrospectiva da constituição da educação profissional no Brasil, perpassando o direito à educação, a importância dos indicadores educacionais, e os fatores que influenciam o abandono escolar, o que possibilitou sugerir ações de prevenção e apresentação das considerações finais desta investigação.

1. **CAPÍTULO I – O PROBLEMA VISADO PELA INVESTIGAÇÃO**

1.1. **O PROBLEMA E SUA JUSTIFICAÇÃO**

Caracterizado na literatura como um fenômeno associado a fatores múltiplos, difícil de ser diagnosticado, compreendido e estimado, o abandono escolar se constitui em um desafio para as famílias, organizações de ensino, sociedade e Estado.

Pelo estudo da literatura pesquisada verificou-se que o abandono escolar traz prejuízos pedagógicos, sociais e econômicos tanto para as famílias, quanto para as instituições de ensino, que têm sua missão e metas comprometidas, como também para o mundo do trabalho, sociedade e Estado, por haver menos profissionais qualificados.

Porém, os maiores prejuízos são dos estudantes que, ao perderem o interesse pelo curso, acabam por desistir de uma escolha, o que interfere negativamente em sua perspectiva de futuro. De acordo com Cunha, Tunes e Silva (2001) “o prejuízo com a saída do aluno do curso é certo: perde o aluno ao não se diplomar, perde o professor que não se realiza como educador, a universidade, a família e a sociedade. Perde também o País, que olha para o futuro e espera” (p. 279).

Nesse contexto, o problema central deste estudo é identificar e compreender os fatores que influenciam o abandono escolar, que prejudica não só o percurso escolar dos estudantes, mas todo o contexto educacional envolvido no processo seja ele pedagógico ou administrativo, de modo que a

identificação das causas ajude a encontrar formas de prevenção e combate ao fenômeno.

1.2. A RELEVÂNCIA E PERTINÊNCIA DO PROBLEMA

O conhecimento fundamentado sobre as causas do abandono escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio propiciará desenvolver ações de combate e prevenção ao problema. Porquanto, visando maior compreensão dos fatores a ele associados propõe-se esse estudo.

De acordo com a literatura consultada, o abandono escolar, é um fenômeno que vem desafiando as instituições de ensino, preocupa pais, professores, sistemas educacionais e responsáveis pelas políticas públicas. Segundo o Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU, 2012), o abandono escolar compromete o êxito dos estudantes e “impede que boa parte dos alunos conclua seus respectivos cursos” (p.11).

Os estudos e pesquisas publicadas sobre o abandono escolar são mais frequentes nas etapas do ensino fundamental e médio, na educação de jovens e adultos e ensino superior. Na educação profissional técnica, conforme Lüscher e Dore (2011), o abandono escolar ainda é pouco pesquisado.

Embora se possa presumir, por analogia dos cenários, que algumas situações que levam ao abandono escolar estejam presentes em todos os níveis e modalidades de ensino, é relevante pesquisá-lo a partir de uma especificidade e singularidade em que a realidade apresentada se relaciona com a particularidade da modalidade de ensino objeto de estudo.

Para Lüscher e Dore (2011), o abandono escolar é algo complexo e estruturado ao longo do itinerário formativo, sendo sua consumação a última ação do processo. Para estas autoras, é um acontecimento que possui múltiplas características e atributos influenciados por fatores internos e externos às organizações de ensino, necessitando de uma análise multidisciplinar.

Dessa forma, julga-se oportuno identificar os fatores que influenciam o abandono escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, na ótica dos sujeitos envolvidos, ou seja, os estudantes permanentes, os que abandonaram o curso e os professores.

Espera-se que o empenho para com o desenvolvimento do tema propicie à comunidade acadêmica e instituições de ensino, resultados relevantes que possibilite a percepção de fatos correlacionados, uma melhor compreensão e discussão sobre o tema e o desenvolvimento de ações que auxiliem de forma positiva na prevenção e combate do abandono escolar.

E ainda, que essa investigação desperte o interesse de todos os envolvidos direta ou indiretamente com a temática e que os resultados da mesma possam contribuir e subsidiar outras investigações de cunho científico que busquem conteúdos relativos ao abandono escolar.

No entanto, não se tem a pretensão de esgotar todas as possibilidades da pesquisa, tampouco a probabilidade de sua aplicação. Assim, pretende-se quantificar o abandono escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio na instituição de ensino pesquisada, identificar os fatores que o influenciam, discutir os dados coletados na pesquisa e contribuir para o debate sobre a questão.

1.3. RAZÕES DA ESCOLHA DO TEMA

O interesse pelo tema objeto desta dissertação surgiu pelo envolvimento da pesquisadora com a temática devido a diversos fatores. Primeiramente por ser pedagoga, lotada na instituição de ensino em que realiza a pesquisa, onde acompanha o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem dos estudantes desde seu ingresso, até a habilitação profissional.

Além disso, outro fator prende-se com a participação da autora na construção de projetos institucionais que propõem ações que minimizem o abandono escolar, dentre os quais o Programa de Permanência e Êxito dos Estudantes, construído ao longo do ano de 2015, implantado no ano de 2016.

Outra razão é o Termo de Acordo de Metas e Compromisso (TAM) do Ministério da Educação para com os Institutos Federais. Esse termo propõe uma meta intermediária de no mínimo 70% de eficácia institucional no ano de 2013, e uma meta mínima de 80% no ano de 2016.

Esse documento estabelece que a eficácia da instituição deve ser mensurada semestralmente, calculada pela média aritmética de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo da respectiva turma.

Por último, acresce ainda às razões acima evocadas, a publicação da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) (2014 – 2024) e estabelece no item 11.11 “elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para noventa por cento”, o que torna oportuno e relevante a abordagem do tema proposto, no sentido de compreender o problema, identificar os fatores a ele associados e propor estratégias que poderão levar a alcançar esses objetivos.

1.4.CONTEXTUALIZAÇÃO DA QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO

A instituição de ensino pesquisada foi criada pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba e da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia, a partir do plano nacional de expansão da educação profissional, localizada no estado de Minas Gerais, na região do Triângulo Mineiro. A instituição de ensino em que a pesquisa é realizada situa-se no município de Ituiutaba, município do Estado de Minas Gerais, com uma população estimada em 103.945 habitantes de acordo com os dados do IBGE (2016).

Na instituição de ensino em que ocorre a pesquisa são ofertados cursos técnicos integrados e concomitantes ao ensino médio, cursos superiores e pós-graduação. Possui 129 servidores, sendo 51 técnicos administrativos, 67 docentes efetivos e 11 docentes substitutos, com atuação em atividades de ensino, pesquisa e extensão, em atendimento aos 957 estudantes matriculados no ano de 2016.

O problema investigado situa-se nos cursos técnicos integrados ofertados pela instituição de ensino investigada que, segundo dados da Coordenação de Registro e Controle Acadêmico e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, no período de 2010 a 2015 foram matriculados 628 estudantes nos cinco cursos técnicos integrados ao ensino médio ofertado.

Os cursos técnicos integrados ao ensino médio são organizados em regime anual, com duração de três anos e uma carga horária que varia entre 3.684 a 3.944 horas, distribuídas ao longo de duzentos dias letivos no ano. Esses cursos têm por finalidade preparar o estudante tanto para o ingresso no ensino superior quanto para sua inserção no mercado de trabalho.

O ingresso nos cursos se dá por processo seletivo classificatório. Supõe-se que, ao escolher uma área de estudos, o candidato o faça por afinidade, gosto e interesse pela formação técnica integrada ao ensino médio.

O quadro 1 demonstra o quantitativo e o percentual de estudantes que ingressaram e abandonaram os cursos no período de 2010 a 2015. Ressalta-se que os dados dos cursos de química e agricultura são parciais, pois a duração dos mesmos é de três anos e a delimitação desta pesquisa é quantificar o abandono no período de 2010 a 2015.

Quadro 1 - Quantitativo de ingresso e abandono escolar no período de 2010 a 2015, por curso e total

Curso técnico integrado em	Período	Nº matrículas	Nº abandono escolar	% Abandono escolar
Agroindústria	2010 a 2015	207	35	16,90%
Informática	2010 a 2015	208	44	21,15%
Eletrotécnica	2013 a 2015	105	18	17,14%
Química	2014 a 2015	72	7	9,72%
Agricultura	2015 a 2015	36	4	11,11%
Total	2010 a 2015	628	108	17,19%

Fonte: SISTEC. Elaborado pela autora, 2017.

Observa-se que o abandono escolar está presente em todos os cursos, em maior ou menor percentual, mas não é irrelevante. Para o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC), em entrevista ao site G1, o problema do abandono escolar que vive a rede federal de educação profissional e tecnológica se deve à sua “expansão histórica”. “Durante um século tivemos 140 unidades, em pouco mais de 10 anos saltamos para 440 campi. Trata-se de uma expansão histórica, de larga escala e em alta velocidade, o que gera descompasso” (Oliveira, 2013).

Para o TCU (2012), a formação profissional é um instrumento de redução das desigualdades sociais que, ao contribuir com o aprimoramento do

conhecimento dos trabalhadores, melhora sua produtividade, propicia o desenvolvimento social, tecnológico, econômico e sustentável.

Segundo o relatório da Auditoria Operacional do TCU (2012) no período compreendido entre os anos de 2004 a 2011, a Rede Federal de Educação Profissional apresentou 16.066 estudantes matriculados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, dos quais 6,4% evadiram e 44,42% ficaram retidos, e apenas 46,8% dos ingressantes concluíram seus cursos.

Ainda de acordo com o Relatório do TCU (2012) essa modalidade de ensino, por sua vez, apresenta altos índices de retenção e algumas pesquisas demonstram que estudantes retidos são mais propensos ao abandono.

Nesse contexto, propõe-se a presente investigação identificar os fatores que influenciam o abandono escolar na visão dos estudantes que abandonaram os cursos técnicos integrados no período de 2010 a 2015, dos estudantes matriculados no último período dos cursos técnicos integrados ao ensino médio em 2016 e dos professores.

Diante do exposto, o presente estudo, pretende identificar fatores inerentes ao abandono escolar e propor estratégias que podem contribuir para minimizar o problema em estudo na instituição de ensino investigada.

1.5.OBJETIVOS DO ESTUDO

- Geral:

Identificar os principais fatores que influenciam o abandono escolar dos estudantes nos cursos técnicos integrados ao ensino médio em uma instituição da rede federal de educação profissional e tecnológica no Brasil, no período de 2010 a 2015.

- Específicos:

- Quantificar o abandono escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio no período de 2010 a 2015;
- Identificar os principais fatores que influenciam o abandono escolar dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, na visão concomitante dos estudantes que abandonaram, dos permanentes e dos docentes;
- Sugerir medidas de prevenção e redução ao abandono escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

2. **CAPÍTULO II – QUADRO TEÓRICO LEGAL**

2.1. **A EDUCAÇÃO COMO DIREITO**

Vários são os documentos de cunho internacional firmado por países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) que aceitam e garantem o acesso à educação como um direito público subjetivo de seus cidadãos.

Dentre os quais Cury (2005), destaca o art. XXVI da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino de 1960, o art. 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, e, mais recentemente, a Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomteim, na Tailândia, em 1990.

É oportuno destacar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, que assegura a todo cidadão o direito à instrução gratuita nos graus elementares e fundamentais: “Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito” (ONU, 1948).

Apesar de a Declaração dos Direitos Humanos em 1948 assegurar a todos o direito à instrução, no Brasil esse direito público subjetivo só é reconhecido na Constituição Federal de 1988, artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração

da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O artigo 205 da CF (1988) deixa clara a finalidade da educação, o dever do Estado e da família e a colaboração da sociedade que, juntos, devem propiciar o desenvolvimento integral do indivíduo e sua preparação para o exercício da cidadania, afinal, “a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania e tal princípio é indispensável para a participação de todos nos espaços sociais e políticos e para (re) inserção qualificada no mundo profissional do trabalho” (Cury, 2005, p.1).

Embora os documentos elencados não deixem dúvidas quanto ao direito público subjetivo à educação, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), no Brasil, no ano de 2013, havia treze milhões de brasileiros que não sabiam ler nem escrever, o que representava 8,7% da população acima de 15 anos.

A educação constitui elemento essencial para a formação humana. Sem ela, os direitos fundamentais, a formação do indivíduo, a soberania da Nação, a dignidade humana e o exercício da democracia podem ficar comprometidos. A relevância desse direito é apontada como:

O reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação. Ter o domínio de conhecimentos sistemáticos é também um patamar sine qua non a fim de poder alargar o campo e o horizonte desses e de novos conhecimentos (Cury, 2002, p.260).

Segundo Cury (2005) a educação escolar como direito social e dever do Estado, é considerada um bem público subjetivo individual capaz de propiciar o desenvolvimento humano, seu preparo para o exercício consciente da

cidadania, bem como qualifica os indivíduos para a inserção no mundo do trabalho.

Portanto, a educação “deve ser pensada como um conjunto de valores e práticas cujo exercício não somente se fundamenta no reconhecimento formal dos direitos e deveres que a constituem na vida cotidiana dos indivíduos” (Alencar & Gentili, 2001, p. 87). Mas, que seja implementada uma política educacional inclusiva atenta às desigualdades sociais, que reconheça as diferenças individuais, efetive a igualdade e a justiça de forma concreta, pois segundo Kuenzer (2007) “submeter os desiguais ao igual tratamento só faz aumentar a desigualdade” (p. 36).

Ainda mais, que seja dada a todos a oportunidade de aprendizagem, mediante a oferta de uma educação de qualidade, de acordo com o desenvolvimento individual de cada um, sem desconsiderar os grupos sociais específicos como pessoas com necessidades educacionais especiais, afrodescendentes, indígenas e outros. Nesse sentido, a Educação de qualidade deve ser compreendida como

aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento das necessidades individuais e sociais dos alunos bem como a inserção no mundo e a constituição da cidadania também como poder de participação, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Libâneo, Oliveira, & Toschi, 2009, pp.117 – 118).

A educação é um dos caminhos capaz de integrar, como sujeitos constituintes de uma sociedade em constante transformação, os milhões de indivíduos excluídos e desprovidos de conhecimentos e condições sociais, econômicas e culturais básicas.

Não é o bastante admitir em leis, decretos e resoluções a educação como direito social fundamental. É imprescindível efetivar ações que possibilitem a

concretização desse direito. Nesse contexto, a CF (1988) em seu art.206, a LDB (1996) em seu art.3º e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) art. 53, apontam princípios que têm relação direta com o acesso, a permanência e o êxito educacional: igualdade de condições para acesso e permanência na escola, garantia do padrão de qualidade, a valorização do profissional da educação escolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Do mesmo modo, o PNE (2014 - 2024) composto por 10 diretrizes, 20 metas e mais de 170 estratégias, planeja universalizar o acesso, melhorar a qualidade da Educação Básica e reduzir o abandono escolar. Com isso, contribuir para a permanência dos estudantes na escola e para a superação das desigualdades educacionais do país, formação para o trabalho e o exercício da cidadania.

Assim, a educação como direito social precisa ser efetivada de forma democrática e participativa, criando condições de acesso, permanência e êxito escolar para todos, de acordo com os interesses, possibilidades e necessidades do indivíduo, onde a escolha do itinerário formativo não esteja associada à classe social a que pertence, tampouco ao estabelecimento de um modelo único de formação com pouca objetividade.

De acordo com Moura (2007) a ausência de identidade e objetividade aliada ao pouco financiamento público para a última etapa da educação básica ofertada à diversidade da população brasileira, contribui para a falta de qualidade do ensino em muitas escolas, tanto nos sistemas de ensino público quanto privado. Esses fatores conjugados contribuem para o aumento dos índices de abandono escolar dos estudantes nela matriculados.

O Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (MEC/Setec, 2004) conceitua a educação como: “formação

geral que encerra como objetivo fundamental o desenvolvimento integral do ser humano formado por valores éticos, sociais, políticos, de maneira a preservar a sua dignidade e a desenvolver ações junto à sociedade com base nos mesmos valores” (p.11).

Mediante o exposto, é preciso garantir a todos os cidadãos condições de acesso, permanência e êxito escolar com padrões de qualidade. Porém, não há possibilidade de oferta de uma educação de qualidade pautada nos princípios da democracia sem que haja uma gestão educacional participativa, em que todos os membros da comunidade escolar sintam-se parte dela.

Portanto, é dever do Estado, em conjunto com a sociedade e a família, por meio de um trabalho efetivo, colaborativo e participativo, garantir o direito dos cidadãos a uma educação pautada nos princípios da qualidade, equidade e justiça, capaz de minimizar o abandono escolar.

2.2. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – ESPECIFICIDADES DE UMA MODALIDADE DE ENSINO À PROCURA DA RE(CONSTRUÇÃO) E INTEGRAÇÃO AO ENSINO MÉDIO

Nos dias atuais a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil se fundamenta em uma concepção de formação integral, técnica e tecnológica. Naturalmente, orientada por políticas educativas direcionadas à capacitação do trabalhador para sua inserção no mercado de trabalho, com o objetivo de atender as demandas e necessidades dos setores produtivos, aliada ao desenvolvimento econômico local e regional (Manfredi, 2002; Kuenzer, 2007; Koller, 2010).

Mas nem sempre foi assim. Essa modalidade de ensino ao longo de sua constituição vem sendo marcada por constante desconstrução e reorganização de suas diretrizes, forma de oferta, organização curricular e articulação com a educação básica.

Segundo Figueiredo (2013), ainda que as especificidades presentes no ato de sua criação tenham sido superadas parcialmente, não se pode afirmar que o modelo de educação profissional em andamento no Brasil não apresenta nenhuma similaridade com o que determinou a formação para os desvalidos da sorte no início do século XX.

No Brasil, a oferta de cursos de educação profissional sempre esteve associada à formação de mão-de-obra. Desde seus primórdios estava reservada às camadas mais pobres da população, com caráter assistencialista destinada principalmente a amparar órfãos e os desvalidos da sorte (Parecer CNE/CEB nº 16/1999). Os primeiros aprendizes de ofícios foram os índios e os escravos “e habituou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais” (Fonseca, 1961, p.68).

De acordo com Kuenzer (2007), as 19 Escolas de Aprendizes Artífices e de Ensino Agrícola criadas em 1909, direcionadas para o ensino profissional, primário e gratuito sob a responsabilidade do Estado, ato que dá início da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, não tinham a pretensão de atender as necessidades por mão de obra qualificada e, sim, a formação ética pelo trabalho, uma vez que o desenvolvimento intelectual proporcionado pela educação formal era visto como desnecessário para a maior parcela da população.

Como resultado pelo não reconhecimento de vínculo entre educação formal e trabalho, práticas e conceitos dualistas foram sendo consolidadas

historicamente em uma sociedade extremamente conservadora em que se separavam os saberes acadêmicos dos profissionais, tal como refere Alves e Vieira (1995):

A educação formal que os alunos tinham acesso a um conjunto básico de conhecimentos que eram cada vez mais amplos, à medida que progrediam nos seus estudos, e na Educação para o trabalho, o aluno recebia um conjunto de informações relevantes para o domínio de seu ofício, sem aprofundamento educativo, que lhe desse condições de prosseguir nos estudos ou mesmo de se qualificar em outros domínios (p.11).

Segundo Manfredi (2002) “o processo de aprendizagem informal, que abrangia o domínio dos métodos, técnicas e rotinas das tarefas dos diferentes ofícios, constituiu, durante séculos, a única escola de que homens e mulheres, jovens e adultos das classes populares dispunham” (p.53).

De acordo com MEC (2007) as décadas de 1930 e 1940 são marcadas por consideráveis mudanças na política, na economia, na educação e na sociedade brasileira. É nesse período que a nova sociedade burguesa se fortalece. Como consequência, há a expansão da industrialização, que exige medidas governamentais mais efetivas em relação à educação nacional, principalmente para com a formação e qualificação dos trabalhadores, sendo a Constituição Federal de 1937 a primeira a tratar, especificamente, de ensino técnico, profissional e industrial.

A constituição de 1937, artigo 129 estabelece:

O ensino prevocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (Porto, 2012, p.84).

Em 1941, entrou em vigor uma série de leis conhecidas como a Reforma de Capanema, que mudou consideravelmente o cenário da educação brasileira.

Com o advento dessas leis, o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio.

Entretanto, os egressos dos cursos técnicos não podiam ingressar no ensino superior, situação que perdurou até a aprovação da Lei nº 1.821 de 1953. De acordo com Pereira (2009) essa lei “permitiu aos concluintes dos cursos técnicos serem matriculados em cursos do Ensino Superior, desde que relacionados com a habilitação técnica obtida e mediante ‘estudos de adaptação’ e aprovação em exame vestibular” (p. 12).

Porém, somente com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, há a plena equivalência entre cursos técnicos e os demais cursos clássico e científico, oportunizando a todos os egressos continuar seus estudos em nível superior.

Segundo Kuenzer (2007), a educação para o trabalhador brasileiro apresenta em sua gênese de criação a dualidade estrutural, havendo uma expressa divisão entre a trajetória da educação para a elite e a educação para os trabalhadores, sendo os cursos profissionalizantes destinados àqueles que não vão seguir a escolarização em nível superior.

Durante o período militar, de 1964 a 1985, há novas alterações no cenário da educação brasileira, tanto no ensino superior quanto no ensino de 1º e 2º graus. A publicação da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e institui a profissionalização obrigatória, criando uma escola única.

Então, “propõe que a rede escolar esteja sujeita às regras do mercado, tendo como principal função a formação de indivíduos mais aptos para o trabalho com o objetivo de assegurar melhores condições para o crescimento econômico” (Klebis, 2010, p.12).

Segundo Viamonte (2011), a oferta da educação profissional no Brasil sempre esteve associada às constantes transformações econômicas, políticas, culturais e sociais, decorrente das mudanças mundiais, que alteram a ordenação da produção e, conseqüentemente o modo de vida da sociedade.

De acordo com Libâneo et al. (2009) as transformações mundiais interferem na estruturação da educação escolar de diversas formas, redimensionando os objetivos e as prioridades, estipulando metas e ações que vão ao encontro dos interesses e necessidades do mercado.

Com o passar do tempo, a Lei nº 5.692 de 1971, que ora instituiu a compulsoriedade da educação profissional em nível de 2º grau, foi sendo gradualmente flexibilizada por um conjunto de modificações, e o projeto de profissionalização obrigatória, aos poucos, foi sendo facultado (Moura, 2010).

A aceleração econômica dos anos de 1980 pelo qual passavam os sistemas produtivos brasileiros, aliados à redemocratização do país no ano de 1985, e a promulgação de uma nova constituição em 1988, já não concebiam a formação profissional como simples instrumento de uma política assistencialista ou linear de ajustamento às demandas do mercado de trabalho.

Em vista da consolidação do desenvolvimento econômico e a efetivação da abertura econômica brasileira ao capital externo, o mundo do trabalho demonstra em seu novo ordenamento, urgência de um novo trabalhador. Este deve ser “capaz de ser político e produtivo, atuando intelectualmente e pensando praticamente; um trabalhador crítico, criativo e autônomo intelectual e eticamente, capaz de acompanhar as mudanças e educar-se permanentemente” (Kuenzer, 2007, p.50).

Nesse contexto, as novas demandas e necessidades de formação profissional voltada para o mundo do trabalho em virtude das transformações econômicas, da universalização dos meios de comunicação, produção e

eletrônico, fez com que, a partir da segunda metade dos anos de 1990, emergissem os debates para a reestruturação do ensino médio e da educação profissional.

No ano de 1995, entra em cena um novo governo no Brasil, de caráter neoliberal, que defende uma “economia de mercado autorregulável: livre concorrência; fortalecimento da iniciativa privada com ênfase na competitividade, na eficiência e na qualidade de serviços e produtos” (Libâneo et al., 2009, p.88).

Essa nova concepção econômica tem fortes consequências para a educação. O novo governo apresenta como objetivo prioritário “a melhoria da oferta educacional e sua adequação às novas demandas econômicas e sociais da sociedade globalizada, portadora de novos padrões de produtividade e competitividade” (Manfredi, 2002, p.128).

Assim, de acordo com Manfredi (2002), se propõe atualizar a educação profissional de modo que acompanhe os avanços tecnológicos e responda às exigências do mercado de trabalho com mais flexibilidade, qualidade e produtividade, conduzindo jovens e adultos ao permanente aperfeiçoamento de sua vocação para a vida produtiva.

Nesse contexto, após treze anos de intensas discussões, o Congresso Nacional aprova em 20 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Essa lei organiza a composição dos níveis escolares em dois: Educação Básica e Educação Superior, sendo conforme Moura (2010), a educação profissional tratada de forma paralela e complementar à educação básica, consolidando a dualidade educacional.

No que se refere à educação profissional o artigo 36, parágrafo 2º da LDB especifica que: “o ensino médio, atendida à formação geral do educando,

poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”, apontando para a integração. O artigo 40 estabelece que “a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”. Para Moura (2010), esses artigos da lei são “ambíguos e minimalistas” (p.71).

A Educação Profissional passou por mais uma reestruturação regulamentada pelo Decreto nº 2.208, publicado em 17 de abril de 1997. Esse ordenamento legal confirma a desvinculação entre o ensino médio e educação Profissional, modifica a estrutura de formação profissional dividindo-a em básica, técnica e tecnológica. E, junto com a LDB de 1996, são instrumentos legítimos responsáveis pelo rompimento da equidade de estudos entre Ensino Médio e Educação Profissional prevista na primeira LDB do Brasil, a de nº 4.024/1961.

O Decreto nº 2.208/1997 limita a oferta dos cursos técnicos de nível médio apenas na forma concomitante e subsequente à educação básica, ao estabelecer em seu art. 5º que: “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este”.

Além de promover a desvinculação do Ensino Médio e Educação Profissional, esse Decreto acabou por “regulamentar formas fragmentadas e aligeiradas de oferta de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado” (Frigotto, Ciavatta, & Ramos, 2005, p.25).

Segundo as Diretrizes Curriculares para a Educação Pública do Estado do Paraná (2006) o conjunto de orientações estabelecidas pelo Decreto nº 2.208 de 1997, “trouxo como consequência a fragmentação do sistema nacional de educação, o desmonte da rede pública e, em decorrência, a expansão da

oferta de Educação Profissional pela esfera privada e, principalmente, a submissão da educação às práticas do mundo dos negócios” (p.16).

Com as mudanças no cenário político brasileiro no ano de 2002, a educação profissional é retomada no discurso do governo e na política pública. Com o propósito de retomar a junção entre formação acadêmica e profissional, o Decreto Federal nº 2.208 de 1997 é revogado pela publicação do Decreto Federal nº 5.154, em 23 de junho de 2004. O novo instrumento legal mantém as formas de oferta da educação profissional até então determinada e possibilita a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio de forma articulada, permitindo às instituições de ensino organizar seus currículos a partir dos eixos: trabalho, ciência, cultura e tecnologia a partir das diretrizes do Conselho Nacional de Educação.

Para Frigotto et al. (2005) a nova organização da educação profissional proposta pelo Decreto nº 5.154/2004 é um ganho político, que sinaliza mudanças efetivas na formação de jovens e adultos de modo a superar a dicotomia clássica entre os saberes gerais e específicos a partir da integração orgânica do currículo da educação básica e formação profissional.

Nesse contexto, a organização dos cursos técnicos integrados ao ensino médio aponta para a formação politécnica, devendo ser compreendida não como formação polivalente ou de múltiplas habilitações, mas como “domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno” (Frigotto et al., 2005, p.42).

Assim, a partir da publicação do Decreto nº 5.154/2004, as organizações educativas que tenham interesse em ofertar a modalidade de educação profissional integrada ao ensino médio, possibilitando aos seus estudantes a assimilação teórica e prática dos princípios científicos e tecnológicos que

alicerçam a produção contemporânea, têm a liberdade de fazê-lo em consonância com os dispositivos legais que a regulamentam.

Entre as várias alterações efetivadas na educação profissional desde os primórdios de sua constituição, cabe aqui destacar a importância do decreto nº 5.154/2004, que possibilitou a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, tendo suas proposições posteriormente integradas ao texto da lei de nº 11.741, de 16 de julho de 2008. De certa forma, esse ato legal tem-se constituído em um marco importante no âmbito da constituição de uma escola unitária, assentada nas bases tecnológicas, onde as relações do processo ensino aprendizagem não são divididas em intelectual e manual, superando o que ora a história social e econômica instituiu.

Como apresentado nesta seção, a longa trajetória de implantação da Educação Profissional no Brasil foi marcada por (re) construções com vistas a constituir uma identidade de formação. Encontrando-se em alguns momentos como alvo de interesses políticos, econômicos e sociais, inseridos em uma sociedade capitalista.

O que se verifica ao longo da história da constituição da educação profissional no Brasil é uma variedade de projetos e medidas políticas com o objetivo de consolidar essa modalidade de ensino na tentativa de promover qualidade ao processo de formação educacional e profissional. Seja por meio de atos legais, ou pelo aumento da oferta de vagas em cursos técnicos, criação de novos cursos que atendam à demanda regional, ou ainda por meio da interiorização das escolas técnicas com vistas a favorecer o acesso do jovem ou adulto à formação profissional.

De acordo com Silva, Pelissari e Steimbach (2013) apesar do relevante aumento na oferta de vagas na educação profissional propiciada pela expansão e interiorização das escolas técnicas federais, no ano de 2009

detectou-se um expressivo abandono escolar dos cursos técnicos. De acordo com esses autores, “há casos em que a taxa de abandono passa de 75% número não raro quando se trata da modalidade PROEJA ou de qualquer modalidade ofertada no período noturno” (p.3).

Tanto que em 2014, o Ministério da Educação organizou um documento orientador para a superação do abandono e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que por meio de um plano de ação, composto por sete dimensões, tem o propósito de orientar a elaboração e implementação de ações que visem ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo educativo.

Embora tenha perpassado por diferentes políticas públicas educacionais e sido destaque no cenário político de expansão, interiorização e qualidade, essa modalidade de ensino, de acordo com a literatura consultada, não tem apresentado uma resposta eficaz capaz de minimizar ou impedir o abandono escolar.

2.3. ABANDONO ESCOLAR – CONCEITOS E CONTEXTOS

O abandono escolar tem sido uma questão inquietante em todos os níveis e modalidades de ensino. Segundo Schargel e Smink (2002) é um dos desafios mais significativos a ser enfrentado pelos diferentes sistemas educativos em parceria com as famílias, com as empresas e o Estado.

É um problema que vem sendo discutido tanto por órgãos governamentais quanto no meio acadêmico, dada a importância do tema. Para Queiroz (2008)

o abandono escolar “é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro” (p.2).

Embora seja a educação para todos considerada essencial para o desenvolvimento econômico, social e político do país, demonstrar em lei a obrigatoriedade desta por si só, não tem sido capaz de garantir a permanência e o sucesso dos estudantes que nela ingressam.

Há de se admitir na trajetória acadêmica do estudante que tem início com a sua entrada na instituição de ensino, e sua saída efetivada pela diplomação ou certificação muitos são os acontecimentos, sucessos, recompensas e esforços envolvidos. Muitas também são as decepções, insatisfações, insucessos, fracassos e frustrações de toda a natureza que dificultam em dimensão variável a trajetória acadêmica do estudante. Em alguns casos, de acordo com Gonçalves (1997), os insucessos e as dificuldades são tão relevantes que acabam por tornar inviável a continuidade no processo, provocando o abandono escolar.

De acordo com os pesquisadores Díaz, Guajardo, Fiegehen, Campos e Grau, (2012) “atualmente quem não possui a educação básica completa está praticamente excluído de todas as instituições sociais, culturais, políticas e econômicas, porque a educação é o principal mecanismo de inclusão social e principal responsável pelo desenvolvimento social de uma nação” (p.48).

No Brasil, as pesquisas sobre abandono escolar se intensificaram a partir da segunda metade dos anos de 1980, principalmente após a promulgação da CF em 1988, do ECA em 1990 e da LDB em 1996 (Costa, 2012).

Uma das pesquisas mais relevantes sobre evasão escolar no Brasil foi realizada no ensino superior no período de 1995 a 1996, pela Comissão Especial para o Estudo da Evasão instituída pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e Desporto (Sesu/MEC). Nesse estudo os

investigadores reconhecem as limitações e definem como objeto de estudo a evasão dos cursos de graduação, conceituando-a como a “ saída definitiva do aluno de seu curso de origem sem concluí-lo” (Comissão Especial, 1996, p.25).

Segundo Dore e Lüscher, 2011 e Sales, Castro e Dore, 2013, na educação profissional, poucas são as pesquisas que abordam o abandono escolar. Já no contexto da educação básica há um acervo considerável de investigação sobre o tema. A pequena quantidade de estudos sobre o assunto na modalidade de ensino pesquisada acaba por comprometer a essência do quadro teórico legal.

De modo que, conforme explica Dore e Lüscher (2011), as pesquisas para investigar o fenômeno do abandono escolar no âmbito do ensino técnico acabam por utilizar como parâmetro indicadores relevantes produzidos em outros níveis e modalidades de ensino.

De acordo com Sales, Castro e Dore (2013) o abandono escolar é “um fenômeno complexo, multifacetado e multicausal, atrelado a fatores pessoais, sociais e institucionais, que podem resultar na saída provisória do aluno da escola ou na sua saída definitiva do sistema de ensino” (p.7). E por estar associado a conjunturas variadas, torna-se difícil sua análise e compreensão.

É comum referir-se ao abandono escolar como um processo complexo de multicausalidades, associado a um conjunto de circunstâncias difíceis de serem compreendidas e quantificadas. Difícil também é encontrar um consenso entre os investigadores na literatura pesquisada para o conceito das palavras evasão, desistência e abandono escolar, uma vez que os termos são utilizados de modo intercambiável entre profissionais da educação.

Desse modo, os termos podem ser compreendidos de diversas formas, e de acordo com Lüscher e Dore (2011), podem referir-se à retenção e repetência do estudante na escola; à saída do estudante da instituição; à

saída do estudante do sistema de ensino; à não conclusão de um determinado nível de ensino; ao abandono da escola e posterior retorno.

Considerando as variações conceituais, Castro e Malacarne (2011) afirmam que a diversidade de conceitos dificulta a quantificação correta dos casos e a compreensão dos reais motivos que influenciam o processo do abandono escolar.

Os pesquisadores Johann, 2012; Margiotta, Vitale e Santos, 2014, consideram abandono escolar toda e qualquer forma de desistência de uma formação antes de concluí-la, sem renovação ou manifestação de interesse em continuar na instituição de ensino.

Pelissari (2012) aponta que a definição correta para designar a situação dos estudantes que deixam de frequentar os cursos técnicos é abandono escolar, pois esses abandonam a parte profissional do curso, não a base nacional comum ou os estudos, tanto que se dirigem para outra instituição de ensino que ofertam o ensino médio regular.

Para Reinert e Gonçalves (2010) o abandono escolar é a saída do estudante da escola depois de se matricular e ter frequentado alguns dias de aula no período ou ano letivo. Se constitui no ato ou processo de evadir, fugir, escapar, escapulir de um compromisso previamente assumido. Rompendo assim o vínculo jurídico pela não renovação da matrícula no estabelecimento de ensino no período letivo subsequente.

Ao analisar os conceitos de evasão e abandono, percebe-se que o termo que melhor caracteriza o objeto de estudo nesta investigação é o abandono escolar, caracterizado como a “interrupção do aluno no ciclo do curso” (MEC 2014, p. 15). Nessa situação o estudante pode ter solicitado transferência externa, formalizado o desligamento, não ter renovado a matrícula ou abandonado o curso.

Ademais identifica-se que há uma situação anterior ao abandono escolar, renunciada pelo estudante, que perde o interesse pelo curso. É evidente que há acontecimentos que contribuem para que essa mudança aconteça, uma vez que há em algum grau um prévio interesse pela escola e pelo curso escolhido (Pelissari, 2012).

Além disso o termo abandono escolar sugere que o estudante não é o único responsável pela desistência do curso, visto que há uma aglutinação de fatores escolares, sociais, econômicos, culturais, psicológicos, políticos, acadêmicos, familiares e individuais, internos e externos à instituição de ensino que o envolve.

No contexto apresentado nesse estudo, compreende-se que o processo do abandono escolar expressa muito mais do que o elementar desligamento do estudante da instituição de ensino. Envolve circunstâncias psicológicas, sociológicas, organizacionais e econômicas que, articuladas às perspectivas individuais, à função da escola, da família e ao sistema produtivo, contribuem para que o estudante não finalize os estudos em curso.

Portanto, identifica-se o abandono escolar como um problema de política pública e social cujo reconhecimento é importante para que, tanto a família quanto a instituição de ensino e o Estado, compreendam e implementem estratégias institucionais que procure antever o problema, evitando consequências tanto para o estudante quanto para o sistema de ensino.

2.4.FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O ABANDONO ESCOLAR

Pesquisas sobre abandono escolar apontam que esse fenômeno envolve conjunturas sociais, econômicas, institucionais, culturais e individuais uma vez que “é influenciado por um conjunto de fatores relacionados tanto ao estudante e à sua família, quanto à escola e à comunidade em que vive” (Lüscher & Dore, 2011, p. 776). Segundo as autoras, é um indício do fracasso escolar, em que os estudantes deixam a instituição de ensino sem a titulação correspondente.

Para Margiotta et al. (2014) o abandono escolar é de natureza multifatorial cujas causas são conseqüências de um processo articulado a diferentes circunstâncias individuais, educacionais e condições socioeconômicas que precisam ser analisadas e compreendidas a partir dos contextos que as envolvem, para que se possa planejar estratégias de prevenção e intervenção.

Logo, investigar os fatores do abandono escolar é difícil. Em primeiro lugar pelos diversos conceitos denominados como tal, seguido da análise da situação que, ao se juntar ao conjunto de causas e ao contexto dos acontecimentos que contribuem para a efetivação da ação, associam-se e ampliam as chances do estudante deixar o curso. Isso torna o processo de pesquisa ainda mais complexo. No entanto, para Rumberger 2004 (citado por Dore & Lüscher, 2011) compreender as causas do abandono escolar é a solução para combater o problema.

Para Dore e Lüscher (2011), “as possíveis causas da evasão são extremamente difíceis de serem identificadas porque, de forma análoga há outros processos vinculados ao desempenho escolar” (p.776). Para as autoras, o abandono escolar tanto no ensino médio regular, quanto na educação profissional, está ligado ao maior ou menor grau de democratização do acesso

dos indivíduos a esse nível de ensino, articulado a diversos contextos e fatores.

Para Margiotta et al. (2014) “são muitas explicações e muitos argumentos sociológicos, psicológicos, educativos e pedagógicos que, de tempos em tempos, mudam o foco da responsabilidade, associando-a à criança ou ao jovem e, dificilmente, à própria escola” (p.351).

Schargel e Smink (2002) consideram o abandono escolar como um processo e identificam três grupos de estudantes cujas atitudes e comportamentos indicam que estes podem abandonar a escola: estudantes que já abandonaram a escola em algum momento e são frequentemente incluídos em programas de prevenção e recuperação; estudantes desinteressados pelo processo de aprendizagem, e estudantes que não se adaptam às normas escolares.

Para Dore e Lüscher (2011), as relações que os estudantes estabelecem no interior das instituições de ensino contribuem para amenizar o problema tanto do baixo rendimento acadêmico quanto do abandono escolar e consideram “o engajamento acadêmico ou de aprendizagem e o engajamento social ou de convivência do estudante com os colegas, com os professores e com os demais membros da comunidade escolar” (p.776), fundamentais para a permanência e o sucesso escolar.

Silva, Motejunas, Hipólito e Lobo (2007) afirmam que:

as expectativas do aluno em relação à sua formação e a própria integração do estudante com a instituição constituem, na maioria das vezes, os principais fatores que acabam por desestimular o estudante a priorizar o investimento de tempo ou financeiro, para conclusão do curso. Ou seja, ele acha que o custo benefício do "sacrifício" para obter um diploma não vale a pena (p.643).

Quanto à integração social, é possível afirmar por analogia que os estudantes que compartilham valores, crenças e atitudes com o grupo e têm

colegas que os apoiam apresentam menor predisposição para o ato do que aqueles que não se integram ao grupo e não aceitam os mesmos valores e não têm amigos que os apoiam.

Para Ferreira (2013) o abandono escolar expressa a realidade do fracasso das relações sociais, expressão da realidade cruel do cotidiano, onde a distância entre a teoria e a prática no ambiente escolar desafia a inteligência humana. Para o autor é necessário um encontro entre objetivos pessoais e institucionais.

A pesquisa realizada por Almeida e Barbosa (2010) buscou identificar junto aos professores e estudantes matriculados em cursos técnicos a causa para o abandono escolar. Os motivos apontados pelos professores foram: falta de vocação do aluno para com o curso e a falta de compromisso do estudante. Os estudantes apontaram dificuldade financeira ou familiar, reprovação, dificuldade nas unidades curriculares da base nacional comum.

Corroborando com Ceratti (2008), Almeida e Barbosa (2010), Sales, Castro e Dore (2013), identifica-se que o fator preponderante para efetivação do ato é a não identificação do estudante com o curso técnico escolhido. Esse fato apresenta relação direta com diferentes fatores como: preferência pelo ensino médio regular, falta de vocação ou gosto pela área, falta de motivação, interesse ou compromisso com o curso, dificuldade de aprendizagem e reprovação.

Os pesquisadores Soares, Fernandes, Nóbrega e Nicolella (2015) dividem o abandono escolar em três dimensões:

na primeira dimensão, encontram-se os fatores ligados à escola como: a qualidade da escola percebida pelo aluno, a falta de qualidade do trabalho do professor percebida pelo aluno e a escolha da escola por qualidade/afinidade. Na dimensão do aluno, têm-se os fatores característicos dos alunos, como as dificuldades nas disciplinas, as expectativas futuras e características

sociodemográficas. E os fatores ligados à família, como condição socioeconômica, escolaridade dos pais e o interesse e incentivo dos responsáveis nos estudos (p.764).

De acordo com Bueno (1993), o abandono escolar precisa ser examinado, “levando-se em conta as questões ligadas à escolha profissional, às expectativas de realização pessoal e sucesso profissional gerada pelos cursos, às dificuldades de adaptação à vida estudantil e à estrutura curricular” (p.9).

De acordo com os estudos desenvolvidos por Costa (2000) o abandono escolar:

tem os seus focos de origem em três sectores: escola; família e mercado de trabalho. As influências que cada um tem na vida do jovem podem ser decisivas. As pressões de cada sector, actuando isoladas ou conjuntamente, dão origem a situações de Abandono Escolar, que pode não ter efeitos drásticos instantâneos, mas que serão sentidos como tal no futuro (p.16).

Ao analisar as razões que contribuem para o abandono escolar, Machado (2009) afirma que o afastamento da família e dos amigos, o excesso de atividades exigidas no decorrer do desenvolvimento do curso, a não identificação com o curso, as dificuldades de aprendizagem, a baixa qualidade do ensino fundamental, o distanciamento cultural entre a escola e a vida, são determinantes para que o estudante desista do curso.

Nessa direção, Dore (2013) ressalta que a opção por abandonar ou permanecer na escola é condicionada por características individuais, por fatores sociais e familiares e por características da instituição de ensino. Sendo a escolha de outra escola ou de um trabalho, o desinteresse pela continuidade de estudos, problemas pessoais, sociais ou na escola, as principais razões para o abandono escolar.

Para Gugelmin (2015), um aspecto que deve ser observado ao analisar os fatores que impulsionam o abandono escolar na modalidade de educação

profissional consiste na dualidade dos objetivos da última etapa da educação básica no Brasil. Esta dualidade está no fato de o estudante escolher uma escolarização com vistas ao ingresso no ensino superior ou uma formação profissional para ingresso imediato no mercado de trabalho, não procurando informações prévias sobre o curso em que se encontra matriculado.

Coleman, 1988; Mcneal, 1999; TeachMan, Peasch, CarVer, 1996 (citados por Dore & Lüscher, 2011) identificam como fatores que predisõem ao abandono escolar na perspectiva individual: o nível educacional dos pais, a renda e estrutura familiar, a qualidade das relações que os pais mantêm com os filhos, com outras famílias e com a escola. Os autores apontam ainda fatores internos às instituições de ensino como: “a composição do corpo docente, os recursos escolares, as características estruturais da escola, os processos e as práticas escolares, pedagógicas e o grupo de amigos” (p.777).

Dore (2013) acrescenta que as dimensões psicológicas e cognitivas do estudante, suas famílias, os valores, os comportamentos, as atitudes e as circunstâncias do percurso escolar, cooperam para o abandono escolar. Para o MEC (2014) a qualidade da formação escolar anterior e a desmotivação com o curso escolhido se articulam aos demais fatores.

Nessa perspectiva, Johann (2012) evidencia que são muitos os fatores que contribuem para o abandono escolar, tanto podem ser de origem interna ou externa às organizações de ensino. Segundo a pesquisadora, o abandono escolar “não é um fenômeno provocado exclusivamente por fatores existentes dentro da escola, pelo contrário, a maneira como a vida se organiza fora da escola tem reflexos na conduta escolar e a combinação destes fatores acaba interferindo diretamente no abandono escolar” (pp.70-71).

Para Ferreira (2013), o abandono escolar se verifica em razão da somatória de vários fatores, e os agrupam:

à escola não atrativa, autoritária, professores despreparados, insuficiente, ausência de motivação; ao aluno desinteressado, indisciplinado, com problema de saúde, gravidez; aos pais ou responsáveis o não cumprimento de o pátrio poder, desinteresse em relação ao destino dos filhos; social trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência em relação a gangue (pp. 2-3).

Neri (2009) identifica que a falta de interesse dos pais e dos alunos para com a educação ofertada, “seja pela baixa qualidade percebida ou por miopia ou desconhecimento dos seus impactos potenciais. . . impedem as pessoas de explorar os altos retornos oferecidos pela educação a longo prazo” (p.5).

Na perspectiva institucional, Neri (2009) aponta os problemas concernentes à infraestrutura, à alimentação escolar, equipe docente, recursos didáticos, estrutura física da escola, o currículo, a repetência escolar motivada muitas vezes pela falta de uma didática adequada por parte dos professores, como fatores que cooperam para o abandono escolar.

Marun (2008) amplia a discussão ao ressaltar:

O baixo rendimento, a desvalorização das atividades escolares, as dificuldades de aprendizagem ou as dificuldades de relacionamento, a inadequação da escola à sua clientela majoritária, bem como padrões avaliativos que discriminam e estigmatizam o aluno pobre, as múltiplas repetências, as deficiências econômicas do alunado, o adolescente no mercado de trabalho e aspectos sociais do comportamento juvenil parecem constituir as expressões de fracasso que marcam a trajetória escolar acidentada desses jovens (p.31).

Nesse contexto, compreende-se que a escola é corresponsável tanto pelo sucesso quanto pelo fracasso do estudante, principalmente daqueles que detém maiores dificuldades de aprendizagem, que precisam de um atendimento diferenciado. Não estando nem a reprovação tampouco à repetência relacionada às características individuais e familiares do indivíduo. Isto porque, segundo Johann (2012),

o papel da escola é fundamental na combinação de fatores que irão definir a trajetória escolar do aluno e seria incoerente acreditar que somente o aluno ou seus pais são responsáveis pelo fracasso escolar. É preciso estar atento à dimensão pedagógica do processo escolar, buscando compreender o que se passa dentro dos muros da escola e principalmente dentro de cada sala de aula, identificando assim possíveis fatores que possam produzir o fenômeno do abandono escolar (p.76).

Para Queiroz (2008), a família é um elemento relevante para a permanência ou abandono escolar, seja pelo seu capital social, cultural e financeiro, seja pela ausência ou presença na vida escolar do estudante ou mesmo por questões sociais e econômicas. Pois é no cerne familiar que está a produção, conservação e a reprodução histórico-cultural que pode ou não identificar na educação um instrumento de fortalecimento social que possibilita o acesso do indivíduo aos bens produzidos pela humanidade.

Para os pesquisadores Bastos e Gomes (2014) uma base familiar sólida, com pais que se interessam e acompanham o processo de aprendizagem dos filhos, influencia o rendimento acadêmico e contribui para a permanência escolar, independente da classe social. E consideram o desinteresse para com o curso escolhido, a necessidade de trabalhar, o despreparo dos professores, o ensino mal aplicado, longa distância entre a residência e a escola, dificuldade de conciliar emprego e estudo e por fim a escola não atrativa parte de um contexto, cujas consequências não são momentaneamente identificadas pelo estudante.

Os estudos realizados por Caetano (2005), com o objetivo de analisar o abandono escolar em Portugal, identificou que o ato de abandonar a escola se relaciona aos fatores geográficos: litoral e interior e, econômico: regiões mais industrializadas e as rurais. A autora destaca que as melhores oportunidades de trabalho estão nos territórios mais industrializados e considera a busca pela independência financeira uma das principais causas para o abandono

escolar. Quanto às regiões rurais o abandono escolar está ligado às dificuldades financeiras.

No Brasil, os estudos de Neri (2009) também apontam que nas regiões mais industrializadas, com economia mais aquecida, estão as maiores oportunidades de emprego, portanto os jovens são mais propensos a deixar a escola e ingressar no mercado de trabalho, e constata que os índices de abandono escolar são maiores nas regiões metropolitanas mais ricas do país.

Assim, os fatores elencados nessa investigação são concomitantes e não exclusivos para identificar o contexto e compreender as razões que levam ao abandono escolar, sendo conveniente refletir sobre o papel social e democrático da escola. Segundo Charlot (2000) os fatores que influenciam o abandono escolar envolvem vários aspectos

sobre o aprendizado, obviamente, mas também sobre a eficácia dos docentes, sobre o serviço público, sobre a igualdade das “chances”, sobre os recursos que o país deve investir em seu sistema educativo, sobre a “crise”, sobre os modos de vida e o trabalho na sociedade de amanhã, sobre as formas de cidadania (p. 14).

Compreende-se que há um conjunto de fatores relacionados tanto ao estudante e à sua família quanto à escola, à comunidade em que vive e às condições socioeconômicas do estudante e do país que contribuem para o abandono escolar.

Identifica-se que o abandono escolar é determinado pela junção de vários fatores que se articulam e envolvem conjunturas econômicas, sociais, culturais, institucionais e familiares, que não devem ser identificados e analisados isoladamente.

À luz dos referenciais teóricos estudados, percebe-se que as causas do abandono escolar circulam em torno de elementos e eixos bastante similares,

em todos os níveis e modalidades de ensino. Assim, dada a complexidade do fenômeno e da diversidade de interpretação, torna-se difícil identificá-las e agrupá-las. De acordo com Paixão, Dore, Margiotta e Laudares (2014) “a prevenção é hoje mundialmente conhecida como a estratégia mais eficaz para garantir a permanência dos estudantes na escola, seu sucesso e melhores chances para inserção no mundo produtivo ou prosseguimento dos estudos em nível superior” (p. 338).

É relevante que a partir da identificação e compreensão dos fatores associados ao abandono escolar, a instituição de ensino se atente para a prevenção como medida mais adequada para a identificação precoce do problema por meio do acompanhamento individual dos estudantes que se encontram em situação de risco.

Ressalta-se ainda que os fatores aqui elencados e discutidos não possuem caráter de exclusividade tampouco são inéditos ou possuem um fim em si mesmo. O abandono escolar é resultado da conjunção de diversos fatores, que uma vez identificados, possibilitam à instituição de ensino planejar estratégias com o objetivo de prevenir e amenizar o problema e ainda evitar as consequências sociais, econômicas e individuais desse fenômeno.

2.5. RELEVÂNCIA DOS INDICADORES DE GESTÃO PARA ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

A globalização, o acesso facilitado às informações mais estruturadas viabilizadas pelas tecnologias de informação e comunicação, a internacionalização do mercado e o aumento da competitividade entre as organizações, têm contribuído para que os gestores empreguem várias

estratégias de gestão e adotem a metodologia dos indicadores de desempenho nos diversos processos que a envolve, com a finalidade de avaliar o andamento dos objetivos estabelecidos e os resultados a serem alcançados (Luiz, Salgado, & Hikichi, 2016).

Para Jannuzzi (2012), o interesse pela temática e o aumento da aplicação dos indicadores nas atividades de planejamento e avaliação das políticas públicas se deve ao aprimoramento dos controles administrativos dos ministérios por meio da avaliação do desempenho, e o aprimoramento do controle social do Estado brasileiro nos últimos anos.

Os indicadores subsidiam atividades de planejamento e a formulação de políticas públicas, e possibilitam o monitoramento e o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a problemática específica, objeto da avaliação.

Conforme Jannuzzi (2005), os indicadores construídos ou selecionados para a formulação, monitoramento e avaliação do desempenho de políticas públicas devem fundamentar-se em algumas propriedades como: serem relevantes, terem validade, confiabilidade da medida, serem representativos da realidade empírica em análise, sensibilidade e especificidade, transparência metodológica, comunicabilidade, periodicidade de atualização, custo financeiro, público-alvo do programa e comparabilidade.

Os indicadores de desempenho, importante elemento de gerenciamento das organizações, são instrumentos de planejamento, gerenciamento e apoio à gestão que possibilita monitorar e avaliar continuamente o desempenho de uma determinada estratégia ou processo corrente na instituição, cujos resultados norteiam para o cumprimento atual ou futuro (Luiz et al., 2016).

De acordo com Luiz et al. (2016), os indicadores “são parâmetros utilizados para medir a eficácia e a eficiência no processo” (p. 130). Por meio deles é possível, avaliar, analisar, sugerir, decidir, intervir ou alterar o andamento de

um planejamento visando atingir determinado objetivo. Pois, para cada indicador são estabelecidas metas a alcançar em um determinado período de tempo.

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP (2009), antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) identifica que os “instrumentos de gestão são essenciais nas atividades de monitoramento e avaliação das organizações, assim como seus projetos, programas e políticas, pois permite acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços, melhorias de qualidade, correção de problemas e necessidades de mudanças” (p.13).

Nesse contexto, os indicadores são instrumentos de auxílio à gestão que apresentam informações quantitativas utilizadas para medir um processo ou seus resultados. São, portanto, agentes tradutores de informação, contribuindo diretamente para a tomada de decisão ao possibilitar a comparação do referido processo ou resultados com o objetivo previamente estabelecido.

Jannuzzi (2002) define indicador como:

uma medida, em geral, quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para a pesquisa acadêmica) ou programático (para a formulação de políticas). É um recurso metodológico empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma (p. 55).

Para o MP (2009) os indicadores são instrumentos essenciais para mensurar o resultado da instituição de ensino e possuem duas funções básicas: descrever o estado real dos acontecimentos e seu comportamento e analisar as informações presentes com fundamento nas anteriores. Por meio deles é possível acompanhar ao longo do tempo se as metas estabelecidas estão sendo

alcançadas bem como identificar qual a porcentagem de evolução ou piora em relação a indicadores anteriores.

Para Casado e Siluk (2011), em instituições educativas “o uso de indicadores de desempenho na gestão, quer seja para atender a órgãos reguladores e leis específicas, quer seja como opção de gestão administrativa, tem-se mostrado uma ferramenta tão útil quanto para as organizações privadas” (p.2).

O uso de indicadores para avaliar o desempenho da gestão das organizações públicas de ensino segundo Casado e Siluk (2011) permite:

conhecer os objetivos e as metas que persegue a organização; obter informação em detalhe das atividades e dos custos envolvidos para atingir os objetivos; conhecer os resultados e compará-los com padrões estabelecidos, facilitando o entendimento dos termos eficácia, eficiência e economicidade; melhorar o processo de prestação de contas; controlar mais efetivamente a aplicação dos recursos, entre outros (p.2).

Dessa forma, os indicadores de desempenho são relevantes, tanto para controlar quanto para auxiliar o gestor no cumprimento de suas funções, na alocação e coordenação de esforços, na distribuição de bens e serviços e na tomada de decisão.

Os indicadores quantificam as informações sobre o desempenho das organizações de ensino, seus estudantes matriculados, seus rendimentos, o abandono escolar, a retenção escolar, o fluxo escolar, as escolas, sua dependência administrativa, distribuição regional, a titulação do corpo docente, o tempo de serviço, o vínculo administrativo, as condições de infraestrutura dos estabelecimentos, avaliando-se assim a qualidade da educação ou como ferramenta de acompanhamento e de implantação de políticas públicas (Werle et al.,2015).

De acordo com Lück (2009) os indicadores apontam sucessos, expõem dificuldades, limitações e assinalam situações que carecem de mais atenção e cuidado, orientando assim a tomada de decisão e a definição de ações de melhoria e a fundamental correção dos rumos. Também é útil para fortalecer ações bem sucedidas, indicar as necessidades de adequação em função dos resultados almejados.

Os indicadores também podem ser utilizados como um padrão a alcançar. É o que se verifica, por exemplo, no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2014-2018) da instituição de ensino pesquisada. O documento traz, por exemplo, o objetivo 4 do qual constam 3 metas, quais sejam:

- a. Meta 1: reduzir o nível de abandono escolar para 15% até 2018;
- b. Meta 2: atingir taxa de retenção máxima de 10% em cada componente curricular até 2018 e
- c. Meta 3: atingir índice de eficácia institucional de 80% a partir de 2016.

Nesse sentido, de acordo com Werle et al.(2015) os indicadores são medidas que expressam de forma quantitativa uma situação complexa da realidade educacional, e estão sempre se referindo a metas de planejamentos de uma realidade que se quer mudar.

Para Lück (2009), os indicadores “vêm a constituir-se em elemento mensurável que permite concluir que ocorreu um determinado resultado” (p.58). O que para a autora “corresponde a uma síntese combinatória de elementos interligados, condição que lhe atribui grande utilidade para a gestão, pois permite sintetizar elementos complexos, de modo a facilitar a compreensão e o registro dos fatos, fenômenos e processos observados” (p.58).

Portanto, identificar resultados das ações por meio de medidas de desempenho se constitui em um relevante mecanismo de comunicação com a

sociedade e de evidência da evolução do plano, o que faz dos indicadores elementos fundamentais para todo o ciclo de gestão (MEC, 2016).

As gestões das organizações públicas vêm passando por contínuas mudanças quanto à eficiência, eficácia e transparência nos gastos públicos. Seus gestores são cada vez mais cobrados pela comunidade e órgãos fiscalizadores a demonstrarem o gerenciamento não só dos recursos públicos, mas a instituição pública visando o resultado em cada ação proposta (Silva, Braga, & Silva, 2014).

No âmbito da modalidade de ensino pesquisada, na última década, transformações significativas ocorreram. Vários fatores estão atrelados às transformações, como a globalização, o avanço tecnológico, a instalação de novas escolas e a criação dos Institutos Federais de Educação. Essas mudanças em conjunto com a expansão e interiorização dos IFE são responsáveis pela reestruturação da educação profissional no Brasil (Pacheco, 2011).

Nesse contexto, à luz da literatura pesquisada, identifica-se que administrar uma instituição de ensino é uma tarefa complexa, na medida em que se torna cada vez mais necessária a melhoria da qualidade do ensino.

Assim, a constituição de instrumentos de planejamento e compromissos como o PNE e o TAM, no âmbito do Ministério da Educação, é elemento fundamental de definição de metas e compromissos governamentais com a melhoria da qualidade da educação. O monitoramento das ações nestes programas, por meio de indicadores é essencial para garantir que as ações e atividades que estão sendo desenvolvidas irão atingir o efeito desejado, além de evidenciar o que influencia nos resultados e se estes estão sincronizados com o planejamento estabelecido para o período definido (MEC, 2016).

Aliados ao movimento de expansão dos IFE, de acordo com Thomaz, Queiroz, Furukava, Queiroz e Marques (2014) os órgãos de controle têm

aumentado sua “ação fiscalizadora ao introduzir práticas de qualidade, como a implementação e acompanhamento de indicadores de qualidade nas prestações de contas dos órgãos sob sua jurisdição” (p.2).

Nesse contexto, por meio do Acórdão nº 2.267/2005, o TCU determinou que a partir do exercício de 2005 todas as Instituições Federais de Educação Tecnológica divulguem em seus relatórios de gestão um conjunto de 12 indicadores, com o objetivo de demonstrar a eficiência e a eficácia, bem como construir o registro histórico de modo a permitir a análise dos principais aspectos das variações observadas pelo gestor.

Conforme Acórdão nº 2.267/2005 os indicadores são: Relação candidato por vaga; Relação ingressos por matrícula atendida; Relação concluintes por matrícula atendida; Índice de eficiência acadêmica de concluintes; Índice de retenção do fluxo escolar; Relação de alunos por docente em tempo integral; Índice de titulação do corpo docente; Gasto corrente por aluno; Percentual de gastos com pessoal; Percentual de gastos com outros custeios; Percentual de gastos com investimentos; e Número de alunos classificados por renda per capita familiar.

Assim, os indicadores de desempenho se tornaram ferramentas de gerenciamento essenciais que começam a compor os resultados reais anuais dos IFE fundamentados em elementos preestabelecidos, com a finalidade de quantificar a eficiência, e a eficácia geradora do desempenho.

Por se constituírem elementos essenciais para o planejamento, controle e auxílio aos gestores na tomada de decisão e melhoria dos processos, exercendo a gestão estratégica de qualidade, são as razões que levam os indicadores propostos pelo Acórdão TCU nº 2.267/2005, a comporem o sistema de medição do desempenho, apresentados anualmente por meio do Relatório de Gestão dos IFE à SETEC/MEC.

Segundo o Acórdão nº 2.267/2005, os indicadores resultantes dos dados extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) possibilitam à SETEC/MEC acompanhar a eficiência e eficácia das ações dos programas destinados às organizações de ensino da rede federal de educação profissional e tecnológica.

O SISTEC é alimentado pela instituição de ensino que cadastra o curso a cada oferta de novas vagas, cria o ciclo de matrícula com data de início e a previsão do término, e vincula os estudantes ao ciclo com o status em curso. Esse sistema é ajustado semestralmente no período de desenvolvimento do curso podendo o status do estudante ser alterado para desligado, abandono, concluído, transferido e integralizado em fase escolar, o que facilita o cálculo dos indicadores. Ao término da previsão do curso se houver aluno com status em curso, significa que o mesmo ficou retido/reprovado.

Em 2016, foi publicado o Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica o qual apresenta os Indicadores de Permanência e Êxito que passam a compor as medidas de desempenho dos IFE e expressem o grau de alcance das metas e objetivos estabelecidos para a educação profissional enquanto política pública.

Nesse contexto os novos indicadores acadêmicos: taxa de retenção, taxa de conclusão, taxa de evasão, taxa de reprovação, taxa de matrícula continuada regular, taxa de matrícula continuada retida, taxa de efetividade acadêmica, taxa de saída com êxito e taxa de permanência e êxito, articulados aos já existentes, são instrumentos de gestão essenciais nas atividades de monitoramento, pois geram informações importantes que permitem aos gestores avaliar e propor ações corretivas ou preventivas quando necessárias.

Portanto, é relevante que os indicadores sejam compreendidos como instrumentos de gestão, fundamental nas atividades de monitoramento e avaliação das organizações educativas, como elemento de auxílio ao planejamento de metas e ações estratégicas onde é possível comparar a evolução histórica dos resultados no período estabelecido, otimizando as práticas administrativas e pedagógicas da eficiência operacional, racionalização de gastos e melhor utilização dos recursos recebidos.

3. CAPÍTULO III – OPÇÕES METODOLÓGICAS E SUA JUSTIFICAÇÃO

3.1. FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA E APLICAÇÃO

A questão de estudo dessa investigação é o abandono escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio em uma instituição de ensino da rede federal de educação profissional no Brasil.

Optou-se por uma abordagem qualitativa que de acordo com Marconi e Lakatos (2011) “preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento” (p. 239).

De acordo com Creswell (2010), a pesquisa qualitativa “é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” (p.43). Há também uma abordagem quantitativa com vistas a complementar a investigação, pois o levantamento de dados quantificáveis às vezes torna-se necessário com o objetivo de clarificar as informações.

A metodologia qualitativa seguiu um paradigma de investigação interpretativo foi aplicada utilizando-se o estudo de caso como modo de pesquisa, dentro do contexto real por meio da coleta e análise de dados e informações sobre o abandono escolar, visando atingir os objetivos propostos neste estudo.

Bardin (2016) afirma que a análise qualitativa

é válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais. Pode funcionar sobre *corpus* reduzidos e estabelecer categorias mais discriminantes, por não estar ligada, enquanto análise quantitativa, a categorias que deem lugar a frequências suficientemente elevadas para que os cálculos se tornem possíveis (p.145).

De acordo com Yin (2001), o estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (p.32).

Para Gil (2010), o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados” (p.37).

O estudo de caso tem como propósito examinar fatos contemporâneos, descrição do contexto tal como se apresenta e as variáveis que determinam o fenômeno em situações complexas. Essa estratégia se destaca pela capacidade de lidar com uma variedade de evidências como documentos, entrevistas e observações, Yin, 2001 e Gil, 2010.

Nesse contexto, o estudo de caso contribui para melhor compreensão do objeto desta pesquisa por se tratar de uma estratégia de estudo adequada a fenômenos complexos que procura identificar os fatores que induzem a uma ação.

3.2. OS SUJEITOS DA PESQUISA

Diante do propósito da pesquisa, os participantes selecionados envolveram conforme Marconi e Lakatos (2011), uma “parcela escolhida de acordo com uma população” (p.27), definida a partir dos objetivos propostos.

Dessa forma os sujeitos desse estudo foram constituídos pelos estudantes que abandonaram os cursos técnicos integrados ao ensino médio no período de 2010 a 2015, que conforme dados de abril de 2016 do SISTEC, corresponderam a 108 estudantes.

Também fizeram parte desta investigação todos os estudantes que se encontravam matriculados no último período dos cursos pesquisados no ano de 2016. Esse grupo de estudantes foi escolhido por atender melhor aos objetivos da pesquisa, devido estar cursando o último período dos cursos e terem convivido com parte dos estudantes que abandonaram os cursos no período da pesquisa. Todos os 131 estudantes matriculados no último período dos cursos ofertados foram convidados a participar da pesquisa, porém, 5 estudantes desse grupo fizeram parte do pré-teste, portanto não compuseram o total dos matriculados, considerando para efeito de amostra desse grupo 126 estudantes.

E ainda, todos os setenta e oito docentes que atuam na instituição de ensino pesquisada foram convidados a participar dessa investigação.

Portanto, os sujeitos desse estudo foram constituídos por 108 estudantes que abandonaram os cursos, 126 estudantes regularmente matriculados no último período dos cursos investigados e 78 docentes que atuam na instituição de ensino pesquisada.

As porcentagens de questionários respondidos ficaram em: (96) 76,19% de participação dos alunos matriculados no último período do curso, (41) 37,96%

de participação dos estudantes que abandonaram o curso e (45) 57,69% de participação dos docentes. Marconi e Lakatos (2003) afirmam que “em média, os questionários expedidos pelo pesquisador alcançam 25% de devolução” (p. 201). Provavelmente o contato pessoal com os docentes, por telefone e redes sociais com estudantes que abandonaram os cursos solicitando suas contribuições para com a pesquisa contribuiu para os índices apresentados.

O expressivo percentual de participação dos estudantes matriculados se deve à estratégia da pesquisa, com o questionário eletrônico, o apoio da gestão da instituição de ensino e professores em disponibilizar os laboratórios de informática e momentos de aulas para que os estudantes respondessem ao questionário.

3.3. PROCEDIMENTOS UTILIZADOS NA PESQUISA

Em um primeiro momento realizou-se um levantamento de material bibliográfico publicado sobre a educação profissional, suas peculiaridades, formas de implantação, abandono escolar e seus principais fatores. É uma etapa da investigação que teve como objetivo identificar o referencial teórico, base de sustentação e direcionamento das discussões, bem como a revisão de literatura, na procura de experiências com o tema pesquisado.

O estudo de caso iniciou-se com análise do referencial teórico identificado e análise dos documentos internos da instituição de ensino disponíveis na Coordenação de Registro e Controle Acadêmico - CRCA e no Núcleo de Apoio Pedagógico – NAP. Haja vista que, segundo Pádua (1997) “pesquisa

documental é aquela realizada a partir de documentos contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos” (p.62).

Tais documentos constituem-se do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Nacional de Educação (PNE), Plano Estratégico do ano de 2015, Regulamentos, fichas de matrículas dos estudantes, planilhas do SISTEC dentre outros.

No âmbito do levantamento de dados, identificou-se o público que faria parte dessa pesquisa com seus respectivos contatos e a estruturação do instrumento de coleta de dados. Realizou-se o pré-teste com a participação de 5 estudantes matriculados no último período dos cursos, cujos resultados não foram agregados à pesquisa.

O objetivo do pré-teste segundo Gil (2009) “é evidenciar possíveis falhas na redação do questionário tais como: complexidade das questões, imprecisão na redação, desnecessidade das questões, constrangimentos do informante e exaustão” (p.134), bem como contribuir para validar os instrumentos de recolha de dados.

De posse da relação nominal e numérica dos participantes, iniciaram-se os procedimentos para a coleta de dados, utilizando-se de questionários disponibilizados por meio do google forms, com o objetivo de identificar os fatores que influenciam o processo de abandono escolar dos estudantes.

No primeiro momento, em dezembro de 2016, os estudantes matriculados no último período dos cursos técnicos integrados, foram convidados pessoalmente pela pesquisadora a participar da pesquisa. Os mesmos foram esclarecidos do objetivo da pesquisa e sobre Termo de Assentimento, apêndice E, sendo os questionários respondidos no Laboratório de informática da instituição de ensino pesquisada, utilizando-se de um link para acesso ao questionário google forms, mediante a leitura e confirmação do

termo de Consentimento Livre e Esclarecido solicitado a todos os participantes.

Em relação aos docentes, foi apresentado o objetivo da pesquisa e a importância da participação de todos durante as reuniões das áreas. Em seguida lhes foi encaminhado por e-mail o link para responder ao questionário via google forms.

Quanto aos alunos que abandonaram os cursos, a pesquisa dos dados cadastrais foi realizada no sistema de gestão acadêmica informatizado da instituição de ensino pesquisado.

Após o levantamento dos dados desses estudantes procedeu-se um contato por e-mail, explicando o motivo da investigação e convidando-os a participarem respondendo ao questionário compartilhado por meio de um link via google forms. Em seguida estabeleceu-se um contato telefônico no intuito de confirmar o recebimento dos e-mails, prestar esclarecimentos quanto ao objetivo da pesquisa e confirmar a participação.

No entanto, algumas dificuldades surgiram, como por exemplo, partes significativas dos telefones registrados na ficha de matrícula dos ex-alunos estavam desatualizadas ou são inexistentes. Além do mais, muitos e-mails registrados na CRCA são dos pais dos estudantes. Isso impossibilitou contato com um número significativo de ex-estudantes. Mediante a dificuldade, foi necessário utilizar-se das redes sociais em detrimento da manutenção de um protocolo rígido de recolha de dados.

O uso das redes sociais foi a forma de contatar os estudantes que abandonaram os cursos, atualizar seus contatos, convidá-los a participar da pesquisa e encaminhar o questionário.

3.4. TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS

Em se tratando de técnicas utilizadas para a coleta de dados recorre-se a um conjunto de procedimentos em função dos objetivos específicos estabelecidos para essa pesquisa.

Em relação ao primeiro objetivo, identificar o número de alunos que abandonaram os cursos técnicos integrados no período de 2010 a 2015, a taxa foi verificada por meio dos dados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) e Coordenação de Registro e Controle Acadêmico.

Para o segundo objetivo, que trata de identificar os fatores que influenciam o abandono escolar dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, na visão dos estudantes que abandonaram, dos que permaneceram e dos docentes, optou-se por questionário eletrônico via google forms por entender ser este um instrumento que atinge maior número de pessoas em diversas localizações geográficas a baixo custo.

O modelo do questionário utilizado foi adaptado a partir dos indicadores constantes no Manual de questão por questão, anexo da pesquisa: Evasão escolar nos cursos técnicos do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais do ano de 2011, fundamentado na revisão da literatura. As dimensões dos questionários e suas respectivas variáveis foram elaboradas utilizando-se daquelas que aparenta maior relação com o abandono escolar de acordo com os objetivos e sujeitos dessa investigação, conforme apontado no referencial teórico e revisão da literatura (Apêndice B e C).

Para Gil (2009),

construir um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões irão proporcionar os dados requeridos para testar hipóteses ou esclarecer o problema de pesquisa. As questões constituem, pois, o elemento fundamental do questionário (p.129).

Optou-se por questionário com questões fechadas. Seguindo-se o modelo de Escala de Likert, as alternativas das respostas foram organizadas em uma escala gradual sendo, 1 não influencia, 2 influencia pouco, 3 influencia razoavelmente, 4 influencia muito e 5 influencia totalmente. A opção pela escala de influência de 5 pontos foi para possibilitar a gradação e ampliação de respostas dos participantes a fim de captar diferenças sutis entre as opiniões dos respondentes a cada fator proposto, conforme (Dore, Sales, & Castro, 2014).

A investigação foi organizada em dois eixos norteadores de pesquisa, sendo questões relacionadas à escolha dos cursos técnicos integrados e ao abandono escolar.

Dentro do eixo escolha do curso técnico integrado optou-se por abordar as dimensões: demandas de formação e afinidade; fatores pessoais e familiares; características da instituição e do curso. No eixo abandono escolar foram abordadas as dimensões: curso e conteúdo; fatores motivacionais e de estudo e fatores didáticos pedagógicos. Em cada eixo e dimensão abordada buscou-se identificar os fatores que influenciaram o ingresso e o abandono escolar inerente à instituição de ensino, à família e ao estudante.

No sentido de validar os questionários enquanto instrumento de pesquisa, após a aprovação dos mesmos, juntamente com o pré-projeto desta investigação por via de convalidação pelo parecer 1.851.101 obtido junto ao Comitê de Ética do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do

Sudeste, realizou-se o pré-teste, do qual participaram cinco estudantes matriculados no último período do curso.

Estes estudantes foram informados do objetivo do trabalho e aceitaram participar do teste piloto. Optou-se pela não leitura das informações acerca da pesquisa pelo pesquisador, ficando essa leitura a critério do respondente, simulando a situação real de aplicação do instrumento e para avaliar a compreensão dos mesmos quanto às questões formuladas.

3.5. TÉCNICAS DE TRATAMENTO DE DADOS

Considerando-se os objetivos propostos, os dados coletados por meio dos questionários foram preparados para análise e passaram por um procedimento contínuo de reflexão para a devida interpretação.

Para Gil (2009) o tratamento de dados refere-se ao ato de “estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, quer sejam derivados de teorias, quer sejam de estudos realizados anteriormente” (p. 113).

Em meio a vários métodos para sistematização, análise e interpretação de dados provenientes de investigações qualitativas, optou-se por um que conseguisse responder de forma apropriada aos objetivos proposto para essa investigação. Tendo como hipótese que o abandono escolar apresenta causas múltiplas e entrelaçadas, difíceis de serem identificadas, optou-se pela análise qualitativa de conteúdo.

Assim, os dados coletados por meio dos questionários foram salvos em planilhas eletrônicas, visando agilizar e facilitar o processo de tabulação e

análise dos mesmos, por dimensão pesquisada. Os dados foram tabulados conforme a frequência de respostas absolutas e relativas a cada fator, o que possibilitou sistematizar os fatores e mensurar o grau de influência atribuído pelos respondentes conforme a escala utilizada.

De acordo com Gil (2009),

A tabulação é o processo de agrupar e contar os casos que estão nas várias categorias de análise. Pode haver tabulação simples e cruzada. A tabulação do primeiro tipo, que também é denominada marginal, consiste na simples contagem das frequências das categorias de cada conjunto. A tabulação cruzada, por sua vez, consiste na contagem das frequências que ocorrem juntamente em dois ou mais conjuntos de categoria (p. 159).

Na tabulação dos dados da investigação foi realizada a identificação e análise dos fatores que mais influenciaram o ingresso e o abandono escolar na ótica dos segmentos investigados, a partir dos quais se analisou e interpretou os dados qualitativamente. Buscou-se, também, conhecer o perfil dos respondentes, utilizando-se de uma abordagem descritiva do conjunto de dados obtidos.

Os resultados obtidos e analisados traduzem o que os respondentes apontaram ser a influência para a decisão de ingresso e abandono dos cursos investigados, diante de cada fator apresentado.

O tratamento de dados foi realizado na perspectiva de sintetizá-los de modo a dar uma compreensão analítica sobre cada dimensão pesquisada. Os passos foram trilhados comparando e consolidando as percepções dos sujeitos da pesquisa: docentes, estudantes matriculados e que abandonaram os cursos.

Em cada dimensão investigada, os resultados da pesquisa foram organizados em gráficos, constantes nos apêndices D, E, F, G, H e I, a partir

dos quais foram extraídos os fatores considerados influentes para efeito de análise dessa investigação.

Após a elaboração dos gráficos, realizou-se um estudo e análise detalhada dos resultados de cada fator, conforme a escala utilizada no estudo, observando e comparando a magnitude do grau de influência indicado pelos segmentos participantes. Identificou-se então, ser necessário estabelecer um ponto de corte dos fatores pesquisados a serem utilizados na análise e discussão dos resultados com vistas a atender aos objetivos propostos para essa investigação.

Assim, foi considerado para análise, em cada dimensão, apenas os fatores que apresentaram a soma no grau de influência nos dois extremos da escala (influenciou muito e totalmente), valor igual ou superior a 30%, sendo esse valor ocorrendo concomitantemente nos três segmentos que participaram da pesquisa (estudantes matriculados, que abandonaram os cursos e docentes).

Com o objetivo de melhor visibilidade e maior compreensão das informações, optou-se pela apresentação dos resultados em gráficos e quadros, mesclando informações quantitativas em dados numéricos e percentuais, seguidas das análises.

Dos 50 fatores iniciais investigados na pesquisa, 23 foram considerados relevantes para os segmentos participantes respondentes, dentro dos critérios estabelecidos nessa investigação.

4. **CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

4.1. **O ABANDONO ESCOLAR NOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS**

Os dados do quadro 2 demonstram o registro numérico referente ao quantitativo de estudantes matriculados e que abandonaram os cursos, e o percentual de abandono escolar, identificado em cada ciclo de matrícula, no período de 2010 a 2015, nos cinco cursos técnicos integrados ao ensino médio ofertados na instituição de ensino pesquisada. Vale ressaltar que cada ciclo de matrícula tem duração de três anos.

Quadro 2 - Matrículas nos cursos técnicos integrados ao ensino médio e abandono (total e %), por ciclo de matrícula de 2010 – 2015

Ciclo de matrícula	Matrículas	Abandono	% Abandono
2010 -2012	60	12	20%
2011 -2013	70	17	24,28%
2012 - 2014	72	16	22,22%
2013 - 2015	108	23	21,29%
2014 - 2016	140	15	10,71%
2015 - 2017	178	25	14,04%
Total	628	108	17,19%

Fonte: Elaborado pela autora a partir do banco de dados do SISTEC, 2015.

Analisando o abandono escolar por ciclo de matrícula, é possível observar que no ciclo 2010-2012, dos 60 alunos matriculados 12 (20%) abandonaram os cursos. No ciclo de 2011-2013, detectou-se um aumento no percentual de abandono em relação ao período anterior, dos 70 estudantes matriculados, 17 (24,28%) abandonaram os cursos.

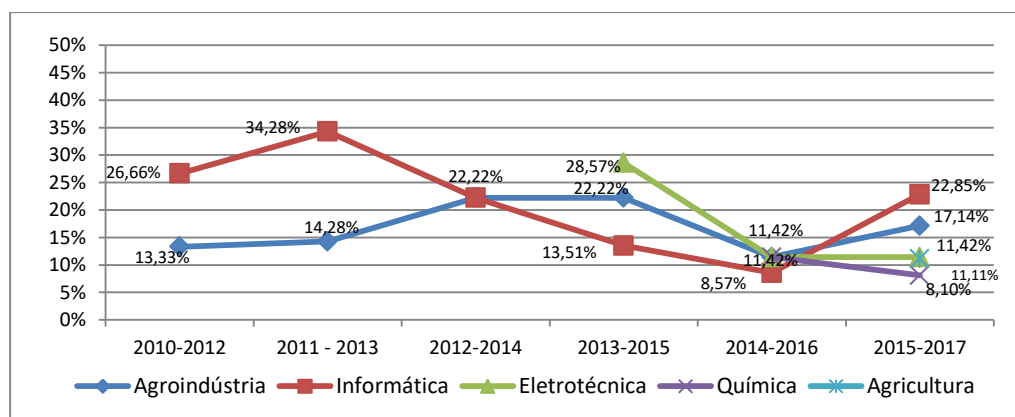
No ciclo de matrícula do ano de 2012-2014, identificou-se que 16 (22,22%) dos 72 estudantes matriculados abandonaram os cursos. Já dos 108 estudantes matriculados nos cursos ofertados no ciclo 2013-2015, 23 (21,29%) estudantes abandonaram os cursos.

Nos ciclos iniciados em 2014-2016 e 2015-2017, foram matriculados 140 e 178 estudantes e identificados 15(10,71%) e 25(14,04%) de abandono, respectivamente, até o momento. Esses dados são parciais e indica a relevância de medidas preventivas ao abandono, pois seus índices podem ser aumentados, uma vez que o período de duração do ciclo de três anos ainda não se completou.

Ao analisar os dados do quadro 2, identifica-se que o abandono escolar está presente em todas os ciclos de matrículas, em maior ou menor proporção. O quantitativo global do abandono escolar no período investigado foi de 108 estudantes dos 628 matriculados, o que corresponde a 17,19% do total de matrículas nos cursos investigados no período de 2010 a 2015.

No gráfico 1, identifica-se a variação dos índices de abandono escolar por ciclo de matrícula e curso ofertado no período de 2010 a 2015.

Gráfico 1 - Percentual de abandono por ciclo de matrícula e curso



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2017.

Observa-se nos dados do gráfico 1, que nos cursos ofertados no ciclo de matrícula 2010-2012, houve um percentual de abandono de 26,66% no curso de informática e 13,33% em agroindústria, sendo este o menor percentual identificado entre todos os cursos cujos ciclos de matrículas já foram encerrados.

No ciclo de matrícula 2011-2013, observa-se um aumento no percentual de abandono escolar nos dois cursos ofertados em relação ao ciclo anterior de 13,33% para 14,28% em agroindústria e de 26,66% para 34,28% em informática. No ciclo de matrícula 2012-2014 ambos os cursos agroindústria e informática apresentaram o mesmo percentual de abandono 22,22%. Identificou-se que enquanto no curso de informática houve um decréscimo em relação aos percentuais de abandono identificado nos ciclos anteriores, no curso de agroindústria houve aumento de 7,94% no percentual de abandono.

Ao analisar o ciclo de matrícula 2013-2015 visualizou-se que o índice de abandono do curso de agroindústria permaneceu estável em 22,22% quando comparado ao ciclo de 2012-2014. Já no curso de informática houve uma queda no índice de abandono passando de 22,22% em 2012 para 13,51% em 2013. Nesse ciclo houve oferta de mais um curso, técnico em eletrotécnica, cujo percentual de abandono ficou em 28,57%.

Já no ciclo 2014-2016 houve oferta de um novo curso, técnico em química. Identificou-se uma queda nos percentuais de abandono em relação aos ciclos anteriores. O percentual de abandono no ciclo de 2014-2016 está em 11,42% nos cursos de agroindústria, eletrotécnica e química e em 8,57% no curso de informática.

Nos cursos ofertados no ciclo de matrícula no ano de 2015-2017, há a oferta de um novo curso, técnico em agricultura, e estão atualmente indicando aumento no percentual de abandono escolar em relação ao ciclo de

2014, de 11,42% para 17,14% em agroindústria, de 8,57% para 22,85% em informática. O curso de eletrotécnica apresenta percentual de 11,42% se mantendo estável, já o curso de química apresenta uma queda no índice de 11,42% para 8,10% e o curso de agricultura apresenta um índice de abandono escolar de 11,11% no primeiro ano do ciclo de matrícula do curso.

Ressalta-se que as taxas de abandono escolar apresentadas no ciclo de matrícula de 2014-2016 e 2015-2017 são preliminares, uma vez que os cursos estão em andamento. Seus dados quantitativos de abandono podem ser alterados após o encerramento do ciclo no SISTEC. Contudo, os percentuais apresentados indicam relevância de medidas preventivas de combate ao abandono.

Observa-se também no gráfico 1, que o abandono escolar oscilou em todos os ciclos de matrículas investigados. Ou seja, a cada nova entrada, novo ingresso, ocorreu variação entre cursos e nos ciclos de matrícula dos cursos. Isso sinaliza que os fatores que influenciam o abandono para mais ou para menos, podem estar variando a cada nova turma, indicando a importância e necessidade da instituição de ensino identificar o perfil dos estudantes no momento do ingresso, adotar monitoramento contínuo da turma e traçar estratégias com vistas a minimizar os índices de abandono nos cursos e ciclos ofertados.

No contexto apresentado, os índices de abandono escolar apresentaram-se oscilantes nos ciclos de matrícula analisados no período de 2010 a 2015, o que indica a necessidade de um monitoramento constante do abandono escolar por ano, turma e ciclo de matrícula, bem como a relevância de identificar as causas dessa variação para que se possa instituir ações e medidas preventivas concomitantes ao longo do ciclo de matrícula.

Tais medidas ganham relevância diante do desafio estabelecido pela taxa de conclusão no Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024) para a Educação Profissional em cursos presenciais. A meta 11.11 propõe “elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90%”. Conforme dados do gráfico 1, nenhum dos ciclos de matrículas investigados, já encerrados no SISTEC, atingiu tal meta.

Quanto à meta de eficácia institucional, o Termo de Acordo e Metas celebrado entre o Ministério da Educação e os Institutos Federais em 2010 preconiza um alcance da meta mínima de 80% de eficácia institucional no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 70% no ano de 2013.

Identificou-se que todos os cursos do ciclo de matrícula de 2013 atingiram tal meta. Quanto aos demais ciclos, 2014 e 2015 ainda não estão finalizados, sendo necessário acompanhamento, pois o quantitativo de abandono apresentado pode ser alterado.

A meta de 90% de taxa de conclusão estabelecida pelo PNE (2014-2024) e meta intermediária de no mínimo 70% de eficácia proposta pelo TAM (2010), indicam que não basta apenas expandir a oferta de vagas na modalidade de ensino técnico integrado, é preciso implementar políticas públicas aliadas a ações de contenção do abandono escolar, que garantam condições de permanência e sucesso escolar a todos que nela ingressarem.

Portanto, a análise do indicador abandono escolar demonstra a importância de acompanhar e analisar os dados dos ciclos de matrícula, atentando-se para as causas, objetivando ampliar o horizonte de investigação com vistas a direcionar e balizar ações de prevenção e combate ao fenômeno concomitante ao processo de andamento do ciclo de matrícula.

Acrescente-se nessa análise que a apresentação dos dados conforme o quadro 2, por ciclo de matrícula, carece de melhorias para o monitoramento pela gestão da instituição. Torna-se relevante a sistematização e o conhecimento dos dados a cada ano, por turma e curso, e o monitoramento concomitante da evolução dos índices de abandono escolar por período letivo, em especial no primeiro ano dos cursos.

O conhecimento desses indicadores em intervalo curto de tempo permite melhor ação administrativa e pedagógica para evitar a ocorrência do abandono. O resultado ao final do ciclo de matrícula espelha o resultado dos três anos, a eficácia institucional, onde medidas não trarão melhorias para os estudantes que já abandonaram os cursos.

4.2. PERFIL DO ESTUDANTE RESPONDENTE

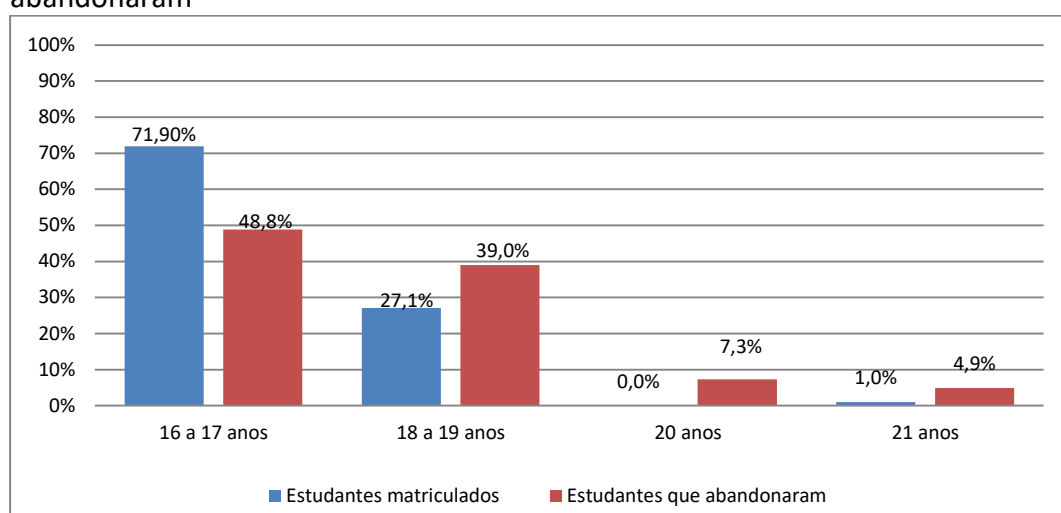
A partir dos dados coletados por meio dos questionários respondidos, essa seção apresenta informações básicas sobre o perfil dos estudantes matriculados e dos que abandonaram os cursos no período investigado, que participaram da pesquisa.

Dos 126 estudantes matriculados, 96 responderam ao questionário, o que corresponde a 76,19%. O total de estudantes que abandonaram os cursos no período investigado foi 108, destes 41 responderam ao questionário correspondendo a 37,96%.

O gráfico 2 demonstra a faixa etária dos estudantes envolvidos na pesquisa.

Ao analisar a faixa etária dos estudantes respondentes, identificou-se que a maioria dos matriculados (71,9%) estão na faixa etária dos 16 a 17 anos de idade, portanto dentro da obrigatoriedade de escolarização básica conforme a Constituição Federal do Brasil.

Gráfico 2 - Faixa etária dos estudantes respondentes – matriculados e que abandonaram

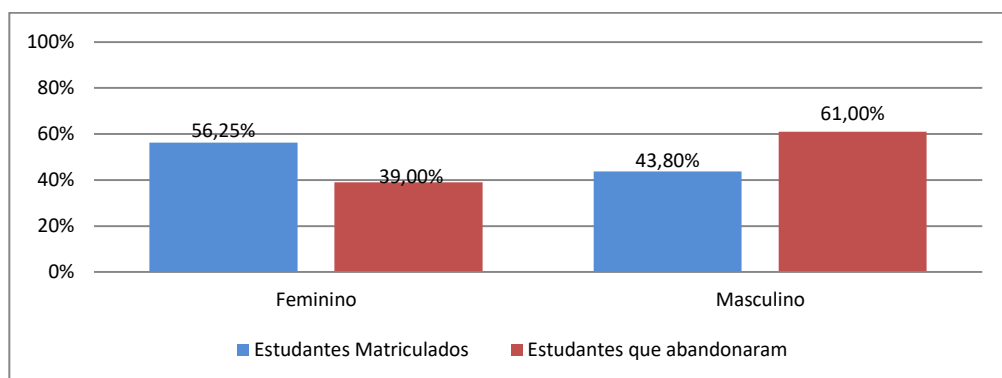


Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Já os estudantes que abandonaram, a maioria apresenta idade superior a 17 anos (51,2%). Ocorrência que pode ser explicada pelo período da investigação, 2010-2015, tendo ocorrido maior facilidade de contactar e obter retorno dos estudantes que abandonaram o curso há menos tempo.

Quanto ao sexo gráfico 3, a maioria dos respondentes que abandonou o curso é do sexo masculino, enquanto que o maior percentual entre os matriculados é do sexo feminino.

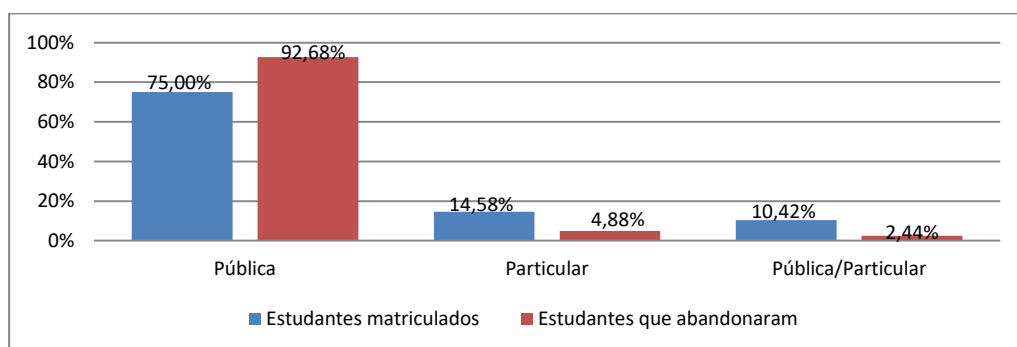
Gráfico 3 - Caracterização dos estudantes por sexo



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Outra característica evidenciada pela pesquisa quanto aos respondentes, gráfico 4 foi quanto à procedência dos estudantes. Tanto os estudantes matriculados 75,00% quanto os que abandonaram os cursos 92,68%, informaram ter cursado todo o ensino fundamental em escola pública. Outros 12,86% cursaram em escola pública e particular.

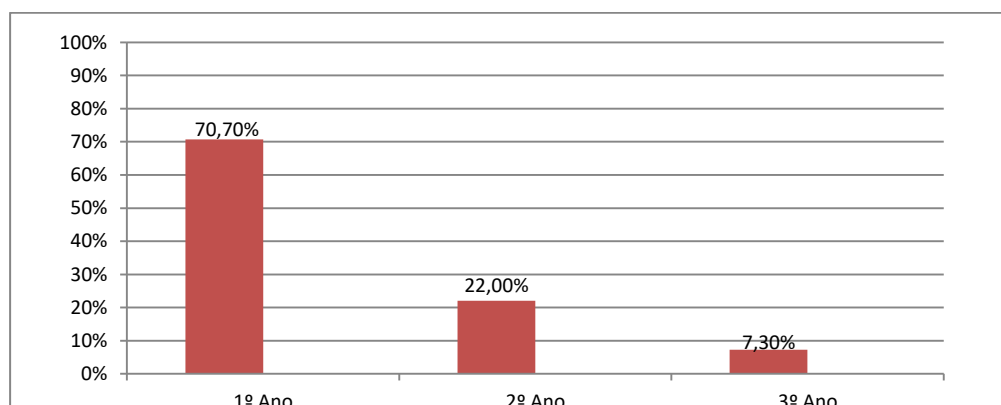
Gráfico 4 - Procedência dos estudantes



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2017.

Em relação ao ano em que se encontravam matriculados (1º, 2º ou 3º) quando ocorreu o abandono escolar, o maior percentual registrado conforme gráfico 5, foi no primeiro ano do curso (1º ano), representando 70,70%. Isso demonstra que a propensão ao abandono escolar é maior no início do curso.

Gráfico 5 - Ano de abandono do curso



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Esse fato apresenta relação com a adaptação dos estudantes ao novo ambiente na transição do ensino fundamental para o ensino técnico integrado ao ensino médio, em outra escola, outra etapa de ensino, forma de organização curricular, maior número de unidades curriculares e professores.

Essa transição expõe o estudante a uma série de novos e complexos desafios em diferentes áreas de sua vida, acadêmica, social, pessoal e principalmente quanto à escolha de formação técnica profissional. Ademais, pode ser que o estudante em início de curso apresente dificuldade de estabelecer novas amizades, sente-se isolado e só, o que pode estar associado ao abandono escolar no primeiro ano do curso.

4.3. PERFIL DOS DOCENTES RESPONDENTES

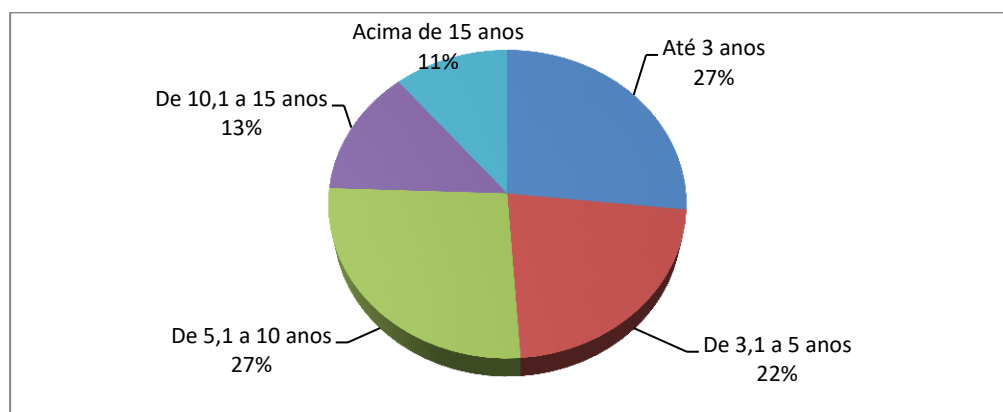
De acordo com a análise do perfil dos docentes respondentes, quanto à sua formação acadêmica identificou-se que são em sua maioria licenciados. Dos 45 docentes respondentes todos possuem graduação, sendo 31 com

licenciatura (68,8%). Quanto à qualificação, 11 possuem especialização lato sensu (24,4%), 24 stricto sensu em nível de mestrado (53,3%) e 10 stricto sensu em nível de doutorado (22,2%).

Em relação ao tempo de docência, o gráfico 6 demonstra que dos 45 professores participantes dessa investigação na instituição de ensino pesquisada, apenas 11 (24,00%) possuem tempo de atuação docente na educação profissional a partir de 10 anos. Esse fato pode ser explicado por ser os Institutos Federais formados a partir de instituições anteriores, com mais de 50 anos de existência. Ao mesmo tempo, com a expansão recente ampliando suas unidades (campi), os Institutos Federais se deparam com a rotatividade em seu quadro docente, pois muitos desses profissionais solicitam redistribuição para outros IFE, gerando uma nova contratação.

A implantação da instituição de ensino em que se realizou a pesquisa iniciou-se em 2009, apresentando um quadro docente recente na rede, com professores recém-concursados, que vieram de outros IFE alguns foram removidos ou redistribuídos da unidade pesquisada para outras unidades.

Gráfico 6 - Tempo de docência dos respondentes na educação profissional



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Quanto ao sexo, 60% dos docentes são masculinos e 40% femininos. Em relação à área de atuação, dos 45 respondentes, 30 (66,7%) atuam nas unidades curriculares da base nacional comum e 15 (33,3%) nas disciplinas da parte profissional.

4.4.FATORES MOTIVADORES PARA INGRESSO NOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO

Nesta seção, são apresentados os motivos que influenciaram o ingresso dos estudantes nos cursos técnicos integrados na concepção dos diferentes sujeitos participantes dessa pesquisa (alunos matriculados, que abandonaram os cursos e docentes).

Os fatores de ingresso apresentados nesta seção, indicados pelos segmentos participantes desta investigação em cada dimensão, apresentam relação direta com a expectativa dos estudantes ao escolherem ingressar em um curso técnico integrado, refletem a percepção da família em relação à instituição de ensino e dos docentes, mesmo que em grau de influência variado. Esses fatores se inter-relacionam e estão presentes no cotidiano escolar dos estudantes e docentes e acabam por interferir no processo ensino aprendizagem.

Pelos dados apresentados (quadros 3, 4 e 5), é possível afirmar que a qualidade da escola pública federal e a qualificação docente são fatores que exerceram influência quanto ao ingresso na modalidade de ensino investigada, em grau superior aos demais fatores na ótica dos segmentos participantes.

Os dados identificados nesta seção correspondem aos fatores que apresentaram simultaneamente, na ótica dos três segmentos que participaram da pesquisa, (estudantes matriculados, que abandonaram os cursos e docentes) a soma nos dois extremos da escala, influencia muito e totalmente, valor igual ou superior a 30%.

4.4.1. Dimensão: Demandas de formação e afinidade

Os fatores apresentados no quadro 3, extraídos do apêndice D, apresentaram um grau de influência menor na escolha do estudante em se matricular na modalidade de ensino integrada ao ensino médio, quando comparado às demais dimensões desta seção.

O fator que se destacou nessa dimensão foi a perspectiva de ingressar em um curso superior após concluir o curso técnico integrado, com percepção maior pelos docentes (80,00%), seguido pelos estudantes que abandonaram (58,53%). Para os estudantes matriculados o fator demonstrou uma menor influência entre os três segmentos (39,59%).

Quadro 3 - Demandas de formação e afinidade

Fator	Segmentos	Total de respondentes	Nº respondentes muito e totalmente	Influencia muito (%)	Influencia totalmente (%)	Total influencia muito e totalmente (%)
Gosto pela área em que se insere o curso	E. Matriculados	96	44	34,38	11,46	45,84
	E. Abandonou	41	19	21,95	24,39	46,34
	Docentes	45	16	20,00	15,56	35,56
Perspectiva de ingressar em um curso superior após concluir o curso técnico	E. Matriculados	96	38	16,67	22,92	39,59
	E. Abandonou	41	24	14,63	43,90	58,53
	Docentes	45	36	42,22	37,78	80,00

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2017.

O percentual de influência dos fatores apresentados no quadro 3, na ótica dos segmentos respondentes, sugere que os estudantes escolheram ingressar em um curso técnico integrado ao ensino médio pelo gosto pela área que se insere o curso, sendo de maior influência para os estudantes matriculados (45,84%) e que abandonaram os cursos (46,34%) e menos influente para os docentes (35,56%).

Comparando-se esses fatores, os estudantes matriculados demonstraram influência ligeiramente superior ao gosto pela área do que quanto à perspectiva de ingresso no ensino superior. Enquanto docentes e estudantes que abandonaram atribuíram maior influência à perspectiva do curso superior. Isso sinaliza a possibilidade de relação entre a escolha em ingressar em um curso técnico profissional com a escolha de carreira futura ser mais influente para os estudantes que abandonaram os cursos. E ainda, a não correspondência da expectativa criada para o ingresso com a realidade do curso pode estar contribuindo para o abandono escolar.

O gosto pela área do curso, fator identificado também nos estudos de Pelissari (2012), sugere que os estudantes se identificam com o curso escolhido e buscam na formação técnica profissional integrada conhecimentos que lhes sejam úteis tanto para o futuro profissional quanto para ingresso no ensino superior. Os dados do quadro 3 demonstram que o fator perspectiva de ingresso em um curso superior após concluir o ensino técnico, evidenciado também nos estudos de Gugelmin (2015), exerceu mais influência para os docentes (80,00%) do que para os próprios estudantes (58,53% e 39,59%), tanto os que abandonaram quanto os matriculados. Esse fato pode ser justificado pela predominância de professores da base nacional comum entre os respondentes.

Além do mais, o ingresso do estudante em uma formação técnica integrada ao ensino médio na perspectiva de acesso ao ensino superior indica escolha de uma área de formação profissional ainda na adolescência, com pouca maturidade para decidir-se por uma carreira profissional, sem conhecimento prévio da estrutura de oferta do curso e da instituição e a finalidade da modalidade de ensino. Tal escolha, se acertada, contribui com o seu futuro pessoal e profissional. Se houver arrependimento por parte do estudante, isso terá contribuído para evitar escolha equivocada no nível superior.

Esses apontamentos sugerem que a educação profissional técnica integrada tem cumprido sua dupla finalidade, instrumentalizar os jovens por meio de uma formação humana, acadêmica e profissional, tanto para o mercado de trabalho quanto para ingresso em curso superior. E que, a qualidade do ensino da rede federal de educação profissional percebida pelos estudantes é um fator motivador para que os jovens busquem nela ingressar na perspectiva de ingresso no ensino superior.

4.4.2. Dimensão: Fatores Pessoais e familiares

O conjunto de fatores identificados no quadro 4, extraídos do apêndice E, indicam que a escolha em ingressar em um curso técnico integrado está associada à qualidade acadêmica da base nacional comum, fator que apresentou maior influência na percepção dos três segmentos investigados.

Para os estudantes matriculados, os demais fatores dessa dimensão tenderam a influenciar em grau de intensidade menor, embora maiores que o grau de influência comparando-se com a dimensão anterior. Isso sinaliza

maior influência dos fatores pessoais e familiares, para esse segmento investigado.

Quadro 4 - Fatores pessoais e familiares

Fator	Segmentos	Total de respondentes	Nº respondente muito e totalmente	Influência muito (%)	Influência totalmente (%)	Total influência muito e totalmente (%)
Maiores chances de ser aprovado (a) no processo seletivo para o ensino superior	E. Matriculados	96	46	25,00	22,92	47,92
	E. Abandonou	41	23	19,51	36,59	56,10
	Docentes	45	31	44,44	24,44	68,88
Qualidade acadêmica dos cursos técnicos ofertados	E. Matriculados	96	64	32,29	34,38	66,67
	E. Abandonou	41	30	29,27	43,90	73,17
	Docentes	45	15	28,89	4,44	33,33
Qualidade acadêmica da base nacional comum	E. Matriculados	96	78	28,13	53,13	81,26
	E. Abandonou	41	30	31,71	41,46	73,17
	Docentes	45	34	51,11	24,44	75,55

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2017.

Para os estudantes que abandonaram os cursos, os fatores qualidade acadêmica dos cursos técnicos ofertados (73,17%) e maiores chances de ser aprovado (a) no processo seletivo para o ensino superior (56,10%) apresentaram-se mais influente do que para os estudantes matriculados (66,67% e 47,92%).

Para os docentes, o fator qualidade acadêmica dos cursos técnicos ofertados (33,33%) é pouco significativo na influência para o ingresso do estudante em um curso técnico integrado, talvez pelo fato de a maioria dos docentes respondentes serem da base nacional comum, possuírem coordenação própria e sentirem distanciados dos programas e projetos de ensino da coordenação geral do curso, ligado à parte profissionalizante.

Já o fator maiores chances de ser aprovado (a) no processo seletivo para o ensino superior foi mais influente para o ingresso dos estudantes nos cursos

técnicos integrados ao ensino médio na visão dos docentes (68,88%) do que dos estudantes que abandonaram (56,10%) e entre os estudantes matriculados (47,92%). Fato que pode ser atribuído aos resultados das avaliações externas (Exame Nacional do Ensino Médio e Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) apresentados pelos IFE divulgados nos meios de comunicação, o que acaba por influenciar o estudante e a sua família na busca por ingresso em um ensino médio de qualidade.

Quanto à influência dos fatores qualidade acadêmica dos cursos técnicos e da base nacional comum, identificou-se que há uma alternância de percepção entre estudantes que abandonaram os cursos, matriculados e docentes. Os estudantes que abandonaram apontaram ser fator de ingresso tanto a qualidade acadêmica dos cursos técnicos (73,17%) quanto da base nacional comum (73,17%). Já os matriculados identificaram em percentual maior a qualidade acadêmica da base nacional comum (81,26%), seguido, em menor grau de influência, da qualidade acadêmica do curso técnico (66,67%).

Esse resultado pode estar sinalizando dificuldade do estudante matriculado em identificar na formação técnica integrada ao ensino médio, a mobilização de conhecimento que lhe possibilite aprovação no processo seletivo para o ensino superior. Nessa conformidade, apenas (39,59%) dos estudantes matriculados respondentes apontou ser a perspectiva de ingresso em um curso superior (quadro 3) fator influente para ingresso, atribuindo à base nacional comum maior percentual de influência (81,26%).

Nessa investigação, dos 45 docentes que responderam ao questionário, 30 (66,66%) ministram aulas na base nacional comum, o que supõe explicar o apontamento do segmento à forte influência do fator qualidade acadêmica da base nacional comum (75,55%) e a menor influência do fator qualidade acadêmica dos cursos técnicos ofertados (33,33%), para ingresso dos

estudantes nos cursos técnicos integrados. Esses resultados indicam que a integração entre as duas áreas de formação, acadêmica e profissional não é forte o suficiente para que tenham percepção da qualidade do curso técnico de forma integrada, ficando bem abaixo da percepção de influência dos estudantes ou acreditam que apenas a qualidade da base nacional comum atrai os estudantes.

Visualiza-se que, dentre os fatores que influenciaram o ingresso do estudante em um curso técnico integrado, a qualidade acadêmica, percebida pelos participantes dessa investigação, o que apresenta relação direta com a qualificação do corpo docente, apresentada na seção 4.3, e à organização curricular, que propicia a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Nesse contexto, a qualidade acadêmica, atribuída pelos segmentos participantes, pode estar associada à qualificação do quadro docente diferenciada dos IFE, o incentivo à qualificação dos professores na respectiva carreira e à política educacional de financiamento da rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, se comparada às demais redes (estadual e municipal).

4.4.3. Dimensão: Características da instituição e do curso

Os fatores apresentados no quadro 5, extraídos do apêndice F, são os de maior intensidade na influência de ingresso nos cursos técnicos integrados entre os demais fatores das dimensões investigadas, porém não se identificou unanimidade entre os três segmentos quanto aos percentuais de influência total a um fator específico.

Ao analisar os dados do quadro 5, identifica-se que a qualidade da escola pública federal, foi apontado em maior percentual pelos segmentos docentes (93,34%) e estudantes matriculados (91,23%). Já os fatores professores qualificados foi mais influente para os estudantes matriculados (92,71%) e para os docentes (82,23%). A gratuidade do curso foi apontada por (92,23%) dos docentes como fator influente para ingresso dos estudantes nos cursos técnicos integrados.

Os fatores institucionais que influenciaram o ingresso do estudante nos cursos técnicos integrados identificados no quadro 5, são similares aos fatores pessoais e familiares (quadro 4), cuja frequência do fator qualidade do ensino é recorrente na ótica dos segmentos participantes desta investigação.

Quadro 5 - Características da instituição e do curso

Fator	Segmentos	Total de respondentes	Nº respondentes muito e totalmente	Influencia muito (%)	Influencia totalmente (%)	Total influencia muito e totalmente (%)
Qualidade da escola pública federal	E. Matriculados	96	87	32,29	58,33	91,23
	E. Abandonou	41	29	21,95	48,78	70,73
	Docentes	45	42	46,67	46,67	93,34
Pela qualidade acadêmica dos cursos técnicos ofertados	E. Matriculados	96	52	37,50	32,29	69,79
	E. Abandonou	41	24	29,27	29,27	58,54
	Docentes	45	22	31,11	17,78	48,89
Ensino técnico integrado ao ensino médio de qualidade	E. Matriculados	96	79	32,29	50	82,29
	E. Abandonou	41	31	31,71	43,90	75,61
	Docentes	45	32	46,67	24,44	71,11
Qualidade da modalidade de ensino ofertado	E. Matriculados	96	80	46,88	36,46	83,34
	E. Abandonou	41	28	29,27	39,02	68,29
	Docentes	45	29	37,78	26,67	64,45
Professores qualificados	E. Matriculados	96	89	33,33	59,38	92,71
	E. Abandonou	41	33	21,95	58,54	80,49
	Docentes	45	37	46,67	35,56	82,23
Gratuidade do curso	E. Matriculados	96	74	28,13	48,96	77,09
	E. Abandonou	41	25	21,95	39,02	60,97
	Docentes	45	37	35,56	56,67	92,23

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2017.

Nesse contexto, a qualidade da escola pública federal exerceu maior influência para o ingresso nos cursos técnicos integrados na percepção dos

docentes respondentes (93,34%) e para os estudantes matriculados (91,23%) do que para os que abandonaram os cursos (70,73%). Esse fator pode estar associado ao reconhecimento social como instituição de ensino de qualidade, o que pode estar influenciando o ingresso dos estudantes, independente do curso. Pode estar relacionado também ao julgamento do estudante quanto à qualidade do ensino e à qualificação docente.

Outro fator de influência para ingresso foi a qualidade acadêmica dos cursos técnicos ofertados, (69,79%) dos estudantes matriculados, (58,54%) dos que abandonaram e (48,89%) dos docentes, indicando que esse fator pode estar relacionado ao ambiente institucional e acadêmico, qualidade do corpo docente e a organização do processo ensino aprendizagem.

O fator ensino técnico integrado ao ensino médio de qualidade foi mais influente para ingresso na visão dos estudantes matriculados (82,29%) do que na dos que abandonaram os cursos (75,61%) e dos docentes (71,11%). De acordo com Frigotto (2005), a educação profissional integrada ao ensino médio oportuniza aos estudantes conhecimento dos diversos princípios técnicos e tecnológicos, se constituindo em uma oportunidade para que, os que por ela optarem, tenha uma formação humana ampla e integral.

Na visão dos estudantes matriculados (83,34%), o fator qualidade da modalidade de ensino foi mais influente do que para os demais segmentos participantes. Essa maior influência do fator pode estar associada à percepção dos permanentes, que ao vivenciarem na prática do desenvolvimento curricular, a articulação entre as ciências e a tecnologia identificaram maior integração entre os saberes acadêmicos, o que contribui para a formação integral do indivíduo.

Quanto ao fator professores qualificados, apresentou-se relevante para os três segmentos participantes dessa investigação, o que sinaliza a influência da

qualificação do quadro docente na decisão do estudante em ingressar na instituição de ensino.

A gratuidade do curso foi influente para (92,23%) dos docentes, (77,09%) dos matriculados e (60,97%) dos que abandonaram. Esse fator pode estar contribuindo para o aumento da demanda por vaga nos cursos ofertados pela instituição de ensino, demonstrando ser um componente importante na política pública de expansão da oferta da educação profissional e tecnológica, aliada à qualidade percebida pelos estudantes.

No entanto, observa-se pelos resultados que os docentes estão com uma percepção bem superior aos estudantes quanto à influência do fator gratuidade do curso para o ingresso nos cursos, principalmente em relação aos estudantes que abandonaram. Esse fator foi superior em influência quando comparado ao fator qualidade acadêmica dos cursos técnicos, na percepção dos estudantes (matriculados e que abandonaram). Enquanto que o fator qualidade presente nos demais fatores investigados nessa dimensão apresentaram-se mais influentes para os segmentos dos estudantes do que o fator gratuidade.

No contexto dos fatores apresentados no quadro 5, ingressar em uma escola pública de qualidade, onde é possível integrar formação técnica à acadêmica, significa para muitos estudantes e suas famílias a possibilidade de mobilidade social, seja pelo ingresso na universidade, no mercado de trabalho ou ascensão na vida profissional.

4.5.FATORES QUE INFLUENCIAM O ABANDONO ESCOLAR DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO

Nesta seção são apresentados os fatores que influenciaram o abandono escolar dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, na ótica dos segmentos participantes, inerentes ao estudante, à família e à instituição de ensino, que associados a outras causas contribuem para o fenômeno.

Os fatores identificados em cada dimensão nesta seção apresentam relação direta com os segmentos participantes investigados, uma vez que a forma de organização e integração das unidades curriculares dos cursos (quadro 6), o estímulo e expectativa do estudante face à realidade organizacional dos cursos (quadro 7), e à dificuldade de se estabelecer maior prioridade ao processo ensino aprendizagem (quadro 8), são fatores vivenciados diariamente tanto pelos docentes quanto discentes.

As causas do abandono escolar identificadas para análise e discussão apresentadas nesta seção correspondem aos fatores que apresentaram simultaneamente, na ótica dos três segmentos que participaram dessa pesquisa (estudantes matriculados, que abandonaram os cursos e docentes), a soma total nos dois extremos da escala, influencia muito e totalmente, valor igual ou superior a 30%.

4.5.1.Dimensão: Curso e Conteúdo

O conjunto de fatores identificados no quadro 6, extraídos do apêndice G, apresentaram-se influentes para o abandono escolar, com destaque para a

dificuldade de adaptar em curso em tempo integral, para os três segmentos participantes.

Para os estudantes que abandonaram e os matriculados, os demais fatores investigados aproximam-se em termos percentuais, não sendo identificada forte influência ou predominância de um fator específico.

A dificuldade de adaptar em um curso em tempo integral, apontado como fator influente para o abandono escolar na visão de (75,55%) dos docentes, (63,42%) dos estudantes que abandonaram os cursos e (58,33%) dos estudantes matriculados quadro 6, sinaliza dificuldade do estudante quanto a adaptação à estrutura de oferta e organização curricular da modalidade de ensino Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na instituição de ensino pesquisada.

Quadro 6 - Curso e conteúdo

Fator	Segmentos	Total de respondentes	Nº respondentes muito e totalmente	Influencia muito (%)	Influencia totalmente (%)	Total influencia muito e totalmente (%)
Dificuldade de me adaptar em curso em tempo integral	E. Matriculados	96	56	33,33	25,00	58,33
	E. Abandonou	41	26	26,83	36,59	63,42
	Docentes	45	34	44,44	31,11	75,55
Excesso de unidades curriculares	E. Matriculados	96	54	31,25	25,00	56,25
	E. Abandonou	41	24	26,83	31,71	58,24
	Docentes	45	30	35,56	31,11	66,67
Não tinha interesse, afinidade ou gosto pela área/profissão	E. Matriculados	96	62	31,25	25,00	56,25
	E. Abandonou	41	24	21,95	36,59	58,54
	Docentes	45	30	37,78	29,89	67,67
Não tinha interesse pela parte profissionalizante do curso	E. Matriculados	96	32	26,04	19,79	45,83
	E. Abandonou	41	24	12,20	46,34	58,54
	Docentes	45	30	40,00	26,67	66,67

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2017.

No contexto apresentado, estudar em período integral pode gerar em alguns estudantes cansaço, desinteresse, baixo desempenho, sono e apatia pelo processo de ensino aprendizagem. Supõe-se que ao se matricular havia uma expectativa prévia do estudante e seus familiares para com a formação

técnica integrada, e ao sentir dificuldade de adaptação, alguns abandonam o curso.

O excesso de unidades curriculares foi mais influente para o abandono escolar na ótica dos docentes (66,67%) do que para os estudantes que abandonaram os cursos (58,24%) e os matriculados (56,25%). O número expressivo de unidades curriculares presente no currículo dos cursos técnicos integrados gera maior quantidade de atividades a serem desenvolvidas no decorrer do processo ensino aprendizagem e dificulta a conciliação entre as demandas pessoais e educacionais, o que foi também evidenciado nos estudos de Machado (2009).

A quantidade de unidades curriculares, presente no desenvolvimento curricular dos cursos técnicos integrados investigados é fruto da alta carga horária estabelecida pela legislação vigente para essa modalidade de ensino que adiciona às 2.400 horas do ensino médio regular as 800, 1.000 ou 1.200 horas de formação técnica, dependendo do eixo tecnológico do curso. Esse fato gera um número expressivo de unidades curriculares nos cursos técnicos integrados ofertados, que varia de 16 a 20 por série/ano de escolarização, com uma média de 36 horas-aulas semanal.

A falta de interesse e afinidade com o curso escolhido e ou com a parte profissionalizante, confirma os estudos de Machado (2009), Almeida e Barbosa (2010), Pelissari (2012) e Dore (2013), e diverge do fator gosto pela área que se insere o curso (quadro 3), apontado como fator de ingresso pelos segmentos investigados.

O não envolvimento do estudante com a área ou parte profissional do curso é consequência de pouca informação e orientação quanto à escolha da formação. Fato que também pode estar relacionado à definição precoce e equivocada de uma área de formação profissional, uma vez que parte dos

estudantes ao ingressarem nos cursos técnicos integrados ao ensino médio possui em média 15 anos de idade.

Assim os estudos de Silva et al. (2013), apontaram que a visão superficial do contexto de formação da educação profissional leva ao abandono escolar, pois quando os estudantes identificam o âmbito de formação do curso escolhido e os confrontam com seus objetivos e aspirações profissionais, começam a questionar a respeito da afinidade e do interesse pela área e acabam por abandoná-lo. Isso reforça o fator de escolha do curso técnico integrado pela perspectiva de ingressar no ensino superior (quadro 3) e pela qualidade acadêmica da base nacional comum (quadro 4).

Os fatores apontados no quadro 6 sinalizam aspectos relevantes a serem considerados pela instituição de ensino com vistas a estimular o estudante a superar os desafios da falta de interesse e afinidade pela área de formação profissional do curso escolhido.

Além disso, é relevante que a instituição repense o currículo proposto, uma vez que cabe a ela, em consonância com os aspectos legais, com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos e com as tecnologias do mundo do trabalho e da ciência, organizar a estrutura curricular e organizacional de oferta do curso, pois nem sempre o que os estudantes consideram dispensáveis de fato o é.

4.5.2. Dimensão: Fatores motivacionais e de estudo

O grupo de fatores do quadro 7, extraídos do apêndice H, apresentaram uma intensidade de influência variada quanto ao abandono escolar, com

destaque para a reprovação (70,83%) e o baixo desempenho nas unidades curriculares (60,42%) para os estudantes matriculados. Enquanto para os alunos que abandonaram, os fatores curso escolhido não correspondia as minhas expectativas profissionais e reprovação com (58,54%), falta de tempo para os estudos com (48,78%), e baixo desempenho nas unidades curriculares com (51,79%) apresentaram ser mais influente para o abandono.

A reprovação (60,00%) e o baixo desempenho nas unidades curriculares (55,55%) foram fatores mais influentes na intensidade para o abandono escolar na ótica docente do que para os estudantes que abandonaram os cursos.

Quadro 7 - Fatores motivacionais e de estudo

Fator	Segmentos	Total de respondentes	Nº respondentes muito e totalmente	Influência a muito (%)	Influência totalmente (%)	Total Influência muito e totalmente (%)
Curso escolhido não correspondia as minhas expectativas profissionais	E. Matriculados	96	45	33,33	13,54	46,87
	E. Abandonou	41	24	24,39	34,15	58,54
	Docentes	45	19	33,33	8,89	42,22
Falta de tempo para os estudos	E. Matriculados	96	22	27,08	18,75	45,83
	E. Abandonou	41	20	26,83	21,95	48,78
	Docentes	45	18	33,33	6,67	40,00
Reprovação	E. Matriculados	96	68	38,54	32,29	70,83
	E. Abandonou	41	24	31,71	26,83	58,54
	Docentes	45	27	48,89	11,11	60,00
Dificuldade com os procedimentos de avaliação da aprendizagem	E. Matriculados	96	50	35,52	16,67	52,19
	E. Abandonou	41	22	24,39	29,27	53,66
	Docentes	45	23	44,44	6,67	51,11
Baixo desempenho nas unidades curriculares	E. Matriculados	96	58	30,21	30,21	60,42
	E. Abandonou	41	20	12,20	39,59	51,79
	Docentes	45	25	44,44	11,11	55,55

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2017.

Quanto a não correspondência do curso às expectativas de formação do estudante fator de maior relevância para os estudantes que abandonaram os cursos com (58,54%) de muita e total influência, infere-se que seja pela falta de engajamento acadêmico conforme apontado por Dore e Lüscher (2011).

Pode ser também pela frustração para com o curso escolhido, pela não identificação com alguma unidade curricular, ou até mesmo por alteração das pretensões profissionais do estudante no decorrer do curso em virtude da falta de informações sobre o mesmo. Esse conjunto de possibilidades evidencia a importância da busca por maiores informações por parte dos discentes para com o curso de seu interesse antes de nele ingressar.

O conjunto de fatores apresentados no quadro 7 sugere que a integração acadêmica e a motivação na educação profissional são aspectos relevantes para o processo de aprendizagem e permanência do estudante no curso. Os estudos de Machado (2009) indicaram que a estrutura organizacional dos cursos, tempo destinado aos estudos, às atividades escolares, a organização do processo de ensino e avaliação é um empecilho para que os estudantes permaneçam no curso.

Nesse contexto, o fator excesso de unidades curriculares (quadro 6) contribui com a falta de tempo para os estudos apresentado no quadro 7, indicando que o estudante, após cerca de sete horas de aulas diárias e contínuas durante toda a semana, sinta-se com pouca disposição em continuar suas atividades acadêmicas ou mesmo conciliá-las com outras ocupações. O que reforça a necessidade de repensar a organização curricular dos cursos técnicos integrados, de modo a possibilitar que os discentes possam conciliar os estudos a outras atividades cotidianas.

Quanto à reprovação, fator de abandono indicado por (70,83%) dos estudantes matriculados, (58,54%) dos que abandonaram e (60,00%) dos docentes, acredita-se que esta aconteça pela dificuldade dos estudantes em acompanhar o desenvolvimento das unidades curriculares, sejam elas teóricas ou práticas, podendo ser também influenciada pela deficiência acadêmica na etapa anterior dos estudos.

Como consequência da reprovação, a repetição de conteúdos já estudados no ano anterior gera desinteresse, prejuízos à autoimagem do estudante, apatia e falta de motivação, leva à diminuição do envolvimento e investimento pessoal do estudante nas atividades escolares, levando-o a abandonar o curso. Esse fator demonstra a relevância de um olhar interno para os procedimentos didáticos pedagógicos nos cursos pesquisados, pois supõe-se que a retenção não é o melhor procedimento a ser utilizado como forma de garantir a aprendizagem.

A dificuldade com os procedimentos de avaliação pode estar sinalizando necessidade de maior participação da família na vida escolar dos filhos, bem como dos estudantes nas atividades acadêmicas. E que a utilização dos aspectos da avaliação de desempenho de algumas habilidades e capacidades intelectuais sugere a relevância da ressignificação das práticas pedagógicas cotidianas de modo a torná-las mais dinâmicas, inovadoras, envolventes e atrativas para que haja efetivo processo ensino aprendizagem.

O baixo desempenho nas unidades curriculares pode ser, segundo Dore e Lüscher (2011), “devido à formação precária no ensino fundamental” (p. 783), ou seja, lacunas de formação em estudos anteriores, por causas diversas como problemas familiares, falta de interesse, dificuldade de aprendizagem e ausência de uma rotina de estudos que influenciam negativamente o rendimento acadêmico do estudante e indica que o mesmo precisa de ajuda para superá-lo, devendo ser encaminhado para o atendimento com o professor, aluno monitor e aulas de nivelamento.

Nesse contexto, compreende-se que a dificuldade de aprendizagem enfraquece os laços acadêmicos com a instituição de ensino e incidem negativamente sobre a autoestima do estudante, gera o fracasso e como

consequência, o abandono escolar, Dore e Lüscher, 2011; Johann, 2012; Dore, 2013 e Margiotta et al., 2014.

Assim, a falta de engajamento acadêmico demonstrado nos fatores do quadro 7 podem contribuir para o baixo desempenho escolar e reprovação, o que são fortes indícios de um futuro abandono. Isso mostra que há uma relação intrínseca entre os fatores apontados pelos segmentos investigados na dimensão fatores motivacionais e de estudo, e destes com os segmentos investigados, sendo o abandono fundado em múltiplos fatores, conforme evidenciado na literatura pesquisada.

4.5.3. Dimensão: Fatores didáticos pedagógicos

O conjunto de fatores do quadro 8, extraídos do apêndice I, apresentaram menor intensidade na influência ao abandono escolar, com destaque para a dificuldade de aprendizagem de maior intensidade para os três segmentos.

Quadro 8 - Fatores didáticos pedagógicos

Fator	Segmentos	Total de respondentes	Nº respondentes muito e totalmente	Influência Muito %	Influência Totalmente %	Total Influência Muito e Totalmente (%)
Dificuldade em associar a teoria com a prática	E. Matriculados	96	31	18,75	13,54	32,29
	E. Abandonou	41	22	31,71	21,95	53,66
	Docentes	45	17	20,00	17,78	37,78
A recuperação paralela não me possibilitou recuperação da nota	E. Matriculados	96	29	20,83	9,38	30,21
	E. Abandonou	41	16	21,95	17,07	39,02
	Docentes	45	17	24,44	13,33	37,77
Dificuldade de aprendizagem	E. Matriculados	96	59	31,25	30,21	61,46
	E. Abandonou	41	22	12,20	41,60	53,80
	Docentes	45	32	37,78	33,33	71,11

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2017.

Para os estudantes matriculados, os demais fatores dessa dimensão tenderam a influenciar em um percentual menor. Enquanto para os estudantes que abandonaram, o fator dificuldade em associar a teoria com a prática com (53,66%), apresentou-se mais influente quando comparado aos demais segmentos investigados.

Para o segmento docente, os fatores dessa dimensão exerceram um grau de influência ao abandono escolar em intensidade menor quando comparado aos demais fatores das dimensões investigadas. À exceção do fator dificuldade do estudante em adaptar em escola em tempo integral (quadro 6) com (75,55%), a dificuldade de aprendizagem (71,11%), quadro 8, foi o segundo fator mais influente para o abandono escolar na ótica docente.

A dificuldade do estudante em associar a teoria com a prática, de maior influência para os estudantes que abandonaram (53,66%), pode estar indicando dificuldade dos discentes com os procedimentos metodológicos de ensino, o que dificulta a correlação entre o conhecimento acadêmico e prático. Assim, os estudantes não conseguem atribuir sentido ao que lhes é ensinado, principalmente em aulas expositivas.

Este fato também pode estar relacionado com a falta de clareza sobre a formação profissional do curso escolhido apontado por Silva et al., (2013), e afirmação dos estudos de Bueno (1993), em que esse autor alerta para a importância da orientação vocacional em nível de ensino médio. Pois se acredita que a pouca maturidade dos jovens e a escolha precoce de uma formação profissional sem observar suas aptidões e interesses profissionais, gera dificuldade de relacionar o conhecimento teórico à prática, com conseqüente falta de identificação com o curso, decepção e apatia.

O fato de a recuperação paralela não possibilitar o aumento quantitativo da nota foi influente para o abandono escolar na concepção de (39,02%) dos

estudantes que abandonaram os cursos. O que sugere a necessidade da instituição de ensino investigada repensar essa estratégia de intervenção no processo ensino aprendizagem, quanto aos seus objetivos, forma de organização e oferta.

Ademais, a falta de tempo para os estudos, de interesse e a inaptidão dos estudantes para com a área de formação técnica profissional de um curso técnico integrado ao ensino médio, onde há a predominância de um número considerável de unidades curriculares e uma expressiva carga horária, além das atividades extraclasse, podem contribuir para o aumento das dificuldades de aprendizagem e por consequência, para o baixo rendimento acadêmico e uma provável necessidade de recuperação paralela.

O fator dificuldade de aprendizagem foi mais expressivo na concepção docente com (71,11%) e dos estudantes matriculados com (61,46%) e de menor influência para os que abandonaram (53,80%). Esse fator pode estar sinalizando falta de conhecimento básico, pouca disposição dos estudantes para aprender ou que a metodologia de ensino utilizado pelos docentes não está proporcionando aos estudantes o aprendizado esperado, uma vez que o processo de aprendizagem se efetiva, tanto na relação discente-docente, quanto no âmbito individual e social do sujeito.

De acordo com Ceratti (2008), as dificuldades de aprendizagem vão se ampliando aos poucos, até que a distância do rendimento médio da turma se torna insuperável. O que provoca no estudante um sentimento de incapacidade de realizar as atividades propostas e falta de interesse, fazendo com que este desista de qualquer tentativa de superá-las, sendo relevante maior apoio pedagógico como monitorias, atendimento extra sala de aula e formação de grupo de estudos, conforme aponta Sales et al. (2013).

No contexto da análise dos fatores do quadro 8 é relevante que os docentes busquem metodologias diferenciadas que atendam às necessidades e especificidades de aprendizagem dos estudantes, uma vez que esta contribui tanto para a inclusão quanto para a exclusão acadêmica dos estudantes com dificuldade de aprendizagem.

5. CAPÍTULO V – SUGESTÃO DE ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR

Ao realizar este estudo de caso foi possível identificar por meio dos resultados, os multifatores que, na ótica dos participantes da pesquisa, contribuem para o abandono escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio na instituição de ensino pesquisada. A revisão bibliográfica possibilitou um amplo conhecimento dos fatores apontados pelos pesquisadores como responsáveis pelo fenômeno nas instituições de ensino.

Assim, a sugestão de medidas de prevenção se justifica, pois se evidencia que há necessidade da instituição de ensino investigada planejar e desenvolver ações setoriais articuladas e compartilhadas, no campo dos envolvidos com o sucesso educacional, destinadas a prevenir, combater e mitigar o problema em estudo. De acordo com Dore (2013), é relevante que a instituição de ensino compreenda, oriente e acompanhe o estudante desde o momento em que faz sua opção pela formação profissional.

A instituição de ensino pesquisada dispõe de um suporte funcional de acompanhamento do estudante não muito comum nas demais organizações educativas dos sistemas públicos de ensino, municipal e estadual. Isto porque há em seu quadro, servidores como psicólogo e assistente social e a estrutura administrativa conta com coordenação de cursos, coordenação de apoio ao estudante e coordenação geral de ensino pesquisa e extensão, dentre outros, sendo características das instituições de ensino da rede federal de educação profissional e tecnológica.

Os servidores que compõem o quadro aqui apresentado atuam próximos aos estudantes e visam o sucesso e a permanência dos mesmos, devendo

para isso traçarem objetivos comuns e atuarem de forma integrada e dialógica no planejamento e execução das ações de prevenção e combate ao abandono escolar, contribuindo assim para o sucesso do estudante e eficácia institucional.

Assim, cabe aos gestores da instituição de ensino mobilizar os servidores envolvidos com o processo ensino aprendizagem para enfrentar o desafio do abandono escolar e identificar mecanismos que oportunizem a permanência e o sucesso escolar dos estudantes que nela ingressam.

Nesse contexto, sugere-se no quadro 9 ações que contemplam os fatores apontados pelos segmentos participantes dessa investigação como influentes para o processo do abandono escolar, dentro das dimensões abordadas.

Diante de causas multifatoriais do abandono escolar, torna-se relevante o desenvolvimento de ações diversificadas e integradas além da dimensão estudante, provendo-se de recursos às famílias, escolas e comunidade.

Quadro 9 - Ações de prevenção ao abandono escolar

Dimensão: Curso e conteúdo	
Objetivo	Ação/Atividade
Ampliar as informações sobre os cursos técnicos integrados ao ensino médio ofertado.	Ampliação e atualização das informações constantes no site da instituição de ensino sobre: o que é curso técnico integrado ao ensino médio; seus objetivos, tempo de duração, carga horária, organização curricular, processo de ingresso, perfil do egresso, áreas de atuação profissional e possibilidades de verticalização de ensino na área do curso.
	Realização de atividades na comunidade externa no âmbito de atuação dos cursos e dos profissionais formados.
	Promoção de encontros com professores e gestores das escolas de educação básica com apresentação dos cursos ofertados.
	Realização de eventos acadêmicos por cursos “semana do curso” que integrem comunidade escolar, arranjos produtivos locais e organizações de ensino.
	Ampliação e aprimoramento de visita dos estudantes matriculados no último ano do ensino fundamental à instituição de ensino no decorrer do desenvolvimento de atividades acadêmicas dos cursos, em especial na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e Feira de Profissões.
Revisar os Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.	Redimensionar a carga horária e a matriz curricular dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, criando espaço fora das aulas para os estudantes terem tempo de realizar estudos, pesquisas, atividades de extensão, atividades lúdicas.

Dimensão: Fatores motivacionais e de estudo	
Objetivo	Ação/Atividade
Despertar o interesse dos estudantes pelos estudos e pela área de formação profissional escolhida.	Incentivo aos estudantes a buscarem informações sobre a formação profissional escolhida, possibilidades de verticalização de ensino, atribuições e inserção profissional no mercado de trabalho.
	Realização de eventos com profissionais da área com atuação no mercado de trabalho e do respectivo conselho profissional.
	Estímulo ao desenvolvimento de projetos de ensino, articulando atividades de pesquisa, ensino e extensão.
	Promoção de atividades acadêmicas com informação profissional, orientação vocacional e de aproximação com o mundo do trabalho.
	Realização de atividades de integração entre docentes das áreas do núcleo comum e profissionalizante (reuniões de curso), para desenvolverem atividades pedagógicas integradas.
Aprimorar os procedimentos de avaliação da aprendizagem.	Aperfeiçoamento dos instrumentos e práticas avaliativos fundamentadas nos resultados acadêmicos dos estudantes, programas e estratégias de ensino aprendizagem estabelecidos.
	Promoção de momentos de análise e reflexão das práticas pedagógicas e dos resultados do processo avaliativo contextualizando-os às metas de abandono escolar e retenção propostas no PDI.
Ampliar medidas de apoio aos estudantes com dificuldades de aprendizagem.	Proposição de atividades desafiadoras em sala de aula nas quais o estudante possa tomar suas decisões e conectá-las à sua experiência e interesses pessoais.
	Criação de espaços (no horário integral) para o estudante praticar a leitura (estudo dirigido).
	Reforço do trabalho de monitoria, tornando-a compulsória, conforme o rendimento acadêmico do estudante, mediante o consentimento da família.
	Intervenção junto às famílias ao identificar problemas de aprendizagem e/ou situações de risco de reprovação.
	Orientação aos estudantes quanto a importância e a necessidade de organizar um cronograma de estudos.
	Organização de trabalho integrado, em que toda equipe envolvida no processo ensino aprendizagem, docentes, coordenadores de curso, pedagogos, se reúnam regularmente para tratar de assuntos alusivos aos cursos, abrindo espaço para a participação dos representantes de sala.
	Nivelamento acadêmico proposto a partir dos resultados da avaliação diagnóstica, realizada no início do período letivo.
Proporcionar maior engajamento entre os discentes e destes com o curso e a instituição de ensino.	Aprimoramento, ou criação de novos, espaços / momentos de integração dos estudantes, especialmente no ingresso, organizados pela coordenação de curso, núcleos de apoio pedagógico ao estudante.
	Levantamento sistemático do perfil socioeconômico do estudante ingressante e monitorar ao longo do ciclo de matrícula.
	Criação de mecanismos de avaliar a motivação do estudante em estar e estudar na instituição.

Dimensão: Fatores didáticos pedagógicos	
Objetivo	Ação/Atividade
Proporcionar aos estudantes com dificuldade de aprendizagem meios pedagógicos para superá-la.	Acompanhamento de estudantes com dificuldade de aprendizagem e baixo rendimento acadêmico, com especial atenção aos reprovados.
	Convidar a família sempre que necessário para discutir pontualmente a situação do (a) filho (a).
	Ampliação do diálogo com a família acerca do seu papel na aprendizagem, nos limites e responsabilidades dos estudantes, incluindo o respeito aos professores e colegas.
	Criação de uma estrutura de apoio acadêmico com a participação dos coordenadores de cursos, docentes, pedagogos e monitores, priorizando as disciplinas com menor rendimento acadêmico.
Melhorar as práticas administrativas, pedagógicas e docentes em uma perspectiva reflexiva e transformadora para que possam contribuir para a formação humana e integral dos educandos.	Promoção da prática da reflexão sobre os resultados acadêmicos após o encerramento de cada trimestre no Conselho de classe com recrutamento de proposta e estratégias de modo a promover o sucesso e a qualidade das aprendizagens.
	Promoção da formação inicial, continuada e permanente dos gestores, docentes e dos servidores que compõem o quadro administrativo.
Ampliar a integração entre o conhecimento acadêmico teórico e a prática.	Estímulo a metodologias de trabalho e atividades diversificadas que envolvam a participação ativa dos estudantes, privilegiando a interpretação e o raciocínio e promovam a autonomia, a cooperação, a criatividade e o espírito crítico.
	Promoção de ações articuladas e interdisciplinares entre as unidades curriculares da base nacional comum e parte profissionalizante dos cursos ofertados, como a realização de projetos integradores na turma.
Acompanhar o desempenho acadêmico da turma, estreitar os vínculos afetivos e profissionais, e discutir estratégias de enfrentamento dos problemas evidenciados.	Promoção de atividades práticas associadas aos componentes teóricos do currículo por meio de oficinas, atividades práticas em laboratórios, experimentos em sala de aula, projetos educativos, de pesquisa dentre outros.
	Implementação ao longo de cada ciclo de matrícula a prática da avaliação diagnóstica, formativa e autoavaliação dos estudantes durante todo o processo de ensino aprendizagem.
Desenvolver ações compartilhadas de acompanhamento dos estudantes em risco de abandono escolar.	Criação da figura do professor orientador de turma.
	Articulação do trabalho pedagógico com e entre os coordenadores de cursos, pedagogos, psicólogo e assistente social.

Outros	
Objetivo	Ação/Atividade
Promover maior engajamento social dos estudantes.	Promoção de atividades desportivas e culturais com vistas a favorecer laços de amizade, convivência em grupo e respeito às necessidades e características individuais.
	Aprimoramento dos espaços de convivência no ambiente escolar (arborização para sombreamento nas mesas)
	Criação de ambientes de jogos educativos, como xadrez, damas.
Promover maior integração da escola com a família	Estreitamento da relação com a família, chamando-a sempre que identificar problema de comportamento ou de desempenho do estudante, estabelecendo o papel da escola e da família.
	Desenvolvimento de ações de orientação junto à família sobre limites e responsabilidades do estudante e o papel da família no aprendizado e convivência do filho/estudante.
Criar um banco de dados a cerca dos motivos do abandono escolar a ser monitorado pelos gestores e de fácil acesso para pesquisadores.	Criação e disponibilização de formulário a ser preenchido por todo estudante ou seu responsável que deseja solicitar desistência do curso indicando os fatores do abandono.

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

As sugestões de medidas possibilitarão aos estudantes um prévio conhecimento sobre a estrutura de oferta e organização do curso de seu interesse, bem como um maior envolvimento com as atividades acadêmicas propostas.

Ressalta-se que não se pretendeu aqui esgotar todas as possibilidades de estratégias e que estas não apresentam caráter inédito, tampouco tem a intenção de torná-las determinantes para minimizar os índices do abandono escolar. Sugere-se a continuidade dos estudos, no sentido de identificar estratégias cada vez mais eficazes que possam atenuar o problema investigado. Inclusive, os dados demonstram que o abandono escolar oscila a cada novo ciclo de oferta dos cursos, demonstrando que os fatores também podem alternar ao longo do tempo.

E, por fim, somente a gestão da instituição de ensino poderá, no seu coletivo, ponderar sobre a possibilidade de implementar as estratégias aqui

elencadas com vista a prevenir e minimizar o abandono escolar, aumentar a taxa de conclusão dos cursos e melhorar os indicadores de gestão.

Nesse sentido, sugere-se o monitoramento periódico, por exemplo, mensal, dos indicadores que acompanham o abandono e a permanência escolar, como exemplificado na planilha constante no apêndice P, no sentido de obter os resultados dos indicadores dentro do período letivo e não apenas ao final do ciclo de matrícula.

Conforme evidenciado nos resultados, o enfrentamento do abandono escolar requer medidas diversas em face das causas serem múltiplas e de ocorrência concomitante. Essa percepção se faz necessária tanto entre os gestores, como professores e servidores administrativos envolvidos nas atividades de ensino aprendizagem e acompanhamento dos estudantes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação buscou identificar os principais fatores que influenciaram o abandono escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, na visão concomitante dos estudantes que abandonaram, dos permanentes e dos docentes, em uma instituição da rede federal de educação profissional e tecnológica no Brasil.

A partir do aporte teórico pesquisado, identificou-se que a educação é um direito público e que a formação profissional caracteriza-se pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo uma modalidade de ensino que qualifica tanto para inserção no mercado de trabalho quanto para o ingresso no ensino superior.

Embora a Educação Profissional e Tecnológica tenha perpassado por vários ajustes na forma de oferta e organização, por diferentes políticas públicas educacionais e sido destaque no cenário político de expansão, interiorização e qualidade, o abandono escolar persiste como um problema a ser enfrentado, face ao comprometimento da eficácia institucional e transtornos causados aos estudantes e seus familiares.

Quanto ao abandono escolar, constatou-se com base na literatura que é um fenômeno multicausal e que provoca impactos negativos nos indivíduos, na sociedade e na gestão das instituições educativas. É um tema ainda pouco pesquisado na Educação Profissional e Tecnológica, e que está presente em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, associado a um conjunto de fatores múltiplos de origem interna e externa às instituições de ensino, difíceis de serem identificados, evitados e atenuados.

Nessa perspectiva, buscou-se não só identificar os fatores, mas também quantificar o abandono escolar nos cursos pesquisados no período de 2010 a 2015 e sugerir medidas preventivas de forma a reduzi-lo.

A análise quantitativa do abandono escolar envolveu a mensuração total, por ciclo de matrícula e curso. Ao se fazer o estudo verificou-se que dos 628 estudantes ingressantes no período investigado, 108 deixaram os cursos, o que correspondeu a 17,19% de abandono escolar no período.

Quanto ao abandono escolar por ciclo de matrícula verificou-se uma oscilação absoluta e relativa em todas as ofertas, o que indica que em determinados ciclos houve maior, em outros, menor abandono escolar. Os dados quantitativos identificados indicaram que o maior índice de abandono escolar ocorreu no ciclo de matrícula 2011-2013, dos 70 estudantes matriculados, 17 (24,28%) não concluíram os cursos, e o menor no ciclo 2010 - 2012 no qual dos 60 estudantes matriculados, 12(20%) abandonaram os cursos.

Ao estimar o abandono escolar por curso, identificou-se que o maior índice entre todos os cursos e ciclos de matrículas encerradas no SISTEC ocorreu no ciclo 2011-2013 no curso técnico em informática integrado ao ensino médio do qual, dos 35 estudantes matriculados 12(34,28%) não o concluíram, seguido pelo curso técnico em eletrotécnica, ciclo 2013-2015 do qual dos 35 ingressantes 10(28,57%) abandonaram o curso.

Os dados quantitativos do abandono escolar identificados requerem atenção por parte da instituição de ensino, uma vez que a partir do conhecimento e visualização dos mesmos, é relevante implementar ações pontuais e concomitantes ao processo de desenvolvimento dos cursos. Estas ações têm como objetivo prevenir e reduzir o abandono escolar e, aumentar

os índices de permanência e conclusão dos cursos e como consequência melhorar os indicadores de eficácia institucional.

Conforme identificado por esta investigação, a maior propensão para o abandono escolar ocorre no primeiro ano do curso, ou seja, no início da formação técnica integrada. Esse fato reforça a necessidade de maiores informações e orientações sobre a formação técnica escolhida por parte dos discentes, bem como a importância de se adotar medidas preventivas para evitar o abandono escolar desde o ingresso do estudante no curso.

E ainda, a relevância da instituição de ensino repensar a forma de divulgação e seleção de estudantes para os cursos técnicos integrados, a fim de oportunizar o ingresso aos que tenham maior afinidade com a formação técnica profissional integrada ao ensino médio e buscar mecanismos que contribuam para a adaptação do estudante ao sistema integrado de ensino.

Visando responder aos objetivos propostos, tendo como foco principal de investigação identificar os principais fatores que influenciaram o abandono escolar, procurou-se também compreender os motivos para ingresso dos estudantes nos cursos técnicos integrados, o que se deu a partir da análise e discussão das razões apontados pelos segmentos participantes desta pesquisa.

Assim, com base na revisão da literatura, investigou-se o ingresso nos cursos técnicos integrados a partir das dimensões: demandas de formação e afinidade, fatores pessoais e familiares, características da instituição e do curso, e o abandono escolar nas dimensões: curso e conteúdo, fatores motivacionais e de estudo e fatores didáticos pedagógicos.

Constatou-se no presente estudo a correlação entre as dimensões e que tanto o ingresso quanto o abandono escolar são influenciados por uma somatória de vários fatores e não necessariamente um especificamente,

sendo fruto de um conjunto de causas associadas ao contexto do estudante, de sua família e da instituição de ensino.

Quanto ao ingresso, no âmbito da dimensão demandas de formação e afinidade, identificou-se que o gosto pela área que se insere o curso e a perspectiva de ingressar em um curso superior após concluir a formação técnica integrada foram fatores determinantes para a escolha do estudante em ingressar em um curso técnico integrado ao ensino médio.

Em relação à dimensão fatores pessoais e familiares, identificou-se ser maiores chances de aprovação em processo seletivo para o ensino superior, qualidade acadêmica dos cursos técnicos ofertados e da base nacional comum, as razões para ingresso na modalidade de ensino pesquisada.

Na dimensão características da instituição e do curso os fatores institucionais identificados como influentes pelos segmentos participantes para ingresso nos cursos técnicos integrados estão relacionados à qualidade da escola pública federal, dos cursos técnicos ofertados, do ensino técnico integrado ao ensino médio, da modalidade de ensino ofertado, aos professores qualificados e gratuidade dos cursos.

Em relação ao abandono escolar identificou-se no âmbito da dimensão curso e conteúdo, que os motivos estão associados à falta de clareza dos estudantes quanto à realidade da organização e desenvolvimento dos cursos nos quais se matriculam. Os estudantes têm dificuldade de se adaptarem à nova realidade que lhe é imposta, não conseguem organizar o tempo de seus estudos diante do número de unidades curriculares do curso, assim apresentam falta de interesse pela parte profissionalizante e alegam não ter afinidade ou gosto pela área profissional escolhida.

Quanto à dimensão fatores motivacionais e de estudo, verificou-se que as causas do abandono escolar podem estar relacionadas aos motivos que

influenciaram o ingresso do estudante no curso. Ou seja, foram atraídos a ingressarem em um curso técnico integrado ao ensino médio pela qualidade, não só da escola pública federal, mas acadêmica dos cursos e pela qualificação dos professores, motivos que na visão dos segmentos investigados oportuniza maiores chances de aprovação em processo seletivo para ingresso no ensino superior. Então, ao se depararem com a realidade organizacional e acadêmica do curso, alguns estudantes não conseguem estabelecer uma conexão entre a formação escolhida e suas expectativas profissionais, pois desconhecem o perfil de formação e área de atuação profissional. Assim, sentem-se desmotivados a organizarem seu tempo de dedicação aos estudos, como consequência apresentam dificuldade com os procedimentos avaliativos, baixo rendimento escolar e ao serem reprovados abandonam o curso.

As causas que influenciaram o abandono escolar identificadas no âmbito da dimensão fatores didático pedagógico estão associadas à dificuldade do estudante em associar teoria com a prática, à recuperação paralela que não possibilita a recuperação da nota e a dificuldade de aprendizagem, o que decorre da deficiência de aprendizagem e desinteresse pelos estudos, o que torna o estudante mais vulnerável ao abandono escolar.

No contexto dos fatores do abandono escolar apresentados, verificou-se que estes estão interligados, porém alguns predominam sobre outros. E que o fato dos estudantes não buscarem informações sobre os cursos de seu interesse e o mercado de trabalho, antes de se matricularem, aliado à dificuldade de se adaptarem em curso técnico integrado ao ensino médio cuja oferta é organizada em período integral e a dificuldade de aprendizagem, contribui para que os mesmos não consigam organizar seus horários de

estudos de modo a contemplar todas as unidades curriculares presentes na matriz curricular dos cursos investigados.

Assim alegam falta de interesse pelo curso escolhido e de tempo para os estudos, o que acarreta consequências como baixo rendimento nas atividades avaliativas e unidades curriculares, dificuldade de aprendizagem e desinteresse pela área profissionalizante, resultando em reprovação e abandono escolar.

Considerando as limitações desta investigação envolvendo o abandono escolar dado a sua complexidade, incluindo desde fatores cognitivos, e psicoemocionais a problemas socioculturais, socioeconômicos, institucionais, individuais e aqueles relacionados à política e a economia MEC (2014), este estudo foi constituído no âmbito do estudante, família e instituição de ensino.

Nesse contexto, a partir do resultado das análises desta investigação, acrescenta-se algumas sugestões de medidas de prevenção ao abandono escolar, pois, considera ser o caminho mais adequado para minimizá-lo, sendo estas, um importante instrumento de gestão, com vistas a favorecer a permanência do estudante nos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Espera-se que os resultados obtidos incentivem novos estudos quanto ao perfil e à perspectiva dos estudantes que ingressam nessa modalidade de ensino, inclusive junto aos seus familiares, de modo a verificar a relação entre fatores de ingresso e abandono escolar, nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

E ainda, que contribua, com a gestão das organizações educativas para a proposição de ações institucionais e o desenvolvimento de políticas públicas, que ao serem adotadas, possam contribuir para a melhoria dos índices de conclusão dos estudantes matriculados nestes cursos, minimizando assim o grau de evasão e de abandono escolares.

A escolha por investigar o abandono escolar no ensino técnico integrado ao ensino médio, frequentemente esquecido das preocupações políticas, sociais e até mesmo pedagógicas, reforça a ideia de que a educação é uma ponte para a integração social e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A prevenção do abandono e evasão escolares, em qualquer modalidade de ensino, deve ser por isso uma prioridade educativa, social e política, como se tentou demonstrar com a presente pesquisa.

Esperamos com este pequeno contributo ter dado mais um passo para a compreensão e debates das possíveis causas do abandono escolar, de forma a prevenir, reduzir e resolver esse problema.

BIBLIOGRAFIA

- Alencar, C., & Gentili, P. (2001). *Educar na esperança em tempos de desencanto*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Almeida, A. C. D., & Barbosa, C. L. D. A. (2010). *Análise de fatores intraescolares no processo de evasão escolar: prática docente e o abandono no curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena–MG*. Anais II SENEPT: Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, 02/2010, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
- Alves, E. L., & Vieira, C.A. S. (1995). Qualificação Profissional: Uma proposta de política pública. *Planejamento e Políticas Públicas*, (http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0376.pdf) 12,118-146.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo/Laurence Bardin*; Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições, 70.
- Bastos, O. G., & Gomes, C. F. (2014). *A evasão escolar no Ensino Técnico: entendendo e enfrentando as dificuldades - Um estudo de caso do CEFET-RJ*. Comunicação apresentada no X Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 08 e 09/08/2014, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Bueno, J. L. O. (1993). A evasão de alunos. *Paidéia*, (<http://www.scielo.br/pdf/paideia/n5/02.pdf>). (5), 9-16. Acesso em 02 de novembro, 2016.
- Caetano, L. (2005). Abandono Escolar: Repercussões sócio-económicas na região Centro. Algumas reflexões. *Finisterra*, (<http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1503/1196>) 40(79), 163-176. Acesso em 26 de outubro, 2016.
- Casado, F. L., & Siluk, J. C. (2011). *Avaliação da Eficiência Técnica de Instituições Públicas através da Utilização de Indicadores de Governança*. Comunicação apresentada no XXI Encontro Nacional de

Engenharia de Produção, 04 a 07 de outubro de 2011, Fortaleza, Ceará, Brasil.

Castro, L. P. V., & Malacarne, V., (2011). *Evasão Escolar: Um Estudo nas Licenciaturas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unoeste – Campus Cascavel*. Comunicação apresentada no Seminário de Pesquisa do PPE, 26 e 27/05/2011, Maringá, Paraná, Brasil.

Ceratti, M. R. N. (2008). *Evasão escolar, causas e consequência*. Curitiba /PR.

Charlot, B. (2000). *Da Relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed.

Ciavatta, M. (2005). A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In M. Ciavatta & G. Frigotto (Org.), *ENSINO MÉDIO INTEGRADO Concepções e contradições* (pp. 83 - 105). São Paulo: Cortez.

Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras (1996). *Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas*. Relatório apresentado ao Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Costa, T. (2000). *O abandono escolar no meio rural. Os jovens entre os dois saberes: escola e trabalho*. In AAVV, Actas do IV Congresso Português de Sociologia, s.d, Coimbra, Portugal.

Costa, A. W. (2012). *A evasão escolar como reflexo de um contexto socioeconômico, político e cultural, no ensino médio da E.E.F.M. dona Hilza Diogo de Oliveira*. Acesso em 29 de outubro, 2016. Disponível em:
http://www.apeoc.org.br/extra/artigos_cientificos/A_Evasao_Escolar_como_Reflexo_de_um_Contexto_Socioeconomico_Politico_e_Cultural_no_Ensino_Medio_da_E_E_F_M_Dona_Hilza_Diogo_de_Oliveira.pdf

Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, qualitativo e misto*. (M. F. Lopes, Trad.), (3a ed.). Porto Alegre: Artmed.

- Cunha, A. M., Tunes, E. S., & Silva, R. R. (2001). Evasão do Curso de Química da Universidade de Brasília: A interpretação do aluno evadido. *Química nova*, (<http://www.scielo.br/pdf/qn/v24n2/4291.pdf>) 24 (1), 262-280. Acesso em 10 de maio, 2016.
- Cury, C. R. J. (2002). Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. *Cadernos de pesquisa*, (http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000200010&script=sci_arttext) 116, 245-262. Acesso em 15 de outubro, 2016.
- Cury, C. R. J. (2005). O direito à educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. *Brasília: Escola de Gestores*. Acesso em 15 de outubro, 2016. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury.pdf>
- Delphino, F. B. B. (2010). *A Educação Profissional Contraponto entre as Políticas Educacionais e o Contexto do Mundo Produtivo*. São Paulo: Ícone.
- Deputados, C. (2014). Plano Nacional de Educação 2014–2024. Acesso em 08 de setembro, 2016. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>
- Díaz, O. E., Guajardo, D. C., Fiegehen, L. G., Campos, J. L., & Grau, E. S. C. (2012). Fatores intraescolares associados ao abandono escolar no Chile: um estudo de caso. *Revista Lusófona de Educação*, (20), 47-64.
- Dore, R., & Lüscher, A. Z. (2011). Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. *Cadernos de pesquisa*, (<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/73/87>) 41(144), 772-788.
- Dore, R. (2013). *Evasão e repetência na Rede Federal de Educação Profissional, Comunicação apresentada no XXXVII REDITEC*, 02 e 05/09/2013, Maceió, Alagoas, Brasil.

- Dore, R., Sales, P., & Castro, T. L. (2014). Evasão nos cursos técnicos de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional de Minas Gerais. *Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento*. Brasília: IFB, 379-413.
- Ferreira, L. A. M. (2013). Evasão escolar. *Promotor de Justiça de São Paulo*, (<https://www.seduc.go.gov.br/imprensa/documentos/Arquivos/15%20-%20Manual%20de%20Gest%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gico%20e%20Administrativo/2.10%20Combate%20%C3%A0%20evas%C3%A3o/EVAS%20%C3%83O%20ESCOLAR.pdf>). Acesso em 27 de novembro, 2016.
- Figueiredo, N. G. S. (2013). *Análise dos fatores geradores de evasão no Curso Técnico em Telecomunicações do CEFET-RJ/UNED Petrópolis: uma reflexão sobre qualidade em Educação Profissional*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Fonseca, C. S. (1961). *História do ensino industrial no Brasil* (Vol. 2). Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional.
- Freitas, K. S. (2009). Alguns estudos sobre evasão e persistência de estudantes. *EccoS Revista Científica*, 11(1), 247-264.
- Frigotto, G. (2005). Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In M. Ciavatta & G. Frigotto. (Org.), *Ensino Médio Integrado Concepções e Contradições* (pp. 57 - 82). São Paulo: Cortez.
- Frigotto, G., Ciavatta, M., & Ramos, M. (2005). A gênese do Decreto nº 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In Ramos, M., Civatta, M. & Frigotto, G. (Org.). *Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições* (pp. 21 - 56). São Paulo: Cortez.
- Gil, A. C. (2009). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6a ed.). São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa* (5a ed.). São Paulo: Atlas
- Gonçalves, E. L. (1997). *Evasão no ensino universitário: a escola médica em questão*. Relatório apresentado à Universidade de São Paulo/ Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior. São Paulo, São Paulo, Brasil.

- Gugelmin, L. (2015). *Evasão escolar na educação profissional: diagnóstico dos cursos técnicos subsequentes do Colégio Estadual de Pato Branco*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Pato Branco, Paraná-PR, Brasil.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014). *Brasil em Síntese*. Acesso em 20 de outubro, 2016. Disponível em: <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016). *Censo Demográfico. Educação e Deslocamento: resultados da amostra*. Acesso em 17 de novembro, 2016. Disponível em: www.ibge.gov.br.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2016). Acesso em 09 de setembro, 2016. Disponível em: <http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>
- Jannuzzi, P. M. (2002). Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. *RAP Rio de Janeiro*, 36(1), 51-72.
- Jannuzzi, P. M. (2005). Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público Brasília*, 56(2), 137-160.
- Jannuzzi, P. M. (2012). Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública. (2a ed.). *Departamento de Ciências da Administração/UFSC*. Florianópolis Santa Catarina, Brasil. Acesso em 11 de dezembro, 2016. Disponível em: http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php?file=%2F157653%2Fmod_resource%2Fcontent%2F1%2FFasc%C3%ADculo%20-%20Indicadores%20Socioeconomicos%20na%20Gest%C3%A3o%20P%C3%BAblica.pdf
- Johann, C. C. (2012). *Evasão escolar no Instituto Federal Sul – Rio Grandense: um estudo de caso no campus Passo Fundo*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil.

- Klebis, A. B. S. O. (2010). *A concepção de Gestão Escolar: A Perspectiva dos Documentos Oficiais e dos Programas de Formação Continuada de Diretores de Escola no Estado de São Paulo – 1990/2009*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade Estadual Paulista, Marília, São Paulo.
- Koller, C., & Sobral, F. (2010). A construção de identidade nas escolas agrotécnicas federais. In J. Moll. & colaboradores (Org.), *Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo - Desafios, Tensões e Possibilidades* (pp. 220 - 229). Porto Alegre: Artmed.
- Kuenzer, A. Z. (2007). A concepção de ensino médio e profissional no Brasil: a história da construção de uma proposta dual. In A. Z. Kuenzer (Org.), *Ensino médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho* (5a ed.). (pp.25 – 90). São Paulo: Cortez.
- Libâneo, J. C., Oliveira, J. F., & Toschi, M. S. (2009). *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. (7a ed.). São Paulo: Cortez.
- Lück, H. (2009). *Dimensões da gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Positivo.
- Luiz, A. M. D. A. P., Salgado, E. G., & Hikichi, S. E. (2016). ESTUDO DE CASO: Avaliação da importância dos indicadores de desempenho, da comunicação e das ferramentas da qualidade em uma empresa biotecnológica. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, 14(2), 127-141.
- Lüscher, A. Z., & Dore, R. (2011). Política Educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. *Revista Brasileira de Pós Graduação*, (<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/244/411>) 8(1), 147 176.
- Machado, M. R. (2009). *A Evasão nos Cursos de Agropecuária e Informática/Nível Técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes - MG (2002 a 2006)*. Acesso em 16 de outubro, 2016 Disponível em:

http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8676/1/2009_MarciaRodriguesMachado.pdf. Dissertação de Mestrado apresentado à Universidade de Brasília-Faculdade de Educação, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

- Manfredi, S. M.(2002). *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Margiotta, U., Vitale, G., & Santos, J. S (2014). O Fenômeno do Abandono Escolar na Europa do Novo Milênio: Dados, políticas, intervenções e perspectivas. *Cad. Cedes*, 34(94), 349-366.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5a ed.). São Paulo: Atlas.
- Marconi, M. D. A., & Lakatos, E. M. (2011). *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, publicações e trabalhos científicos*. 6. reimpr. São Paulo: Atlas.
- Marun, D. J. (2008). *Evasão escolar no ensino médio: um estudo sobre trajetórias escolares acidentadas*. Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Ministério da Educação/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (2004). *Políticas Públicas para a educação profissional e tecnológica*. Acesso em 20 de outubro, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf#page=3&zoom=auto,-21,297.
- Ministério da Educação/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (2007) *Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio – Documento Base*. Acesso em 20 de outubro, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf.
- Ministério da Educação (2014). *Documento Orientador para a superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Acesso em 08 de setembro, 2016. Disponível em:

<http://r1.ufrrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf>

Ministério da Educação (2015). *Manual para Produção e Análise dos Indicadores da Rede Federal de EPCT – Acórdão TCU nº 2.267/2005-Exercício 2015*. Acesso em 03 de dezembro, 2016. Disponível em: http://sitesistec.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/manual_indicadores_gestao_exercicio2014.pdf

Ministério da Educação (2016). *Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – 2.0*. Acesso em 03 de dezembro, 2016. Disponível em: http://sitesistec.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/manual_de_indicadores_da_rfepct_2016.pdf

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2009). *Guia Referencial para Medição de Desempenho e Manual para Construção de Indicadores*. Acesso em 04 de novembro, 2016. Disponível em: http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/guia_indicadores_jun2010.pdf

Moura, D. H. (2007). Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade Histórica e Perspectivas de Integração. *Holos*, (http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11/1102(23)), 4-23.

Moura, D. H. (2010). Ensino Médio e Educação Profissional dualidade histórica e possibilidades de integração. In J. Moll. & Colaboradores (Org.), *Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo* (pp. 58 - 79). Porto Alegre: Artmed.

Moura, E. A. (2010). *Inserção dos Institutos Federais e o Desenvolvimento Local: Um estudo de caso em Laranjal do Jari – AP*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Neri, M.C. (2009). *O Tempo de Permanência na Escola e as Motivações dos Sem-Escola*. Projeto apresentado à Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

- Oliveira, M. A. (2013). *TCU aponta déficit de professores e evasão de 24% nos institutos federais*. Acesso em 15 de outubro, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/04/tcu-aponta-deficit-de-professores-e-evasao-de-24-nos-institutos-federais.html>
- ONU. (1948). *Declaração universal dos direitos humanos. Adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948*. Acesso em 30 de setembro, 2016. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>
- Pacheco, E. (Org.), (2011). *Institutos Federais – Uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Moderna.
- Pádua, E. M. M. (1997). *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática* (2a ed.). São Paulo: Papirus.
- Paixão, E. L., Dore, R., Margiotta, U., & Laudares, J. B. (2014). A Transição escola - trabalho e perfis de estudantes evadidos e diplomados na educação profissional técnica no Brasil. In H. D. Rosemary, A. C. Adilson & J. S. Mendes (Org.), *Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento*. (pp. 315-341). Brasília: IFB/CEPTEC/RIMPES.
- Pelissari, L. B. (2012). *O fetiche da tecnologia e o abandono escolar na visão de jovens que procuram a educação profissional técnica de nível médio*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.
- Pereira, S. (2009). Centenário da Rede de Educação Profissional. *Revista POLI: saúde, educação e trabalho*, 2(7), 13–14.
- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014 - 2018). Acesso em 04 de agosto, 2016. Disponível em: http://www.iftm.edu.br/pdi/arquivos/pdi2014_2018.pdf.
- Plano Nacional de Educação (2014). *Plano Nacional de Educação 2014–2024*. Acesso em 08 de setembro, 2016. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>

- Porto, W. C. (2012). *Constituições Brasileiras* (3a ed.). Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.
- Queiroz, L. D. (2008). *Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar*. Acesso em 28 de outubro, 2016. Disponível em: <http://www.educacao.go.gov.br/imprensa/documentos/arquivos/15%20-%20Manual%20de%20Gest%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gico%20e%20Administrativo/2.10%20Combate%20%C3%A0%20evas%C3%A3o/UM%20ESTUDO%20SOBRE%20A%20EVAS%C3%83O%20ESCOLAR%20-%20PARA%20PENSAR%20NA%20EVAS%C3%83O%20ESCOLAR.pdf>
- Reinert, J. N., & Gonçalves, W. J. (2010). *Evasão escolar: percepção curricular como elemento motivador no ensino para os cursos de administração— estudo de caso*. Acesso em 02 de novembro, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/96926/EVAS%c3%83O%20ESCOLAR%20PERCEP%c3%87%c3%83O%20CURRICULAR%20COMO%20ELEMENTO%20MOTIVADOR%20.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Sales, P. E. N., Castro, T. L., & Dore, R. (2013). *Educação Profissional e evasão escolar: estudo e resultado parcial de pesquisa sobre a rede federal de educação profissional e tecnológica de Minas Gerais*. Comunicação apresentada no III Colóquio Internacional Sobre Educação Profissional e Evasão Escolar, 19/09/2013. Belo Horizonte, Minas Gerais.
- Schargel, F. P., & Smink, J. (2002). *Estratégias para Auxiliar o Problema de Evasão Escolar*. (L. F. Filho, Trad.) Rio de Janeiro: Qualitymark Editora Ltda.
- Secretaria do Estado da Educação (2006) *Diretrizes Curriculares da Educação Profissional do Estado do Paraná*. Acesso em 04 de agosto, 2016. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_educacao_profissional.pdf.
- Silva, F. R. L. L., Motejunas, P. R., Hipólito, O., & Lobo, M. B. C. M. (2007). A evasão no ensino superior brasileiro. *Cadernos de pesquisa*, 37(132), 641-659.

- Silva, M. A. D., Braga, P. T. S., & Silva, E. M.P (2014). Contabilidade de custos e resultado econômico: uma abordagem da geração de valor para a sociedade à luz dos indicadores de gestão do IFRN. *Empírica BR*, 1(1), 67-84
- Silva, M. R., Pelissari, L. B., & Steimbach, A. A. (2013). Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. *Educação e Pesquisa*, 39(2), 403-417.
- Soares, T. M., Fernandes S. N., Nóbrega, M. C., & Nicolella, A. C. (2015). Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. *Educação e Pesquisa*, (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022015000300757&lng=pt&nrm=iso) 41(3), 757-772. Acesso em 18 de dezembro, 2016.
- Thomaz, S. M., Queiroz, F. C. B. P., Furukava, M., Queiroz, J. V., & Marques, E. L. (2014). *Análise dos indicadores de desempenho dos institutos da rede federal de educação profissional e tecnológica sob a ótica da qualidade*. Comunicação apresentada no XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU, 3, 4 e 5 de dezembro de 2014, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
- Tribunal de Contas da União (2012). *Relatório de Auditoria Operacional. Fiscalização de Orientação Centralizada*. Acórdão TC 026.062/2011-9. Brasília-DF. Acesso em 08 de setembro, 2016. Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D92847E5F3E97>
- Viamonte, P. F. (2011). Ensino profissionalizante e ensino médio: novas análises a partir da LDB 9394/96. *Educação em Perspectiva*, (<http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/67/47>) 2(1), 28-57. Acesso em 15 de agosto, 2016.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. (D. Grassi, Trad.). Porto Alegre: Bookman.
- Werle, F. O. C., Koetz, C. M., & Martins, T. F. K. (2015). Escola pública e a utilização de indicadores educacionais. *Educação*, (

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewArticle/11686>) 38(1), 99-112. Acesso em 25 de novembro de 2016.

Legislação

Presidência da República (1953). *Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953*. Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. Acesso em 20 de outubro, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1821.htmBrasil.

Presidência da República (1961). *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Acesso em 20 de outubro, 2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed>

Presidência da República (1971). *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1 e 2º graus, e dá outras providências. Acesso em 20 de outubro, 2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>

Presidência da República (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988*. Acesso em 12 de setembro, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

Presidência da República (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente. Acesso em 05 de janeiro, 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-norma-pl.html>

Presidência da República (1996). *Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Acesso em 15 de agosto, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

Presidência da República (1997). *Decreto nº 2.208, de 20 de dezembro de 1997*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Acesso em 02 de setembro, 2016. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm

Presidência da República (2004). *Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Acesso em 17 de agosto, 2016. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm

Presidência da República (2008). *Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008*. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Acesso em 20 de agosto, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm

Presidência da República (2008). *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Acesso em 20 de agosto, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm

Presidência da República (2014). *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Acesso em 08 de setembro, 2016. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>

Ministério da Educação (1999). *Parecer CNE/CEB nº 16, de 05 de outubro de 1999. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico*. Acesso em 20 de agosto, 2016. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>

APÊNDICES

Apêndice A - Solicitação de Autorização para pesquisa

ESE – Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico do Porto
Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação
Especialização em Administração de Organizações Educativas

Ituiutaba (MG), 01 de dezembro de 2016.

Ilmo. Sr.º:
Rodrigo Grassi Martins
Diretor Geral do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – *Campus* Ituiutaba


Assunto: Solicita autorização de pesquisa no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus* Ituiutaba.

Cumprimentando-o cordialmente, eu **Ilma Aparecida Martins Silva**, discente da Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico do Porto do Curso de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação – Especialização em Administração Escolar, estou desenvolvendo o seguinte tema de estudos de dissertação: **Evasão escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio em uma instituição federal de educação profissional no Brasil**, a ser desenvolvido no IFTM/*Campus* Ituiutaba, sob a orientação da Professora Doutora Sônia Múrias Mira Coelho.

Sendo assim, solicitamos a V. S.ª autorização da realização da pesquisa junto aos alunos matriculados no 3º ano dos cursos técnicos integrados ao ensino médio no ano de 2016, alunos que abandonaram a modalidade de ensino no período de 2010 a 2015, professores, coordenadores dos cursos e acesso aos dados do controle acadêmico dos estudantes evadidos. Sua colaboração é de fundamental importância para o desenvolvimento da pesquisa, que proporcionará contribuições significativas para o próprio *campus* quanto ao conhecimento mais aprofundado das questões investigadas e utilização pela gestão e corpo docente.

Vossa Senhoria poderá solicitar esclarecimentos se necessário for e também optar por não aceitar esta pesquisa, sendo mantidos o sigilo e o anonimato dos dados coletados.

Na expectativa de contar com o atendimento de V.S.ª, aproveitamos o ensejo para apresentar nosso apreço e aguardamos pronunciamento.


Ilma Aparecida Martins Silva
Discente de Mestrado


Rodrigo Grassi Martins
Diretor Geral do IFTM – *Campus* Ituiutaba
DIREÇÃO GERAL
IFTM CAMPUS ITUIUTABA
CNPJ 10.695.891/0004-11

Apêndice B – Questionário utilizado no pré-teste, aplicado aos alunos matriculados no 3º ano dos cursos técnicos integrados ao ensino médio em 2016e aos que abandonaram os cursos.

CONVITE

Você está sendo convidado (a) a participar da **pesquisa ABANDONO ESCOLAR NOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL**, desenvolvida pela pesquisadora **Ilma Aparecida Martins Silva**, mestranda em **Estudos Profissionais Especializados em Educação – Especialização em Administração de Organizações Educativas**, no Instituto Politécnico do Porto, sob a orientação da Profª. Drª Sônia Múrias Mira Coelho.

Sua contribuição é fundamental para o sucesso desta pesquisa, assim agradeço antecipadamente a sua colaboração, e coloco-me a disposição para maiores informações pelo telefone (xx) xxxx ou e-mail.

*Ilma Aparecida Martins Silva
Mestranda do Instituto Politécnico do Porto*

I - DADOS DO CURSO

1. Em qual curso você se encontra matriculado?

- () Técnico em Agricultura Integrado ao Ensino Médio
() Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio
() Técnico em Eletrotécnica Integrado ao Ensino Médio
() Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio
() Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio

2. Ano em que está matriculado:

- () 1º ano () 2º ano () 3º ano

3. Você foi contemplado com Assistência Estudantil pelo campus?

- () Não
() Sim

II - DIMENSÃO PESSOAL

4. Idade atual: _____anos (completos)

5. Sexo:

- () Feminino () Masculino

6. Conforme classificação do IBGE, você se declara quanto a etnia ou raça?:

- () Branca () Preta () Amarela () Parda () Indígena () Não declarada

7. Você cursou o Ensino Fundamental em escola?

- () Escola Estadual () Escola Municipal () Escola Particular () Escola Pública e Particular

8.No momento da escolha, você teve dúvidas quanto a escolha do curso técnico?

- () Sim () Não

III - CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL

9. A renda mensal bruta familiar é de aproximadamente (soma da renda de todos os membros da família):

- () Até R\$880,00 () De R\$881,00 a R\$1.760,00 () De R\$1.761,00 a R\$ 2.640,00 () De 2.641,00 a R\$3.520,00 () De R\$ 3.521,00 a R\$4.400,00 () De R\$4.401,00 a R\$5.280,00 () De R\$ 5.281,00 a R\$6.160,00 () De R\$ 6.161,00 a R\$7.040,00 () De R\$ 7.041,00 a R\$7.920,00 () Acima de R\$ 7.920,00

10. Grau de escolaridade de seus pais:

	Nível de escolaridade	1. Pai	2. Mãe
10.1	Ensino Fundamental incompleto (1ª a 8ª série)		
10.2	Ensino Fundamental completo		
10.3	Ensino Médio incompleto		
10.4	Ensino Técnico incompleto		
10.5	Ensino Técnico completo		
10.6	Ensino Superior incompleto		
10.7	Ensino Superior completo		
10.8	Pós-graduação		
10.9	Ensino Médio Completo		
10.10	Não sei		

11. Qual o estado civil de seus pais:

() Casados () Separados/divorciados () Viúvo(a) () União estável

12. Atualmente você mora:

() Com seus pais () Com seu pai () Com sua mãe () Com seus avós () Outro

13. Qual é a situação profissional do principal responsável pela renda familiar?

() Proprietário(a) de empresa médio ou de grande porte () Proprietário(a) de pequena ou microempresa () Funcionário(a) público () Profissional liberal () Funcionário(a) de empresa privada () Aposentado(a) ou pensionista () Desempregado(a) () Recebendo seguro desemprego () No momento não exerce atividade remunerada nem recebe pensão/aposentadoria () Outros

14. Meio de transporte utilizado para ir à escola

() Veículo próprio (carro ou moto) () Ônibus Circular (Coletivo) () Van () Outro

IV - ACESSO AO CURSO TÉCNICO INTEGRADO**15. Você tomou conhecimento dos cursos técnicos integrados ao ensino médio ofertados pelo IFTM Campus Ituiutaba por meio de:**

() Familiares () Amigos () Visita dos servidores do IFTM à sua escola () Local de trabalho () Meios de Comunicação () Professores/servidores da sua escola () Visita da sua escola ao IFTM – Campus Ituiutaba () Outros

16. Você ingressou no IFTM Campus Ituiutaba por meio de:

() Processo Seletivo () Processo Seletivo: Sistema de Cotas () Processo seletivo: Ampla concorrência () Transferência externa

17. Você procurou informações sobre o curso e mercado de trabalho antes de se matricular no curso escolhido?

() Sim () Não

18. Em relação aos fatores abaixo, nas questões 18 a 20, marque o grau de INFLUÊNCIA de cada uma na sua escolha em fazer o curso técnico integrado.

18 Demandas de Formação e Afinidade		Grau de influência sobre minha decisão de ESCOLHA do curso técnico integrado				
		1 Não influencia	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente
18.1	Pelas oportunidades no mercado de trabalho para a carreira de técnico					
18.2	Gosto pela área em que se insere o curso					
18.3	Facilidade dos formados nesse curso em obter um emprego					
18.4	Necessidade de obtenção de diploma e curso técnico					
18.5	Possibilidade de realização pessoal					
18.6	Baixa concorrência de candidatos ao curso					
18.7	Por exclusão, uma vez que os outros cursos não o agradavam					
18.8	Pela Formação profissional voltada para o mercado de trabalho					
18.9	Perspectiva de ingressar em um curso superior após concluir o curso técnico integrado					

19 Fatores pessoais e Familiares		Grau de influência sobre minha decisão de ESCOLHA do curso técnico integrado.				
		1 Não influenciou	2 Influenciou pouco	3 Influenciou razoavelmente	4 Influenciou muito	5 Influenciou totalmente
19.1	Influência dos pais					
19.2	Influência dos professores					
19.3	Influência dos amigos					
19.4	Imposição de membros da minha família					
19.5	Apoio da Assistência Estudantil oferecido pela instituição					
19.6	Maiores chances de ser aprovado(a) no processo seletivo para o ensino superior					
19.7	Qualidade acadêmica dos cursos técnicos ofertados					
19.8	Qualidade acadêmica proporcionada pela Base Nacional Comum					

20 Características da Instituição e do Curso		Grau de influência sobre minha decisão de ESCOLHA do curso técnico integrado.				
		1 Não influen- ciou	2 Influenci ou pouco	3 Influenciou razoavelment e	4 Influen- ciou muito	5 Influenci ou totalmen- te
20.1	Qualidade da escola pública federal					
20.2	Possibilidade de conseguir assistência estudantil					
20.3	Pela qualidade acadêmica dos cursos técnicos ofertados					
20.4	Ensino técnico integrado ao ensino médio de qualidade					
20.5	Qualidade da modalidade de ensino ofertado					
20.6	Professores qualificados					
20.7	Gratuidade do curso					
20.8	Processo seletivo de ingresso classificatório					

V - ABANDONO DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO

21. Antes de tomar a decisão de desistir do curso, você acha que deve conversar com alguém? Marque até três alternativas.

() Não. Decidir sozinho(a) () Sim. Conversar com pais () Sim. Conversei com outros colegas do curso () Sim. Conversei com professores do curso () Sim. Conversei com o coordenador(a) do curso () Sim. Conversei com o Núcleo de Apoio Pedagógico

22. Dentre os fatores abaixo que motivam a decisão de ABANDONAR o curso técnico integrado escolhido, marque nas questões 22 a 25, o quanto cada uma INFLUENCIA a decisão de abandonar o curso.

22 Curso e Conteúdo		Grau de influência sobre a decisão de ABANDONAR o curso técnico integrado				
		1 Não influen- cia	2 Influen- cia pouco	3 Influencia razoavelme- nte	4 influen- cia a muito	5 Influencia totalment e
22.1	Dificuldade de adaptar em curso em tempo integral					
22.2	Falta de prestígio profissional no mercado de trabalho					
22.3	Excesso de unidades curriculares					
22.4	Não tinha interesse, afinidade ou gosto pela área/profissão					
22.5	Não tinha interesse pela parte profissionalizante do curso					

23 Fatores motivacionais e de Estudo		Grau de influência sobre a decisão de ABANDONAR o curso técnico integrado				
		1 Não influen cia	2 influen cia pouco	3 influen cia razoavelme nte	4 influen cia muito	5 influen cia totalmente
23.1	Curso escolhido não correspondia as minhas expectativas profissionais					
23.2	Falta de tempo para os estudos					
23.3	Reprovação – repetir o ano					
23.4	Dificuldade com os procedimentos de avaliação da aprendizagem					
23.5	Dificuldade de relacionamento com colegas					
23.6	Falta de prestígio profissional do curso escolhido					
23.7	Dificuldade de relacionamento com professor(es)					
23.8	Baixo desempenho nas unidades curriculares (disciplinas)					
23.9	Dependência em mais de uma unidade curricular					
23.10	Desinteresse dos professores para com minhas dificuldades de aprendizagem					

24 Fatores didáticos pedagógicos		Grau de influência sobre a decisão de ABANDONAR o curso técnico integrado				
		1 Não influen cia	2 influen cia pouco	3 influen cia a razoavel mente	4 influen cia a muito	5 influen cia totalmente
24.1	Aulas pouco dinâmicas, inovadoras e atrativas					
24.2	Metodologia de aula utilizada pelos professores					
24.3	Falta de laboratórios, equipamentos e materiais para aulas práticas					
24.4	Formas de avaliação utilizada pelo professor					
24.5	Dificuldade em associar a teoria com a prática					
24.6	Falta de suporte acadêmico pedagógico para atendimento às minhas dificuldades de aprendizagem					
24.7	Falta de flexibilidade nos horários para cursar unidades curriculares em situação de dependência					
24.8	Ineficiência de programa de apoio pedagógico: monitoria, aulas extras, atendimento dos professores					
24.9	A recuperação paralela não me possibilitou recuperação da nota					
24.10	Dificuldade de aprendizagem					

Adaptado do Manual de questão por questão. Evasão escolar nos cursos técnicos do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais. 2011. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-99MFAU/priscila_rezende.pdf?sequence=1 Acesso em: 14 de agosto. 2016.

Apêndice C– Questionário respondido pelos docentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio no período de 2010 a 2015.

CONVITE

Você está sendo convidado (a) a participar da **pesquisa ABANDONO ESCOLAR NOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL**, desenvolvida pela pesquisadora **Ilma Aparecida Martins Silva**, mestranda em **Estudos Profissionais Especializados em Educação – Especialização em Administração de Organizações Educativas**, no Instituto Politécnico do Porto, sob a orientação da Prof^a. Dr^a Sônia Múrias Mira Coelho.

Sua contribuição é fundamental para o sucesso desta pesquisa, assim agradeço antecipadamente a sua colaboração, e coloco-me a disposição para maiores informações pelo telefone (xx) xxxx ou e-mail.

Ilma Aparecida Martins Silva
Mestranda do Instituto Politécnico do Porto

I - DADOS DE FORMAÇÃO

1. Formação Acadêmica (Graduação) – área de formação

<input type="checkbox"/> Química	<input type="checkbox"/> Geografia	<input type="checkbox"/> História	<input type="checkbox"/> Ciências Contábeis
<input type="checkbox"/> Matemática	<input type="checkbox"/> Artes	<input type="checkbox"/> Informática	<input type="checkbox"/> Contabilidade
<input type="checkbox"/> Linguagens	<input type="checkbox"/> Sociologia	<input type="checkbox"/> Administração	<input type="checkbox"/> Alimentos(Engenharia)
<input type="checkbox"/> Física	<input type="checkbox"/> Filosofia	<input type="checkbox"/> Economia	<input type="checkbox"/> Alimentos(Tecnologia)
<input type="checkbox"/> Biologia	<input type="checkbox"/> Ed. Física	<input type="checkbox"/> Agronomia	<input type="checkbox"/> Outra
<input type="checkbox"/> Elétrica	<input type="checkbox"/> Eletrônica	<input type="checkbox"/> Eng. Agrícola	

2. Tem curso de Licenciatura?

Sim Não

3. Sua formação acadêmica (graduação) foi em instituição?

Pública Particular

4. Pós-graduação concluída (maior titulação)

Especialização (Lato sensu) Mestrado Doutorado Pós doutorado

5. A unidade Curricular ministrada por você no curso técnico integrado ao ensino médio é integrante:

Do núcleo comum Da área Profissionalizante

II- DIMENSÃO PESSOAL

6. Idade

até 30 anos 31 a 40 anos 41 a 50 anos 51 anos ou mais

7. Sexo

Feminino Masculino

8. Você atuou como professor em outra instituição de ensino antes do ingresso no IFTM:

Sim Não

9. Tempo de experiência como professor na educação profissional e tecnológica (no IFTM e outras instituições da rede pública e privada)

Até 3 anos De 3,1 a 5 anos De 5,1 a 10 anos De 10,1 a 15 anos
 Acima de 15 anos

III. ACESSO AO CURSO TÉCNICO INTEGRADO

10. Dentre os fatores abaixo nas questões 10 a 12, em sua opinião o grau de influência para a decisão dos estudantes ESCOLHEREM um curso técnico integrados

10 Demandas de Formação e Afinidade		Grau de influência do fator na decisão de ESCOLHA do curso técnico integrado do estudante.				
		1 Não influencia	2 Influencia pouco	3 Influencia razoavelm ente	4 Influencia muito	5 Influencia totalmen te
10.1	Pelas oportunidades no mercado de trabalho para a carreira de técnico					
10.2	Gosto pela área em que se insere o curso					
10.3	Facilidade dos formados nesse curso em obter um emprego					
10.4	Necessidade de obtenção de diploma de curso técnico					
10.5	Possibilidade de realização pessoal					
10.6	Baixa concorrência de candidatos ao curso					
10.7	Por exclusão, uma vez que os outros cursos não o agradavam					
10.8	Pela Formação profissional voltada para o mercado de trabalho					
10.9	Perspectiva de ingressar em um curso superior após concluir o curso técnico integrado					

11 Fatores Pessoais e Familiares		Grau de influência do fator na decisão de ESCOLHA do curso técnico integrado do estudante.				
		1 Não influen cia	2 Influen cia pouco	3 Influencia razoavelme nte	4 Influen cia muito	5 Influencia totalmen te
11.1	Influência dos pais					
11.2	Influência dos professores					
11.3	Imposição dos amigos					
11.4	Imposição de membros da família					
11.5	O apoio de Assistência Estudantil oferecido pela instituição					
11.6	Maiores chances de ser aprovado(a) no processo seletivo para o ensino superior					
11.7	Qualidade acadêmica dos cursos técnicos ofertados					
11.8	Qualidade acadêmica proporcionada pela Base Nacional Comum (equivalente ao Ensino Médio) no IFTM					

12 Características da Instituição e do Curso		Grau de influência do fator na decisão de ESCOLHA do curso técnico integrado do estudante.				
		1 Não influen cia	2 Influen cia pouco	3 Influencia razoavelment e	4 Influen cia muito	5 Influenci a totalmen te
12.1	Qualidade da escola pública federal					
12.2	Possibilidade de conseguir assistência estudantil					
12.3	Pela qualidade acadêmica dos cursos técnicos ofertados					
12.4	Ensino técnico integrado ao ensino médio de qualidade					
12.5	Qualidade da modalidade de ensino ofertado					
12.6	Professores qualificados					
12.7	Gratuidade do curso					
12.8	Processo seletivo de ingresso classificatório					

IV - ABANDONO DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO

13. Dentre os fatores abaixo nas questões 13 a 15 marque o grau de influência na decisão do estudante de ABANDONAR curso técnico integrado.

13 Curso e Conteúdo		Grau de influência sobre a decisão do estudante de ABANDONAR o curso técnico integrado				
		1 Não influen cia	2 Influen cia pouco	3 Influencia razoavelme nte	4 Influenci a muito	5 Influencia total mente
13.1	Dificuldade de me adaptar em curso em tempo integral					
13.2	Falta de prestígio profissional no mercado de trabalho					
13.3	Excesso de unidades curriculares					
13.4	Não tinha interesse, afinidade ou gosto pela área/profissão					
13.5	Não tinha interesse pela parte profissionalizante do curso					

14 Fatores motivacionais e de Estudo		Grau de influência sobre a decisão do estudante de ABANDONAR o curso técnico integrado				
		1 Não influen cia	2 Influen cia pouco	3 Influencia razoavelme nte	4 Influen cia muito	5 Influencia totalmente
14.1	Curso escolhido não correspondia as minhas expectativas profissionais					
14.2	Falta de tempo para os estudos					
14.3	Reprovação – repetir o ano					
14.4	Dificuldade com os procedimentos de avaliação da aprendizagem					
14.5	Dificuldade de relacionamento com colegas					
14.6	Falta de prestígio profissional do curso escolhido					
14.7	Dificuldade de relacionamento com professor(es)					
14.8	Baixo desempenho nas unidades curriculares (disciplinas)					
14.9	Dependência em mais de uma unidade curricular					
14.10	Desinteresse dos professores para com minhas dificuldades de aprendizagem					

15 Fatores didáticos pedagógicos		Grau de influência sobre a decisão do estudante ABANDONAR o curso técnico integrado				
		1 Não influen cia	2 Influen cia pouco	3 Influenci a razoavel mente	4 Influenci a muito	5 Influencia totalmente
15.1	Aulas pouco dinâmicas, inovadoras e atrativas					
15.2	Metodologia de aula utilizada pelos professores					
15.3	Falta de laboratórios, equipamentos e materiais para aulas práticas					
15.4	Formas de avaliação utilizada pelo professor					
15.5	Dificuldade em associar a teoria com a prática					
15.6	Falta de suporte acadêmico pedagógico para atendimento às minhas dificuldades de aprendizagem					
15.7	Falta de flexibilidade nos horários para cursar unidades curriculares em situação de dependência					
15.8	Ineficiência de programa de apoio pedagógico: monitoria, aulas extras, atendimento dos professores					
15.9	A recuperação paralela não me possibilitou recuperação da nota					
15.10	Dificuldade de aprendizagem					

Adaptado do Manual de questão por questão. Evasão escolar nos cursos técnicos do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais. 2011. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-99MFAU/priscila_rezende.pdf?sequence=1 Acesso em: 14 de agosto. 2016

Apêndice D - Demanda de Formação e Afinidade

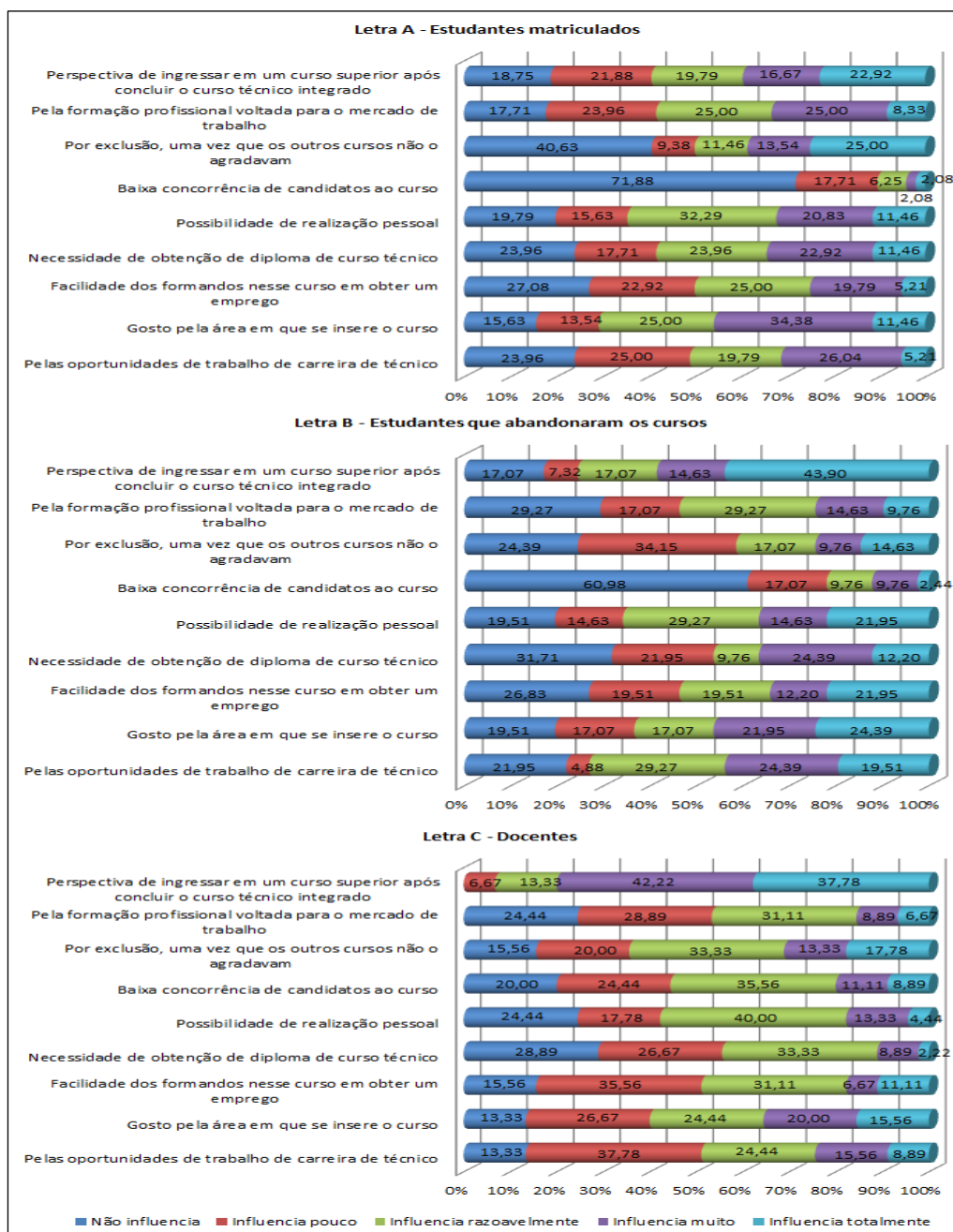


Figura 1. Influência dos fatores da dimensão demandas de formação e afinidade na decisão de escolha dos cursos técnicos integrados ao ensino médio

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2017.

Apêndice E - Fatores Pessoais e Familiares

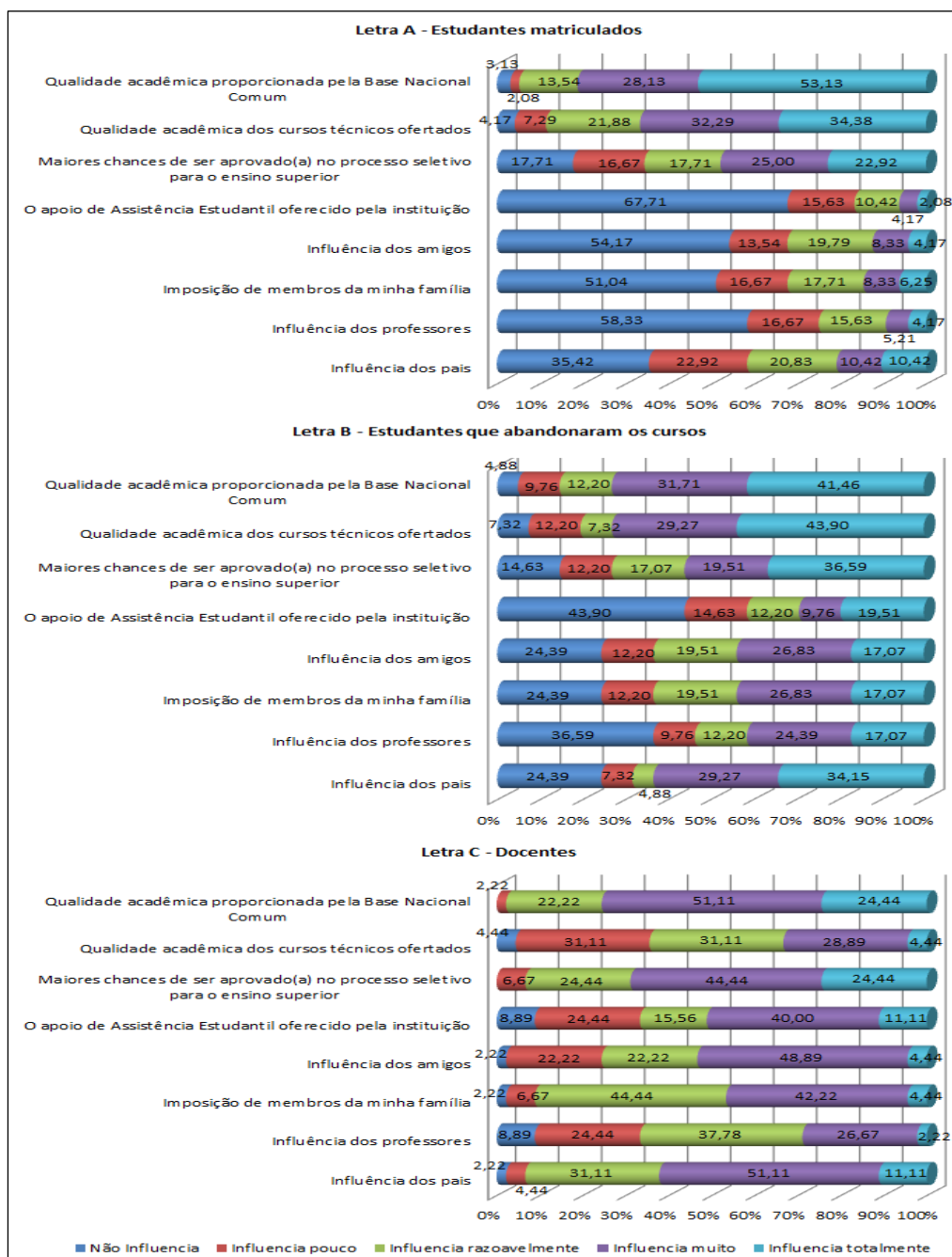


Figura 2. Influência dos fatores da dimensão fatores pessoais e familiares na decisão de escolha dos cursos técnicos integrados ao ensino médio

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2017.

Apêndice F - Características da Instituição e do Curso

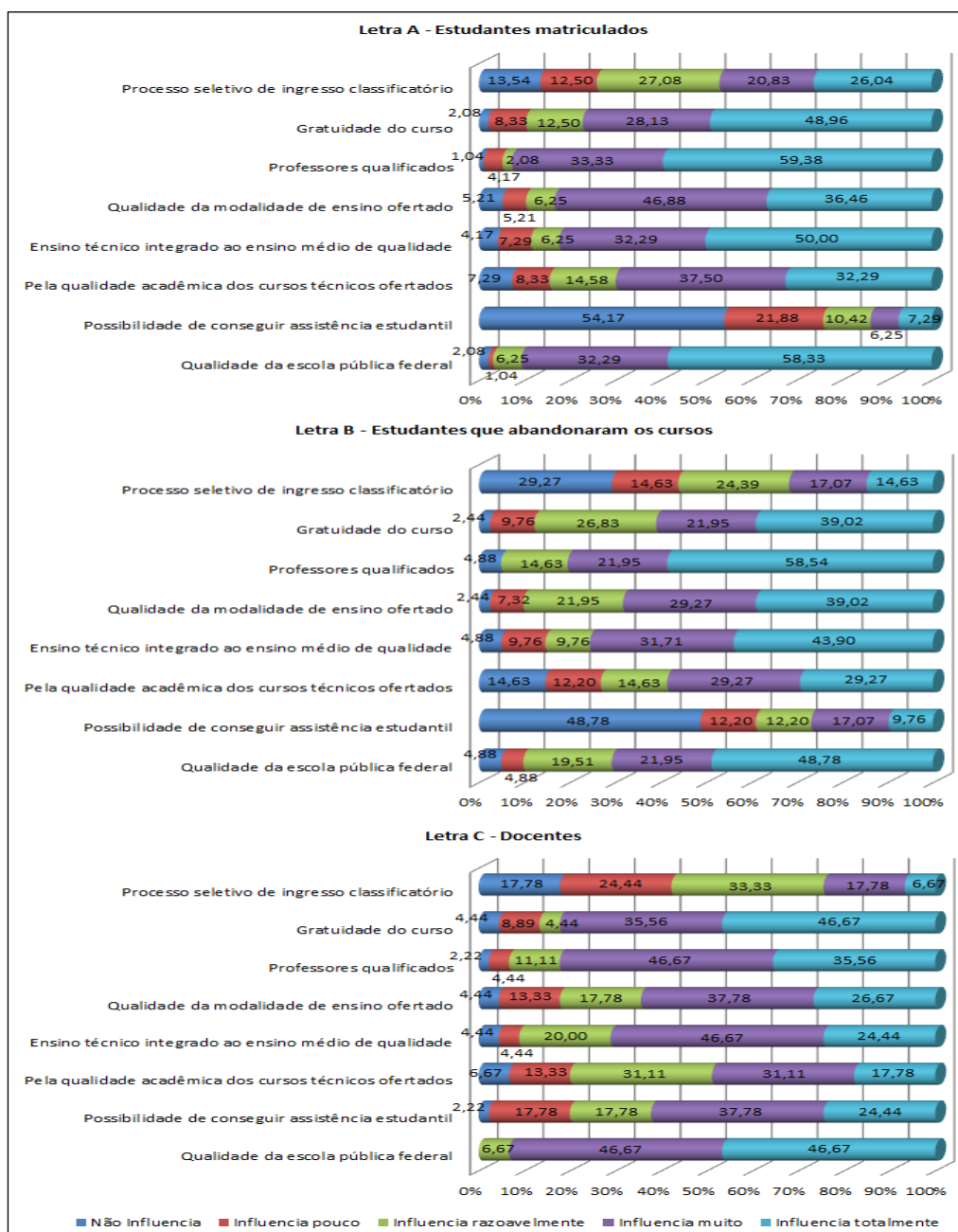


Figura 3. Influência dos fatores da dimensão características da instituição e do curso na escolha dos cursos técnicos integrados ao ensino médio
 Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2017.

Apêndice G - Curso e Conteúdo

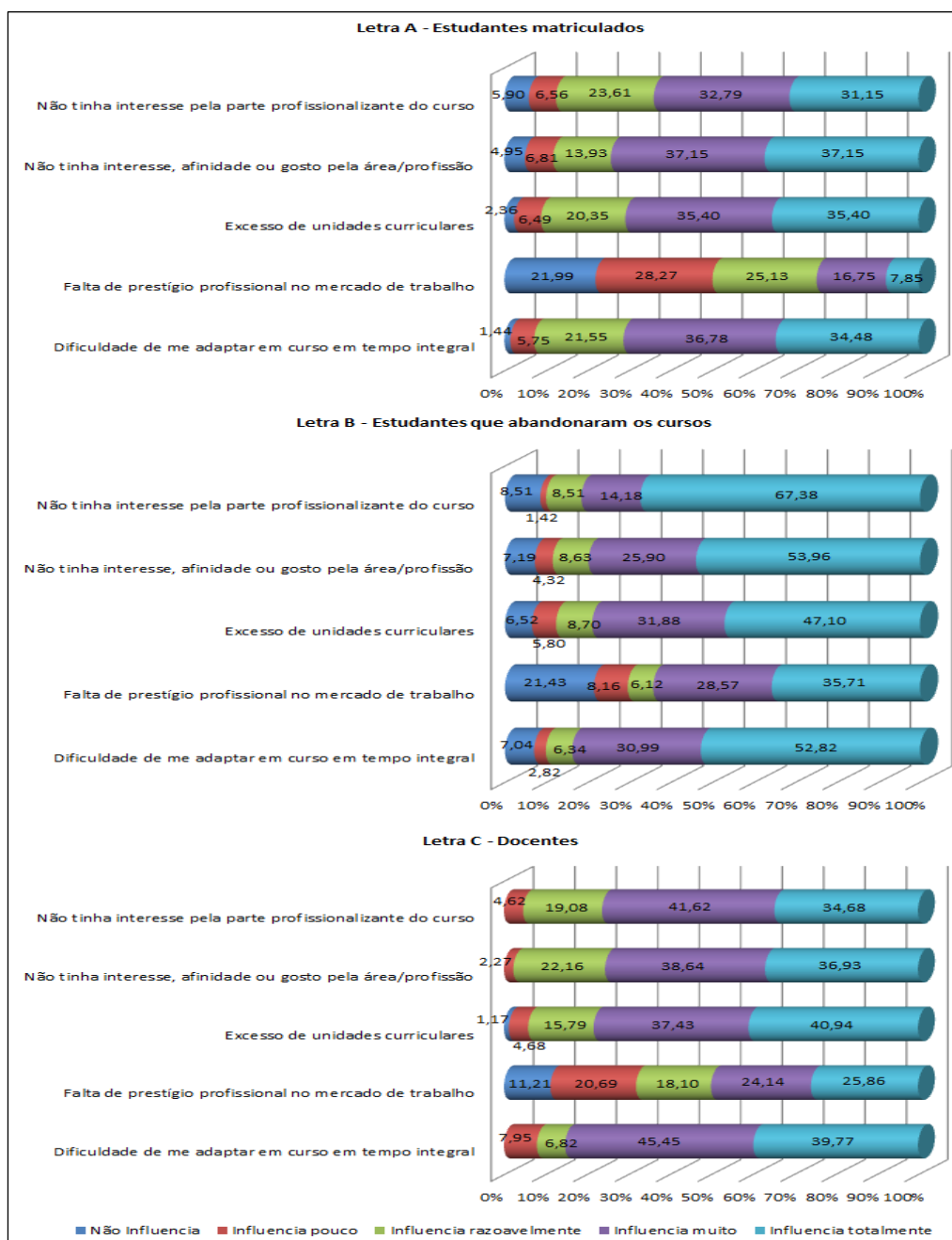


Figura 4. Influência dos fatores da dimensão curso e conteúdo no abandono escolar do cursos técnicos integrados ao ensino médio

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2017.

Apêndice H - Fatores Motivacionais e de Estudo

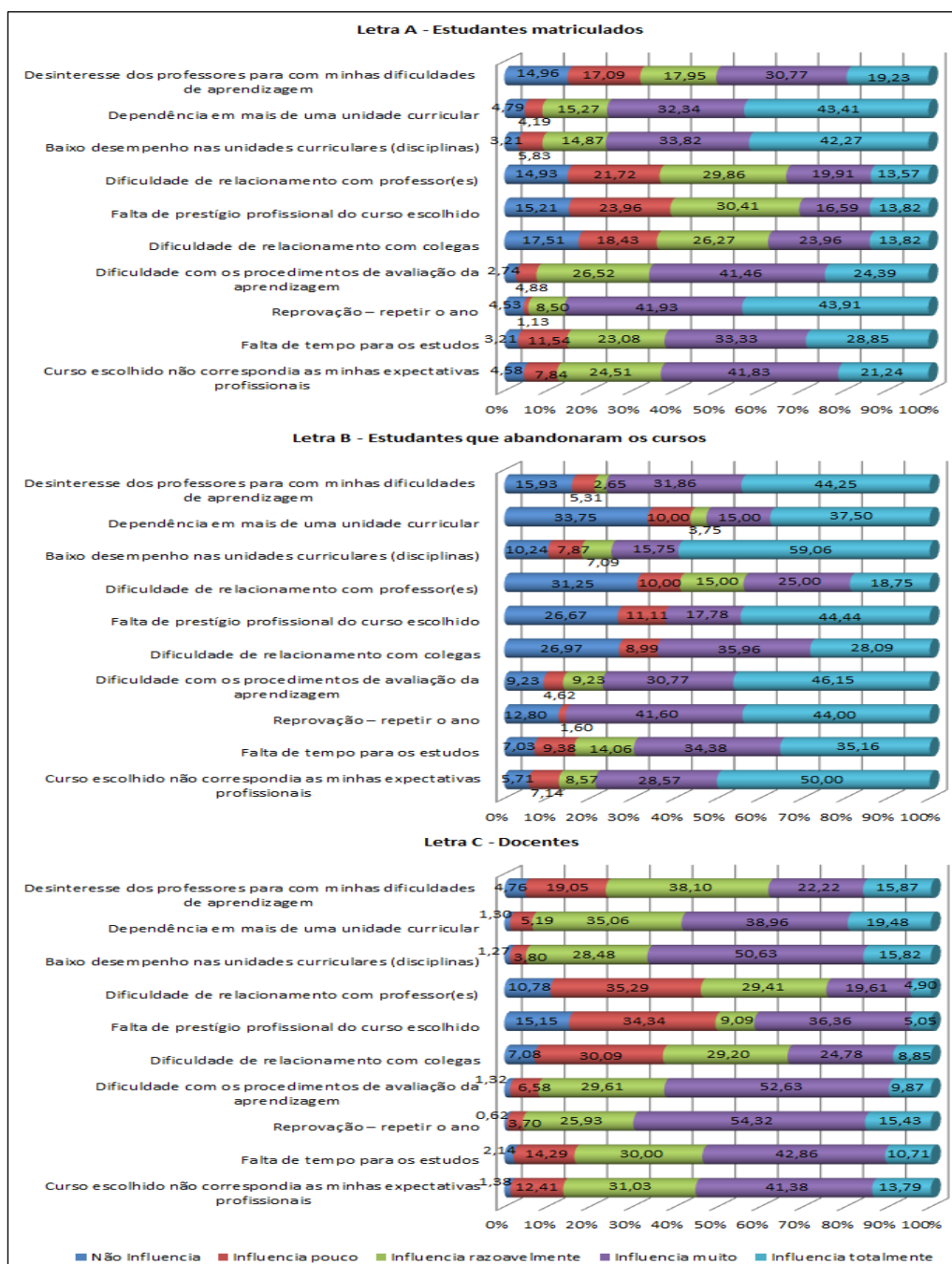


Figura 5. Influência dos fatores da dimensão fatores motivacionais e de estudo no abandono escolar dos cursos técnicos integrados ao ensino médio

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2017.

Apêndice I - Fatores Didáticos Pedagógicos

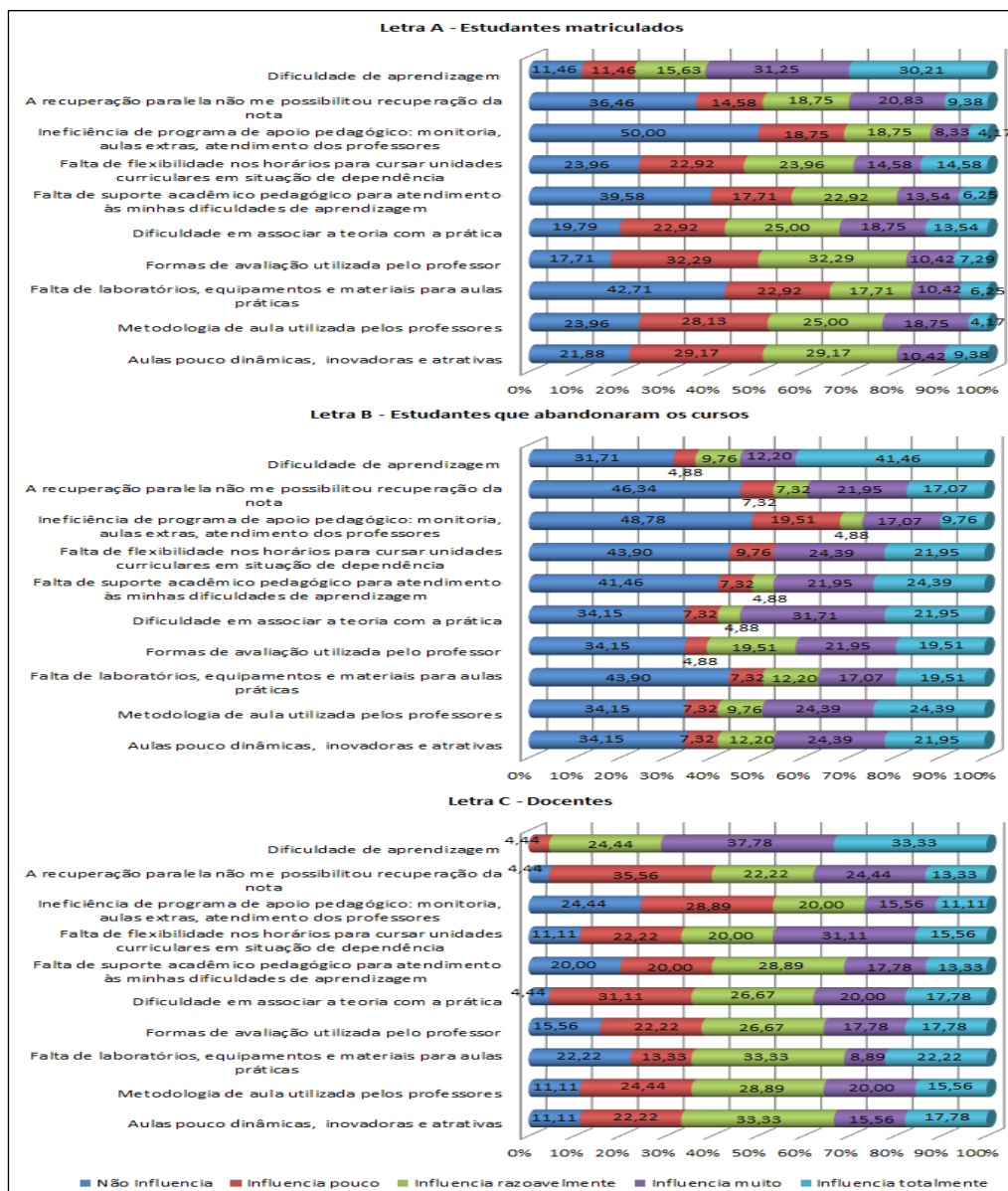


Figura 6. Influência dos fatores da dimensão didático pedagógica no abandono escolar dos cursos técnicos integrados ao ensino médio

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2017.

Apêndice J - Termo de Assentimento



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS – CEP/IF SUDESTE MG

TERMO DE ASSENTIMENTO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: *Abandono escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio em uma instituição federal de educação profissional no Brasil*. Neste estudo pretendemos identificar os fatores que influenciam o abandono escolar dos estudantes matriculados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio no período de 2010 a 2015 em uma instituição da rede federal de educação profissional no Brasil

O motivo que nos leva a pesquisar esse assunto é o aumento significativo de estudantes que tem abandonado os cursos técnicos integrados ao ensino médio na organização de ensino.

Para esta pesquisa adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): preenchimento de um questionário eletrônico, composto de questões fechadas e uma questão aberta.

Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Este estudo apresenta risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler etc. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____ (se já tiver documento), fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Cidade, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do(a) menor

Ilma Aparecida Martins Silva

Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação – IF Sudeste MG
CEP- Comitê de Ética em Pesquisa – IF SUDESTE MG
Av. Luz Interior, 360, 5º andar, bairro Santa Luzia, Juiz de Fora – MG, CEP 36030-77
Telefone: (32) 3257-4110 / 4113 / E-mail: etica.pesquisa@ifsudestemg.edu.br

Apêndice L - Termo de Consentimento



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUDESTE DE MINAS GERAIS



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS – CEP/IF SUDESTE MG

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa Abandono escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio em uma instituição federal de educação profissional no Brasil.

Neste estudo pretendemos identificar os fatores que influenciam o abandono escolar dos estudantes matriculados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio no período de 2010 a 2015 em uma instituição da rede federal de educação profissional no Brasil

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é o aumento significativo de estudantes que tem abandonado os cursos técnicos integrados ao ensino médio na organização de ensino.

Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): preenchimento de um questionário eletrônico, composto de questões fechadas e uma questão aberta. Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador. O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Este estudo apresenta risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler etc. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____, fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do(a) participante

Ilma Aparecida Martins Silva

Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação – IF Sudeste MG
CEP- Comitê de Ética em Pesquisa – IF SUDESTE MG
Av. Luz Interior, 360, 5º andar, bairro Santa Luzia, Juiz de Fora – MG, CEP 36030-77
Telefone: (32) 3257-4110 / 4113 / E-mail: etica.pesquisa@ifsudestemg.edu.br

Apêndice M - Termo de Consentimento – Estudante menor de idade



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS – CEP/IF SUDESTE MG

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O RESPONSÁVEL PELO MENOR

O menor _____, sob sua responsabilidade, está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: *Abandono escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio em uma instituição federal de educação profissional no Brasil*.

Nesta pesquisa, pretendemos identificar os fatores que influenciam o abandono escolar dos estudantes matriculados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio no período de 2010 a 2015 em uma instituição da rede federal de educação profissional no Brasil.

O motivo que nos leva a pesquisar esse assunto é o aumento significativo de estudantes que tem abandonado os cursos técnicos integrados ao ensino médio na organização de ensino.

Para esta pesquisa adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): preenchimento de um questionário eletrônico, composto de questões fechadas e uma questão aberta.

Para participar desta pesquisa, o menor sob sua responsabilidade não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, ele tem assegurado o direito à indenização. Ele será esclarecido (a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. O (A) Sr. (a), como responsável pelo menor, poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação dele a qualquer momento. A participação dele é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido (a) pelo pesquisador que irá tratar a identidade do menor com padrões profissionais de sigilo. O menor não será identificado em nenhuma publicação. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em riscos mínimos, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler etc.

A pesquisa contribuirá para que, ao identificar as causas do abandono escolar se possa elaborar ações de prevenção e combate ao fenômeno.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. O nome ou o material que indique a participação do menor não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável, por um período de 5(cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, pela pesquisa.

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____, responsável pelo menor _____, fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar a decisão do menor sob minha responsabilidade de participar, se assim o desejar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Cidade, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do (a) Responsável

Ilma Aparecida Martins Silva

Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação – IF Sudeste MG
CEP- Comitê de Ética em Pesquisa – IF SUDESTE MG
Av. Luz Interior, 360, 5º andar, bairro Santa Luzia, Juiz de Fora – MG, CEP 36030-77
Telefone: (32) 3257-4110 / 4113 / E-mail: etica.pesquisa@ifsudestemg.edu.br

Apêndice N - Autorização para utilização de dados em pesquisa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO –REITORIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE DADOS EM PESQUISA DE MESTRADO

Eu, Roberto Gil Rodrigues Almeida, Reitor, RG nº M 2.679.149, CPF nº 485.107.186-87, AUTORIZO Ilma Aparecida Martins Silva, RG nº MG4.119.744, CPF nº 519.694.916-04, Pedagoga, servidora desta casa, a desenvolver pesquisa teórica e levantamento de dados acerca do abandono escolar nos cursos técnico integrado ao ensino médio no Instituto Federal do Triângulo Mineiro - *campus* Ituiutaba. Os referidos dados serão utilizados para compor a dissertação sobre Abandono escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio em uma instituição da rede federal de educação profissional no Brasil, do Mestrado em Administração das Organizações Educativas ministrado pela Escola Superior de Educação/ IPP/Porto, Portugal.

A mestranda se compromete a assegurar a identidade e a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garante que não utilizará as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS nº 466/2012 e na Resolução CNS nº 510/2016, obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

Uberaba – MG, 07 de março de 2017.

Roberto Gil Rodrigues Almeida
Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
carimbo com nome, cargo e ato de indicação do cargo

Apêndice O – Carta de Anuência



INSTITUTO FEDERAL
Triângulo Mineiro
Campus Ituiutaba

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA
TRIÂNGULO MINEIRO - REITORIA

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro para os devidos fins, que AUTORIZO a pesquisadora Ilma Aparecida Martins Silva a desenvolver o seu projeto de pesquisa com docentes, alunos que se encontram matriculados no ano de 2016 e que abandonaram os cursos técnicos integrados ao ensino médio no período de 2010 a 2015 no *campus* Ituiutaba para a realização do Projeto de Pesquisa intitulado 'Abandono escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio em uma instituição da rede federal de educação profissional no Brasil.

Esse estudo tem como objetivo analisar os fatores que influenciam o abandono escolar dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, no *campus* pesquisado.

A autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora em utilizar os dados e materiais coletados, exclusivamente para os fins da pesquisa.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Roberto Gil', is written over a horizontal line.

ROBERTO GIL RODRIGUES ALMEIDA
Reitor do IFTM

Apêndice P - Acompanhamento do percentual do abandono escolar sobre o quantitativo de alunos ingressantes e matriculados

Ciclo	2017								
	1º Ano			2º Ano			3º Ano		
	Matrículas	Nº de abandono	% de abandono	Matrículas	Nº de abandono	% de abandono	Matrículas	Nº de abandono	% de abandono
Total									

ANEXOS

Anexo I – Parecer Consubstanciado do CEP

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE		
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP		
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA		
Título da Pesquisa: Abandono escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio em uma instituição da rede federal de educação profissional no Brasil.		
Pesquisador: Ilma Aparecida Martins Silva		
Área Temática:		
Versão: 2		
CAAE: 62076916.9.0000.5588		
Instituição Proponente:		
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio		
DADOS DO PARECER		
Número do Parecer: 1.851.101		
Apresentação do Projeto:		
<p>Apresenta-se o projeto da seguinte forma: "O presente projeto tem como objetivo identificar as causas da evasão escolar nos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em uma instituição da rede federal de educação profissional no Brasil, no período de 2010 a 2015. A partir de uma revisão bibliográfica sobre questões relacionadas ao tema proposto, pretende-se compreender o fenômeno do abandono escolar no contexto dos cursos técnicos integrados da instituição objeto de estudo. O problema da pesquisa buscará responder a seguinte indagação: Quais fatores influenciam o abandono escolar dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio? Será utilizado para tal, levantamento quantitativo dos alunos evadidos no período de estudo proposto, mapeamento das principais causas da evasão escolar na visão dos alunos, professores e coordenadores de curso. Para isso, será utilizada análise documental e inquérito por questionário eletrônico. O método utilizado será o estudo de caso em tempo presente com vistas a atingir os objetivos propostos para essa investigação, utilizando-se da combinação das metodologias quantitativa e qualitativa, por evidenciarem uma</p>		
Endereço: Rua Luz Interior, 16	CEP: 36.030-776	
Bairro: Estrela Sul		
UF: MG	Município: JUIZ DE FORA	
Telefone: (32)3257-4113		E-mail: etica.pesquisa@ifsudestemg.edu.br

Continuação do Parecer: 1.851.101

complementariedade na prática da investigação do estudo escolhido, propiciando uma melhor compreensão e visão do contexto do problema na investigação qualitativa, enquanto que na quantitativa possibilitará o levantamento de dados quantificados e análise estatística dos mesmos. A escolha da metodologia se justifica por propiciar um conhecimento mais aprofundado do tema objeto de investigação: Abandono escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio em uma instituição da rede federal de educação profissional no Brasil, onde a utilização dessas metodologias contribuirá para a coleta, análise, quantificação e apresentação dos dados estatísticos e descrição qualitativa dos mesmos. A pesquisa será realizada no Instituto Federal de Educação do Triângulo Mineiro – Campus Ituiutaba. Não se pretende selecionar os sujeitos que comporão o universo da pesquisa e sim consultar os membros nela envolvidos como todos os alunos matriculados no 3º ano dos cursos técnicos integrados ao ensino médio no ano de 2016, alunos que abandonaram os cursos técnicos integrados ao ensino médio no período de 2010 a 2015 e os professores vinculados à organização de ensino no ano de 2016. O fato de escolher os alunos matriculados nos 3ºanos dos cursos técnicos objetos da pesquisa em 2016, em detrimento dos demais é pelo fato desse público ter mais maturidade e conhecimento em relação a proposta de formação profissional técnica integrada ao ensino médio, para essa modalidade de ensino. A população de amostra consiste em aproximadamente 100 alunos matriculados nos 3ºs anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio no ano de 2016. Estudantes que abandonaram os cursos técnicos integrados ao ensino médio no período de 2010 a 2015, aproximadamente 80 alunos e 70 professores vinculados à organização de ensino no ano de 2016."

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos apresentados são claros e exequíveis e descritos da forma a seguir: "Objetivo Primário: Identificar os fatores que influenciam abandono dos estudantes matriculados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio no período de 2010 a

Endereço: Rua Luz Interior, 16
Bairro: Estrela Sul CEP: 36.030-776
UF: MG Município: JUIZ DE FORA
Telefone: (32)3257-4113 E-mail: etica.pesquisa@ifsudestemg.edu.br

Continuação do Parecer: 1.851.101

2015 em uma instituição da rede federal de educação profissional no Brasil.

Objetivo Secundário:

Quantificar a evasão nos cursos técnicos integrados ao ensino médio no período de 2010 a 2015"

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios são apresentados da seguinte forma: "Riscos:

A pesquisa apresenta riscos mínimos isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho visto que as informações serão coletadas por meio de questionário online. Porém alguns podem se sentirem constrangidos, em informar a real fator que os levaram a abandonar os cursos e de alguma forma se sentirem ofendidos nos aspectos moral, intelectual, social, cultural e psicológicos.

Benefícios:

Apresentar uma plano de ação com vistas a minimizar os índices de abandono escolar dos estudantes matriculados nos cursos técnicos integrados para incorporação na gestão escolar."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de pesquisa importante para o entendimento do fenômeno da evasão nos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Segundo a autora do projeto "O abandono escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, ainda é pouco pesquisado no Brasil. Supõe-se que os números do abandono escolar influenciam diretamente os índices de desempenho institucional. Luscher & Dore (2011), discorrem sobre a abandono escolar como algo complexo e estruturado ao longo do itinerário formativo escolar, sendo a sua consumação a última ação do processo. Para essas autoras, o abandono escolar é um acontecimento que possui múltiplas características e atributos influenciados por fatores internos e externos às organizações de ensino, necessitando de uma análise multidisciplinar. Identificar os possíveis fatores que levam estudantes a abandonarem os cursos técnicos integrados que em algum momento escolheram, vai além da estrutura organizacional, é um desafio para educadores, gestores de ensino e para a própria sociedade, sendo uma realidade presente na instituição, causando prejuízo tanto para o estudante quanto para o Estado." Quanto à hipótese, a autora defende que "Os alunos ingressam em um cursos técnico integrado ao ensino médio, na rede federal de ensino, em busca de uma

Endereço: Rua Luz Interior, 16

Bairro: Estrela Sul

CEP: 36.030-776

UF: MG

Município: JUIZ DE FORA

Telefone: (32)3257-4113

E-mail: etica.pesquisa@ifsudestemg.edu.br

Continuação do Parecer: 1.851.101

base propedêutica que lhes dê um sólido conhecimento acadêmico favorecendo o ingresso no ensino superior ou seja não buscam, nessa modalidade de ensino uma sólida formação para ingresso no mundo do trabalho." E para comprovar tal premissa a metodologia utilizada na coleta dos dados será " o estudo de caso em tempo presente com vistas a atingir os objetivos propostos para essa investigação, utilizando-se da combinação das metodologias quantitativa e qualitativa, por evidenciarem uma complementariedade na prática da investigação do estudo escolhido, propiciando uma melhor compreensão e visão do contexto do problema na investigação qualitativa, enquanto que na quantitativa possibilitará o levantamento de dados quantificados e análise estatística dos mesmos."

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta adequadamente todo os termos de apresentação obrigatória.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_807019.pdf	02/12/2016 12:03:28		Aceito
Outros	QD.docx	02/12/2016 11:58:32	Ilima Aparecida Martins Silva	Aceito
Outros	QAM.docx	02/12/2016 11:58:05	Ilima Aparecida Martins Silva	Aceito
Outros	QAE.docx	02/12/2016 11:57:34	Ilima Aparecida Martins Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	02/12/2016 11:53:52	Ilima Aparecida Martins Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALEC.docx	02/12/2016 11:53:07	Ilima Aparecida Martins Silva	Aceito
TCLE / Termos de	TALEA.docx	02/12/2016	Ilima Aparecida	Aceito

Endereço: Rua Luz Interior, 16

Bairro: Estrela Sul

CEP: 36.030-776

UF: MG

Município: JUIZ DE FORA

Telefone: (32)3257-4113

E-mail: etica.pesquisa@ifsudestemg.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUDESTE



Continuação do Parecer: 1.851.101

Assentimento / Justificativa de Ausência	TALEA.docx	11:52:34	Martins Silva	Aceito
Folha de Rosto	Folharosto.pdf	02/12/2016 11:48:16	Ilma Aparecida Martins Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoMestrado.docx	10/10/2016 10:07:39	Ilma Aparecida Martins Silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JUIZ DE FORA, 06 de Dezembro de 2016

Assinado por:
Wildson Justiniano Pinto
(Coordenador)

Endereço: Rua Luz Interior, 16
Bairro: Estrela Sul **CEP:** 36.030-776
UF: MG **Município:** JUIZ DE FORA
Telefone: (32)3257-4113 **E-mail:** etica.pesquisa@ifsudestmg.edu.br

Página 05 de 05